

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - MG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

RAYSSA CRISTINA VIEIRA DOMINGUES

**ENTRE OS CAFÉS ESPECIAIS E CONVENCIONAIS: PROCESSOS EM
CACONDE-SP DENTRO DA REGIÃO VULCÂNICA DO PLANALTO DE POÇOS
DE CALDAS E EM ALFENAS – MG NA SUA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA**

ALFENAS/MG

2026

RAYSSA CRISTINA VIEIRA DOMINGUES

**ENTRE OS CAFÉS ESPECIAIS E CONVENCIONAIS: PROCESSOS EM
CACONDE-SP DENTRO DA REGIÃO VULCÂNICA DO PLANALTO DE POÇOS
DE CALDAS E EM ALFENAS – MG NA SUA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Análise Sócio-Espacial e Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves

ALFENAS/MG

2026

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Unidade Educacional Santa Clara

Domingues, Rayssa Cristina Vieira.

Entre os cafés especiais e convencionais: : processos em Caconde -SP dentro da Região Vulcânica do Planalto de Poços de Caldas e em Alfenas - MG na sua Região Geográfica Imediata / Rayssa Cristina Vieira Domingues. - Alfenas, MG, 2026.

154 f. : il. -

Orientador(a): Flamarion Dutra Alves.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2026.

Bibliografia.

1. Cafeicultura. 2. Agricultura Familiar. 3. Alfenas. 4. Caconde. 5. Mundialização. I. Alves, Flamarion Dutra, orient. II. Título.

RAYSSA CRISTINA VIEIRA DOMINGUES

ENTRE OS CAFÉS ESPECIAIS E CONVENCIONAIS: PROCESSOS EM CACONDE-SP NA REGIÃO VULCÂNICA DO PLANALTO DE POÇOS DE CALDAS E ALFENAS – MG NA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA

O Presidente da banca examinadora abaixo assina a aprovação da Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Análise sócio-espacial e ambiental.

Aprovada em: 13 de abril de 2026.

Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves

Presidente da Banca Examinadora

Instituição: Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL/MG

Profa. Dra. Michele Lindner

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS/RS

Profa. Dra. Ana Ivânia Alves Fonseca

Instituição: Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES-MG



Documento assinado eletronicamente por **Flamarion Dutra Alves, Professor do Magistério Superior**, em 13/04/2026, às 21:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1760215** e o código CRC **0D325756**.

AGRADECIMENTOS

Me sinto muito grata de estar finalizando mais uma etapa na vida acadêmica, dentro desse processo diversas pessoas que conheci fizeram parte da construção e meu caminho pela pós graduação. Inicialmente agradeço aos meus pais Josmar e Rosimeire por acreditarem em mim até nos momentos em que duvidei das minhas próprias capacidades, para além também pela curiosidade e ajuda nos processos de construção da pesquisa, até mesmo em relação ao tema, que perpassa pela nossa jornada como família, em especial destaque meu pai pela ajuda e disponibilidade durante a aplicação dos questionários.

Deixo aqui também os agradecimentos, aos meus colegas de turma durante o mestrado e demais colegas e amigos da Geografia, pelas trocas em sala, nos corredores e também durante os eventos acadêmicos, que também me marcaram nesse processo e contribuíram na minha jornada.

Agradeço aos colegas do GETER (Grupo de Estudos em Território e Dinâmicas Rurais, em especial a Thais, que me convidou a participar do grupo, fortalecendo redes e discussões na Geografia Agraria, que me foi de suma importância no último ano. Em especial destaque alguns amigos desse processo: Rayane, que mesmo não sendo da Geografia, me ouviu durante um bom tempo falando sobre os processos da pesquisa, a Débora pela atenção e que em diversos momentos se dispôs a ler os meus escritos e ao Gustavo, que desde a graduação compartilhamos o sonho e vontade de entrar no mestrado, e que também sempre se dispôs a estar trocando opiniões e ideias.

Cito aqui também o André Costa, do núcleo de Alfenas da COOXUPE, pela disponibilidade em me fornecer informações que me auxiliaram a construir essa pesquisa. E os agricultores do bairro Fumaça de forma geral, local onde vivi por muitos anos, pela disponibilidade em responder minhas perguntas e colaborarem com o processo da minha pesquisa.

A banca examinadora, a Prof.^a Dr^a Ana Ivania Alves Fonseca e a Prof.^a Dr^a Michele Lindner, pelas contribuições dadas que me fizeram refletir em relação à pesquisa.

Ao corpo docente do PPGeo-UNIFAL, destaque aqui em especial a Prof^a Sandra de Castro de Azevedo, que além de coordenadora do programa durante

grande parte do meu tempo como aluna, esteve presente como coordenadora do primeiro programa em que participei na universidade, o PIBID, e que por meio do mesmo, escrevi os meus primeiros trabalhos acadêmicos.

Deixo também meu agradecimento ao meu orientador, Prof Flamarion Dutra Alves, pela disponibilidade e paciência, principalmente nos estágios finais da pesquisa, e por todas as conversas e direcionamento nesse período e também pelo conhecimento compartilhado desde a graduação, além pelo convite para fazer parte do DATAFENAS, que também contribuiu para minha evolução nas pesquisas acadêmicas.

À financiadora FAPEMIG, o presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

A minha concepção de território parto de que este deve ser apreendido como síntese contraditória. Isto quer dizer, como totalidade concreta do processo do modo de produção, distribuição, circulação e consumo, ou seja, suas articulações, mediações supra-estruturais, políticas e ideológicas, simbólicas, em que o Estado desempenha um papel de regulação. O território é assim o produto concreto das lutas de classe travadas pela sociedade no processo de produção de sua existência.

(OLIVEIRA, 2000, p. 8)

RESUMO

A cafeicultura desde o processo de formação espacial brasileira, tem se mostrado como uma atividade agrícola de grande influência, com grande produção outrora no estado de São Paulo, e atualmente em Minas Gerais. Nesse sentido, esta pesquisa explora as dinâmicas socioespaciais de dois diferentes municípios: Caconde-SP, um município de pequeno porte com significativa população rural e grande evolução da cultura cafeeira. Em contraste, Alfenas-MG é um município de médio porte e mais urbanizado, que se consolidou como polo da commodity cafeeira, e a concentração de terras é ainda mais acentuada. A metodologia envolve uma revisão teórica e bibliográfica sobre agricultura familiar, agronegócio e desenvolvimento rural, além de uma caracterização socioeconômica das áreas de estudo com apoio de dados do IBGE. O estudo prevê trabalho de campo e entrevistas com agricultores familiares e cooperativas para analisar características socioeconômicas, produção e comercialização, e a relação dos sujeitos com o território. Os capítulos discutem como conceitos como autoconsumo, pluriatividade e multifuncionalidade são estratégias de reprodução para a agricultura familiar. Abordam também a questão a territorialização e mundialização da agricultura, destacando o papel das cooperativas e das Indicações Geográficas (IGs) na cafeicultura, diferenciando cafés convencionais e especiais. Assim buscando entender como a especialização territorial produtiva e agronegócio influenciam o espaço rural e as dinâmicas da agricultura familiar em um cenário de globalização e desigualdades, demonstrando a atuação desse processo em diferentes escalas e como essas são afetadas pela comoditização e territorialização. Assim, por meio desses conceitos foi possível analisar uma visão prática de como estão as questões de mercados envolvendo os cafés especiais e como os municípios envolvidos e as suas regiões influenciam nesse sentido.

Palavras-chave: cafeicultura; agricultura familiar; Alfenas; Caconde; mundialização.

ABSTRACT

Coffee farming, since the process of spatial formation in Brazil, has proven to be a highly influential agricultural activity, with significant production in the past in the state of São Paulo, and currently in Minas Gerais. In this sense, this research explores the socio-spatial dynamics of two different municipalities: Caconde-SP, a small municipality with a significant rural population and great development of coffee cultivation. In contrast, Alfenas-MG is a medium-sized and more urbanized municipality, which has consolidated itself as a hub for the coffee commodity, and the concentration of land is even more pronounced. The methodology involves a theoretical and bibliographical review on family farming, agribusiness, and rural development, as well as a socioeconomic characterization of the study areas with the support of IBGE data. The study includes fieldwork and interviews with family farmers and cooperatives to analyze socioeconomic characteristics, production and marketing, and the relationship of the subjects with the territory. The chapters discuss how concepts such as self-consumption, pluriactivity, and multifunctionality are reproduction strategies for family farming. They also address the issue of territorialization and globalization of agriculture, highlighting the role of cooperatives and Geographical Indications (GIs) in coffee farming, differentiating between conventional and specialty coffees. Thus, they seek to understand how productive territorial specialization and agribusiness influence rural space and the dynamics of family farming in a scenario of globalization and inequalities, demonstrating the action of this process at different scales and how these are affected by commoditization and territorialization. Therefore, through these concepts, it was possible to analyze a practical view of the market issues involving specialty coffees and how the municipalities involved and their regions influence this.

Keywords: coffee farming; family farming; Alfenas; Caconde; mondialization

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema com os três elementos chaves para a compreensão dos processos políticos.....	76
Figura 2 – Aspectos do desenvolvimento rural.....	88

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Tratores utilizados na colheita do café, ao fundo a lavoura	124
Fotografia 2 – Barracão utilizados no armazenamento do café de um dos proprietários	130
Fotografia 3 – Terreiro cimentados utilizados na secagem do café	131
Fotografia 4 – Plantação de milho em meio a café e árvores frutíferas em uma das propriedades visitadas	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cinco principais culturas plantadas na Região Geográfica Imediata de São José do Rio Pardo-Mococa.....	25
Quadro 2 – Cinco principais culturas plantadas na Região Vulcânica do Planalto de Poços de Caldas	26
Quadro 3 – Cinco principais culturas plantadas na Região Geográfica Imediata de Alfenas	26
Quadro 3 – Cinco principais culturas plantadas na Região Geográfica Imediata de Alfenas	27
Quadro 4 – Conceitos e Categorias utilizadas no Referencial Bibliográfico.....	28
Quadro 5 – Fonte dos dados secundários	30
Quadro 6 – Tipologia dos fatores de concorrência espacial.....	94
Quadro 7 - Cooperativas na área de atuação em Alfenas, ou dentro da Região Imediata de Alfenas relacionadas a café.....	98
Quadro 8 - Cooperativas na área de atuação em Caconde ou dentro da Região Vulcânica relacionadas a café.....	99
Quadro 9 - Indicações Geográficas de Procedência reconhecidas para café.....	101
Quadro 10 - Indicações Geográficas de Denominação de origem reconhecidas para o café.	101
Quadro 11 - Pontuação dos cafés especiais.....	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparativo entre Regiões.....	24
Tabela 2 – Área plantada e quantidade produzida de culturas agrícolas em Caconde-SP (1990-2023)	48
Tabela 3 – Área plantada e quantidade produzida de culturas agrícolas em Alfenas-MG (1990-2023)	61
Tabela 4 – Número de Estabelecimentos, Pessoal Ocupado e Área de acordo com o Censo Agropecuário de 2017.....	66
Tabela 5 – Sacas e área dos cooperados envolvidos com cafés especiais na COOXUPÉ em Alfenas-MG.....	120
Tabela 6 – Sacas e área dos entrevistados em trabalho de campo em Caconde-SP	123

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa de localização do município de Caconde-SP.	36
Mapa 2 – Mapa de localização da Região Vulcânica.	38
Mapa 3 – Mapa hipsométrico de Caconde-SP	44
Mapa 4 – Mapa hipsométrico do Planalto de Poços de Caldas	45
Mapa 5 – Mapa de Uso e Cobertura do Solo em Caconde-SP	47
Mapa 6 – Mapa de localização do município de Alfenas-MG.....	51
Mapa 7 – Mapa de localização da RGI de Alfenas.....	52
Mapa 8 – Mapa hipsométrico de Alfenas-MG	58
Mapa 9 – Mapa de Uso e Cobertura do Solo em Alfenas-MG	60
Mapa 10 - Localização dos Municípios de Alfenas e Caconde	113
Mapa 11 - Variação dos Módulos Fiscais nos Estados de Minas Gerais e São Paulo (INCRA).....	115
Mapa 12 - Setores rurais e localização do Bairro Fumaça, Caconde-SP.....	122

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução populacional residente em Caconde-SP (1991-2022).	39
Gráfico 2 - Evolução populacional urbana e rural residente em Caconde-SP (1991-2022).	40
Gráfico 3 - População residente de mulheres e homens em Caconde-SP (1991-2022).	41
Gráfico 4 - População residente de mulheres e homens no urbano e rural em Caconde-SP (1991-2010).	42
Gráfico 5 - Dados do número de estabelecimentos familiares e não familiares e a área ocupada em hectares em Caconde-SP.....	43
Gráfico 6 - Série histórica da área destinada à colheita café (ha) em grãos em Caconde-SP	49
Gráfico 7 - Série histórica da produção de café (ton) em grãos em Caconde-SP	50
Gráfico 8 - Evolução populacional residente em Alfenas - MG (1991-2022).....	53
Gráfico 9 - Evolução populacional urbana e rural residente em Alfenas - MG (1991-2022).	54
Gráfico 10 - População residente de mulheres e homens em Alfenas – MG.	55
Gráfico 11 - População residente de mulheres e homens no urbano e rural em Alfenas -MG.	56
Gráfico 12 - Dados do número de estabelecimentos familiares e não familiares e a área ocupada em hectares em Alfenas-MG.....	57
Gráfico 13 - Série histórica da área destinada a colheita de café (ha) em grãos em Alfenas-MG	62
Gráfico 14 - Série histórica da produção de café (ton) em grãos em Alfenas-MG	63
Gráfico 15 - Quantidade de Sacas Especiais Recebidas pela COOXUPÉ do Núcleo de Alfenas nos anos de 2024 e 2025.	117
Gráfico 16 - Quantidade de Lotes Especiais Recebidas pela COOXUPÉ do Núcleo de Alfenas nos anos de 2024 e 2025	118

Gráfico 17 - Quantidade de Cooperados que Enviaram Lotes Especiais para COOXUPÉ do Núcleo de Alfenas nos anos de 2024 e 2025	119
Gráfico 18 - Situação de cooperados que enviaram lotes especiais para COOXUPÉ do Núcleo de Alfenas nos anos de 2024 e 2025	119
Gráfico 19 - Sacas de cooperados que enviaram lotes especiais para COOXUPÉ do Núcleo de Alfenas nos anos de 2024 e 2025	121
Gráfico 20 - Idade dos entrevistados no Bairro Fumaça, Caconde-SP	125
Gráfico 21 - Tempo morando no campo dos entrevistados no Bairro Fumaça, Caconde-SP	125
Gráfico 22 - Quantidade de membros morando na propriedade dos entrevistados no Bairro Fumaça, Caconde-SP	126
Gráfico 23 - Trabalho na colheita do café fora da propriedade dos entrevistados no Bairro Fumaça, Caconde-SP	127
Gráfico 24 - Participação em crédito agrícola ou financiamento dos entrevistados no Bairro Fumaça, Caconde-SP	128
Gráfico 25 - Quantidade de cooperados entrevistados no Bairro Fumaça, Caconde-SP	128
Gráfico 26 - Conhecimento dos entrevistados em relação a Associação dos Produtores dos Cafés da Região Vulcânica no Bairro Fumaça, Caconde-SP	129
Gráfico 29 - Utilização de Defensivos Agrícolas (Agrotóxicos) dos entrevistados no Bairro Fumaça, Caconde-SP	133
Gráfico 30 - Às propriedades dos entrevistados que possuem Cadastro Ambiental Rural no Bairro Fumaça, Caconde-SP	135
Gráfico 31 – Demais culturas produzidas nas propriedades dos entrevistados no Bairro Fumaça, Caconde-SP	136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BSCA	Associação Brasileira de Cafés Especiais
CAFÉ POÇOS	Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Poços de Caldas
CARA	Cooperativa Agropecuária Regional de Andradas
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOMAP	Cooperativa Mista Agropecuária de Paraguaçu
COOPAC	Cooperativa Agropecuária de Caconde e Região
COOPAMA	Cooperativa Agrária de Machado
COOPERCAM	Cooperativa dos Cafeicultores de Campos Gerais e Campo do Meio
COOPERCITRUS	Cooperativa dos Cafeicultores e Citricultores de São Paulo
COOPFAM	Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região
COOXUPÉ	Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FPA	Frente Parlamentar Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
IO	Indicação de Origem
IP	Indicação de Procedência
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PAM	Produção Agrícola Municipal
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RGI	Região Geográfica Imediata
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
UE	União Europeia
UNIFAL-MG	Universidade Federal de Alfenas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	20
1.1 OBJETIVOS	21
1.1.1 Objetivo geral	23
1.1.2 Objetivos específicos	23
1.1.3 Procedimentos Metodológicos	23
2. CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO.....	35
2.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CACONDE-SP	35
2.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALFENAS-MG	51
3. OS CONCEITOS DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL.....	64
3.1 HISTÓRICO E DEFINIÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR	64
3.2 FASES DA AGRICULTURA FAMILIAR: COMPREENSÃO DOS PROCESSOS	69
3.3 DESENVOLVIMENTO RURAL: O SABER-FAZER, AUTOCONSUMO, PLURIATIVIDADE E MULTIFUNCIONALIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR	77
4. PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO DA CAFEICULTURA E MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA.....	89
4.1 TERRITORIALIZAÇÃO E MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA E CONSOLIDAÇÃO DO AGRONEGÓCIO	89
4.2 ESTRATÉGIAS DA MUNDIALIZAÇÃO NA CAFEICULTURA: COOPERATIVISMO E INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NA CULTURA DO CAFÉ ...	94
4.3 ESPECIALIZAÇÃO TERRITORIAL PRODUTIVA E CIDADES DO AGRONEGÓCIO.....	106
5. DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS NAS ÁREAS DE ESTUDO	113
5.1 DISCUSSÕES EM ALFENAS-MG	115
5.2 DISCUSSÕES EM CACONDE-SP	121

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
REFERÊNCIAS.....	141
APÊNDICE A.....	151

1. INTRODUÇÃO

As discussões sobre o desenvolvimento rural têm como foco a inclusão social e as múltiplas vulnerabilidades das populações rurais, sendo necessário definir a sua agenda e pensar a forma em como os agricultores e suas famílias reagem às novas tecnologias e interação com o mercado e os demais atores sociais, e pensar em como forças externas reconfiguram as relações intrafamiliares de poder, de trabalho e de gênero (Schneider, 2010). A cafeicultura é uma atividade bastante antiga no Brasil e foi se expandindo para diversas regiões desde de a sua introdução no país em 1727, desempenhando um papel crucial na formação econômica e social brasileira, evoluindo para se tornar uma das *commodities* mais importantes no agronegócio global. (Amaral et al, 2025).

A agricultura brasileira sofreu grandes mudanças principalmente advinda do neoliberalismo e com o movimento de modernização do campo e dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde. Esse movimento ocorrido a partir da década de 1970, mudou completamente a estrutura do país, que até então tinha como base o modelo agroexportador e uma grande maioria da população ainda até então era rural, e com a modernização começou o seu processo de êxodo do campo para as cidades, criando um cenário de reestruturação urbana onde estão mais presentes as cidades de pequeno e médio porte, onde as relações entre o campo e a cidade, ficaram cada vez mais fortes, assim nos mostrando que a visão dicotômica existente nesse espaço cada vez mais se diminui, se mostrando espaços complementares.

No município de Caconde, região leste do Estado de São Paulo, a área com café desde 1988 se expandiu e quase dobrou de tamanho assim detêm mais de 50% da produção de café no Estado de São Paulo, sendo uma área que possui condições climáticas favoráveis à produção de cafés de qualidade superior, com maior retorno financeiro para o produtor, e esta é a principal razão para o crescimento e a valorização da cafeicultura na região (Ronquim, Garcon e Fonseca, 2017).

O município de Alfenas de acordo com Alves (2021) no ano de 2006 só na Região Geográfica Imediata de Alfenas, as empresas que envolviam áreas de Cultivo, Torrefação e Moagem de café totalizaram 41 unidades, sendo 14 em Alfenas, 8 em Machado e 4 em Paraguaçu e Campos Gerais. Já em 2018, o número total dessas empresas aumentou consideravelmente chegando a 73 empresas: sendo 19 em

Alfenas, 18 em Machado, 11 em Campos Gerais e 6 em Paraguaçu. Mostrando que a espacialização e especialização da atividade cafeeira na região, está consolidando a cidade média de Alfenas como sede transformadora e um pólo dessa *commodity*.

Na pesquisa referente: Entre os Cafés Especiais e Convencionais em Caconde-SP na Região Vulcânica do Planalto de Poços de Caldas e em Alfenas-MG na sua Região Geográfica Imediata, os sujeitos trabalhados para a pesquisa envolvem agricultores familiares. O café é uma *commodity* agrícola, a qual tem grande importância no mercado externo. Dessa forma, qual é a diferenciação da produção entre cafés convencionais e especiais e as suas dimensões espaciais em cada um desses municípios? Como é o funcionamento da agricultura familiar em cada um desses locais? Há realmente uma inclusão produtiva, e possibilidades para ambas as áreas?

1.1 OBJETIVOS

Assim, neste trabalho buscamos compreender as diferenças de dois municípios que possuem históricos na cafeicultura, Caconde e sua introdução no contexto regional da Associação dos Produtores da Região Vulcânica do Planalto de Poços de Caldas, buscando compreender as dimensões territoriais do modelo de uma regionalização fora de padrões do IBGE, e como estes têm sido o processo de estarem incluídos na produção do café especial, e a criação de uma marca coletiva em alternativa a produção tradicional. No que envolve Alfenas, os processos envolvem a compreensão também dos aspectos dos cafés especiais, mas considerando a sua polarização na Região Imediata de Alfenas, com presença de multinacionais e grandes empresas do setor, que não possuem um desenvolvimento focado nesse setor e mais tradicional.

Para a construção dessa pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica referente a conceitos considerados importantes para o entendimento de importantes temáticas para a Geografia Agrária. Assim entendendo as novas dinâmicas espaço-tempo no Brasil para a cafeicultura, por meio das seguintes conceituações, a agricultura de base familiar e pelo agronegócio, e a influência dentro do processo de busca pelo desenvolvimento rural, ao mesmo tempo que se insere no contexto da mundialização da agricultura, nas áreas escolhidas em questão.

Assim, no primeiro capítulo, buscou-se trabalhar com a parte inicial da agricultura familiar, tal como um processo de resistência no campo, entendendo o seu histórico, fases e outros conceitos que giram em torno do assunto, e as suas estratégias em relação ao desenvolvimento rural.

Já no segundo capítulo, tem o foco trabalhar com territorialização e mundialização da agricultura, sobretudo na cafeicultura, assim mostrando em como esses processos colaboraram com a consolidação do agronegócio e para entender em como são criadas estratégias para a inserção nesses mercados tal como o cooperativismo e indicações geográficas. E ao fim desse capítulo o foco foi entender em como elas se manifestam por meio da especialização territorial produtiva e criam as cidades do agronegócio.

O último capítulo traz uma dimensão mais aprofundada sobre a questão dos cafés especiais dentro da realidade de cada um desses municípios, considerando as dimensões socioespaciais e contexto de agricultura familiar em cada um desses municípios, e em relação aos módulos fiscais de cada município que ajudam a organizar e entender como estão sendo organizadas essas estratégias e se uma marca coletiva traz um diferencial na construção e desenvolvimento rural em uma região, do que em outra que não possui essa organização.

Assim, entender o funcionamento dessas dinâmicas fazendo uma comparação entre os dois municípios estudados, é o entendimento do contexto de como produzir uma das principais commodities do mundo influencia o processo multissetorial que a agricultura familiar traz consigo, em diferentes escalas, considerando um município de pequeno porte e outro de porte médio. Entendemos essa questão de porte grande, médio e pequeno, a partir do trabalho de Gomes, Matos e Lobo (2020), que realizaram uma classificação metodológica de municípios do Sudeste, principalmente buscando entender município de pequeno porte e trabalhando com dados já consolidados do Censo Demográfico de 2010, nesse sentido, o processo é entendido da seguinte forma:

(...) todos os municípios do Sudeste foram classificados inicialmente, em três classes considerando o tamanho populacional: municípios de Grande Porte demográfico (aqueles com população superior a 750.000 habitantes); municípios de Porte Intermediário (população inferior a 750.000 e superior a 50.000 habitantes) e municípios de Pequeno Porte demográfico (população inferior a 50.000 habitantes). Em sequência, essas classes foram estratificadas segundo a densidade demográfica (razão entre o número de habitantes de uma localidade e sua respectiva área). (Gomes, Lobo e Matos, 2020, 58)

Por esse motivo entendemos que Caconde se encaixe em um município de pequeno porte, devido a sua população ser inferior a 50.000 habitantes e no caso de Alfenas, se encaixar na classificação de porte intermediário, por possuir população já superior a 50.000 habitantes.

1.1.1 Objetivo geral

A partir dessas questões, tem-se como objetivos:

- Compreender o desenvolvimento rural pela agricultura familiar na cafeicultura, nos municípios de Caconde-SP e Alfenas-MG e como influenciam nas dinâmicas do espaço agrário.

1.1.2 Objetivos específicos

Como foram trabalhados dois municípios e os modelos de desenvolvimento rural, foram definidos três objetivos específicos, sendo:

- a) Caracterizar a cafeicultura em Alfenas considerando a sua RGI e em Caconde considerando a Região Vulcânica do Planalto de Poços de Caldas e os processos de territorialização e mundialização;
- b) Analisar a dinâmica populacional na cafeicultura e a caracterização de sujeitos envolvidos no processo;
- c) Identificar os sistemas agrícolas e processos produtivos presentes na atividade cafeeira nos dois municípios.

1.1.3 Procedimentos Metodológicos

Para a análise dos diferentes modelos de desenvolvimento rural presentes em Caconde-SP e Alfenas-MG, considera-se os contextos regionais e a diferenciação da produção entre cafés convencionais e especiais e as suas dimensões espaciais, e assim buscar responder o que foi estabelecido no objetivo geral e específicos. Aqui é

também importante tratar sobre as questões das regiões utilizadas e as suas diferenciações.

A parte que compreende a relação com o município de Alfenas-MG, está vinculada ao projeto de pesquisa financiado pela Fapemig “O papel da universidade pública no desenvolvimento regional: a UNIFAL-MG e as práticas espaciais na região imediata de Alfenas-MG” (APQ-00172-22). O projeto tem como objetivo principal compreender os impactos socioespaciais da Universidade Federal de Alfenas – MG na Região Imediata de Alfenas. Como objetivos específicos espera-se organizar informações socioeconômicas sobre os 13 municípios da Região Imediata de Alfenas; disponibilizar conhecimentos sistematizados e pesquisas sobre a Região Imediata de Alfenas e discutir o papel e a importância da UNIFAL-MG para o desenvolvimento regional.

Em relação a Caconde, nesse sentido a escolha mais comum seria de também trabalhar com a sua Região Geográfica Imediata, que é a de São José do Rio Pardo-Mococa. Mas devido ao fato de estarmos falando sobre cafeicultura entendemos que poderia ser trabalhado de forma alternativa e trabalhar com a Região Vulcânica do Planalto de Poços de Caldas, nesse sentido por esta e seu contexto de criação estar ligado com o café e também pela quantidade de municípios envolvidos. Abaixo temos os números de municípios e também da área ocupada por cada uma das regiões (Tabela 1):

Tabela 1 – Comparativo entre Regiões

Região	Nº de Municípios	Área (km²)
RGI São José do Rio Pardo-Mococa	7	2.580,09
RGI Alfenas	13	4.970,88
RVP Poços de Caldas	12	4.210,54

Fonte: IBGE (2022)

Elaboração por: Autora (2026)

É observado que a RGI de São José do Rio Pardo-Mococa, possui apenas 7 municípios, em comparação com a Região Vulcânica, que já tem 12 municípios, número mais próximo que a RGI de Alfenas que possui 13, e por conseguinte suas áreas também vão estar em maior proximidade.

Também em relação a isso, foi avaliado por meio da PAM - Pesquisa Agrícola Municipal, as cinco principais culturas sejam de lavouras temporárias ou permanentes, em relação a quantidade produzida em 2023, (dados atualizados mais recentes) em cada um dos municípios das regiões. Este processo contribuiu para observar a dimensão que a cafeicultura ocupa em cada uma destas áreas, sendo um importante critério metodológico de prosseguimento com este trabalho. Assim obtivemos as seguintes respostas (Quadro 1):

Quadro 1 – Cinco principais culturas plantadas na Região Geográfica Imediata de São José do Rio Pardo-Mococa

Município	1°	2°	3°	4°	5°
Caconde (SP)	Café	Cana	Soja	Milho	Batata-Inglesa
Divinolândia (SP)	Batata-Inglesa	Cebola	Café	Milho	Tomate
Itobi (SP)	Cana	Batata-Inglesa	Milho	Cebola	Soja
Mococa (SP)	Cana	Laranja	Milho	Soja	Cebola
São José do Rio Pardo (SP)	Cana	Limão	Cebola	Soja	Milho
São Sebastião da Gramma (SP)	Abacate	Café	Batata-Inglesa	Soja	Milho
Tapiratiba (SP)	Cana	Café	Soja	Milho	Mandioca

Fonte: SIDRA; Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2023)

Elaboração por: Autora (2026)

Percebemos assim que na RGI São José do Rio Pardo-Mococa, o café somente aparece como cultura principal produtiva em quatro municípios, Caconde como principal e em São Sebastião da Gramma e Tapiratiba, segundo lugar e o terceiro em Divinolândia. São José do Rio Pardo, Mococa e Itobi, já não aparecem, tendo outras culturas em destaque e em relação a culturas permanentes há mais destaque para citrus, como laranja e limão. Já agora avaliando as culturas temporárias e permanentes da Região Vulcânica do Planalto de Poços de Caldas, vemos que o café se configura como parte das cinco culturas principais de cada município (Quadro 2):

Quadro 2 – Cinco principais culturas plantadas na Região Vulcânica do Planalto de Poços de Caldas

Município	1°	2°	3°	4°	5°
Andradas (MG)	Banana	Batata-Inglesa	Tomate	Café	Milho
Bandeira do Sul (MG)	Café	Milho	Soja	Mandioca	Banana
Botelhos (MG)	Café	Milho	Limão	Cana	Banana
Cabo Verde (MG)	Cana	Café	Milho	Soja	Feijão
Caldas (MG)	Milho	Batata-Inglesa	Batata-Doce	Soja	Café
Campestre (MG)	Café	Milho	Batata-Inglesa	Cana	Soja
Ibitiúra de Minas (MG)	Café	Banana	Milho	-	-
Poços de Caldas (MG)	Batata-Inglesa	Milho	Café	Cebola	Soja
Águas da Prata (SP)	Batata-Inglesa	Milho	Café	Banana	Soja
Caconde (SP)	Café	Cana	Soja	Milho	Batata-Inglesa
Divinolândia (SP)	Batata-Inglesa	Cebola	Café	Milho	Tomate
São Sebastião da Gramma (SP)	Abacate	Café	Batata-Inglesa	Soja	Milho

Fonte: SIDRA; Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2023)

Elaboração por: Autora (2026)

As demais culturas que aparecem, com exceção em São Sebastião da Gramma com a produção de Abacate, o café vai ter grande destaque por ser a cultura permanente principal da área justificando a sua associação com a cultura cafeeira. Agora por último trazemos também os dados em relação a RGI Alfenas, e também os motivos que justificam a questão da cafeicultura na área (Quadro 3), assim como na Região Vulcânica do Planalto de Poços de Caldas, aqui todos os municípios possuem café nas cinco principais culturas em relação a quantidade produzida:

Quadro 3 – Cinco principais culturas plantadas na Região Geográfica Imediata de Alfenas

(continua)

Município	1°	2°	3°	4°	5°
Alfenas (MG)	Cana	Soja	Milho	Café	Batata-Inglesa

Quadro 3 – Cinco principais culturas plantadas na Região Geográfica Imediata de Alfenas

(conclusão)

Município	1°	2°	3°	4°	5°
Alterosa (MG)	Cana	Milho	Soja	Café	Batata-Inglesa
Areado (MG)	Cana	Milho	Café	Soja	Banana
Campo do Meio (MG)	Milho	Soja	Café	Tomate	Feijão
Carvalhópolis (MG)	Café	Milho	Soja	Tomate	Batata-Doce
Conceição da Aparecida (MG)	Café	Milho	Soja	Tomate	Feijão
Divisa Nova (MG)	Cana	Milho	Soja	Café	Laranja
Fama (MG)	Milho	Café	Soja	Mandioca	Feijão
Machado (MG)	Milho	Soja	Café	Cana	Sorgo
Paraguaçu (MG)	Milho	Soja	Café	Batata-Inglesa	Feijão
Poço Fundo (MG)	Café	Milho	Cana	Tomate	Batata-Inglesa
Serrania (MG)	Cana	Milho	Café	Soja	Batata-Inglesa

Fonte: SIDRA; Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2023)

Elaboração por: Autora (2026)

Agora se tratando das etapas de pesquisa, foi pensado a sua divisão nos seguintes momentos: Revisão Teórica e Bibliográfica, com assuntos como agricultura familiar, agronegócio, mundialização da agricultura e desenvolvimento rural. Caracterização socioeconômica da Região Geográfica Imediata de Alfenas e da área da Região Vulcânica do Planalto de Poços de Caldas, que compreende parte do Minas Gerais e São Paulo, dando ênfase ao município de Caconde-SP. Nesta etapa foram analisados dados disponíveis no SIDRA-IBGE e Censo Agropecuário do IBGE. Definição de propriedades para a realização dos trabalhos de campo e aplicação de questionários. Sistematização e análise dos dados obtidos.

A Primeiro momento: Foi realizada uma revisão bibliográfica buscando trabalhar com autores os quais ofereceram um referencial teórico relacionado com o tema em questão a ser trabalhado a respeito da pesquisa bibliográfica:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, artigos científicos impressos ou eletrônicos, material cartográfico e até meios de comunicação oral: programas de rádio, gravações, audiovisuais, filmes e programas de televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritas de alguma forma. (Marconi e Lakatos, 2017, p.200)

Ou seja, a intenção nesse momento foi buscar materiais relevantes para se possível trabalhar os modelos de desenvolvimento rural, considerando as estruturas envolvidas a agricultura familiar, pensando em conceitos como a policultura, autoconsumo e identidade territorial. E também em contrapartida entender o agronegócio e o processo de modernização do campo e dentro desses conceitos se estruturou a pesquisa que foi realizada. E assim, sucessivamente também desenvolvendo os dados e aspectos socioeconômicos de Alfenas-MG e também de Caconde-SP podendo assim realizar a caracterização local reforçando essa pesquisa bibliográfica, os conceitos utilizados estão disponíveis abaixo (Quadro 4).

Quadro 4 – Conceitos e Categorias utilizadas no Referencial Bibliográfico

(continua)

Conceitos e Categorias Trabalhadas	Referências
Agricultura Familiar; Histórico e Fases da Agricultura Brasileira	Aquino, Gazolla e Schneider (2018); Carvalho e Oliveira (2021); Castro (2024); Elias (2021); Ferreira e Fernandes (2020); Grisa e Schneider (2015); Leite et al (2023); Marques (2021); Moreira (1990); Nascimento; Aquino; Del Grossi (2022); Perin (2021); Schneider (2014); Schneider e Cassol (2013); Scoones (2021) e Wanderley (2009).
Desenvolvimento Rural; Pluriatividade; Multifuncionalidade e Autoconsumo	Castro e Pereira (2020); Carneiro (2009); Correia e Alves (2022); Cruz (2012); Cruz (2020); Gazolla e Schneider (2007); Grisa (2007); Grisa; Gazolla e Schneider (2010); Kageyama (2004; 2009; Mior, (2007); Navarro (2001); Norder (2009); Ploeg (2011); Sabourin (2005); Schneider (2004; 2009; 2010); Silva,

Quadro 4 – Conceitos e Categorias utilizadas no Referencial Bibliográfico

(conclusão)

Conceitos e Categorias Trabalhadas	Referências
	Del Grossi, e Campanhola (2002) e Wanderley (2009)
Estratégias de mercados: Cooperativismo e Indicações Geográficas na cafeicultura	Abreu et al (2013); Alves e Lindner (2020); Andrade e Alves (2013); Castillo et al (2016) Espíndola et al (2019); Facirolli Sobrinho;; Guedes e Castro (2021); Frederico (2014); Guimarães et al (2016); Lemos e Alves (2023); Oliveira (2016); Reisdorfer (2014); Santana e Chelotti (2021); Tavares, Machado e Valduga (2021); Toledo (2019) e Vieira; Lourenzani; Pellin (2019)
Especialização territorial produtiva e Cidades do agronegócio	Alves (2022; 2023); Castillo e Frederico (2010); Castillo et al (2016); Elias (2012; 2022); Elias e Pequeno (2007); Frederico (2014; 2017), Melo (2024) e Santos (1985; 1996).
Caracterização; fenômenos e dimensões espaciais nas áreas de estudo	Bombardi (2023), Bungel et al (2024); Costa (2016;2023); Dias. Lucena e Souza Neto (2024); Melo e Alves (2021); Rodriguez (2024); Silva e Peixinho (2023), Souza e Silva (2023) e Volpato et al (2026).

Fonte: Organizado pela autora (2026)

Segundo Momento: Foi realizada a caracterização das áreas de pesquisas escolhidas para serem trabalhadas no projeto, a Região Imediata de Alfenas, e a Região Vulcânica do Planalto de Poços de Caldas que compreende parte do Sul de Minas Gerais e parte do Estado de São Paulo, e as suas dinâmicas buscando compreender a influência do questão do café em cada uma delas e os seus papéis socioespaciais e econômicos a partir de dados como os dados das prefeituras municipais e site da Associação dos Produtores do Café da Região Vulcânica, da Plataforma MapBiomas, SIDRA-IBGE (Sistema IBGE de Recuperação Automática - Banco de Dados Estatísticos) em específico da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e Censo Agropecuário de 2017 e também do projeto Topodata do INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, essas fontes fizeram parte importante da análise e

cada uma dessas fontes foram compiladas e observados abaixo, falando mais detalhadamente sobre o que se tratam (Quadro 5)

Quadro 5 – Fonte dos dados secundários

(continua)

Fontes	Referências
Plataforma MapBiomias	O MapBiomias é uma rede global e multi-institucional, que monitora as transformações na cobertura e no uso da terra nos territórios e seus impactos. Fornecendo a mais atualizada e detalhada base de dados espaciais de uso da terra
SIDRA-IBGE	O Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) é um banco de dados agregados, formado a partir de pesquisas realizadas pelo IBGE. Possui dados de áreas temáticas como: população, economia, indicadores e geociências.
Pesquisa Agrícola Municipal (PAM)	A pesquisa fornece informações sobre área plantada, área destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e preço médio pago ao produtor, no ano de referência, para 64 produtos agrícolas.
Censo Agropecuário de 2017	Levanta e fornece informações sobre o total de estabelecimentos agropecuários; área total desses estabelecimentos; características do produtor; características do estabelecimento (uso de energia elétrica; práticas agrícolas; uso de adubação; uso de agrotóxicos; uso de agricultura orgânica; utilização das terras; existência de recursos hídricos; existência de depósitos e silos; existência de tratores, máquinas e implementos agrícolas, veículos, entre outros aspectos); pessoal ocupado; movimentação financeira; pecuária (efetivos e produção animal); aquicultura e produção vegetal (silvicultura, extração vegetal, lavouras floricultura, horticultura, lavouras permanentes,

Quadro 5 – Fonte dos dados secundários

(conclusão)

Conceitos e Categorias Trabalhadas	Referências
	lavouras temporárias e agroindústria rural), sendo 2017 o último divulgado com análises nesse sentido
Site da Associação dos Produtores do Café da Região Vulcânica	A Associação dos Produtores do Café da Região Vulcânica é uma organização sem fins lucrativos, de caráter representativo, formada por membros e parcerias voltadas ao desenvolvimento da cafeicultura regional.
Site das prefeituras municipais de Alfenas e Caconde	Fonte de informações gerais e históricas de cada um dos municípios estudados.
Topodata/INPE	O projeto Topodata - Banco de Dados Geomorfométricos do Brasil do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) oferece o Modelo Digital de Elevação (MDE) e suas derivações locais básicas em cobertura nacional, ora elaborados a partir dos dados SRTM disponibilizados pelo USGS na rede mundial de computadores.

Fonte: Organizado pela Autora (2026)

Terceiro Momento: Essa fase da pesquisa teve como objetivo a seleção de locais de pesquisa empírica dentro dos municípios de análise onde sejam possíveis coletar dados e o trabalho de campo e também entrevistas. Nesse momento é importante a definição do trabalho de campo e o método utilizado para tal:

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (Marconi e Lakatos, 2017, p.202-203)

A concepção dessa parte era intencionalmente conversar com organizações as quais pudessem colaborar e fornecer dados para a pesquisa, em Alfenas foi selecionado e feito o contato com a COOXUPÉ, devido ao fato e influência que a cooperativa exerce na área. Assim foi realizado o contato dentro do núcleo de Alfenas com um dos comercializadores que forneceu algumas das informações que serão

comentadas posteriormente e observar as dinâmicas da agricultura familiar em relação ao processo de produção e comercialização de cafés especiais e seus lotes. Neste sentido também trabalhos como o de Costa (2016; 2023), que caracterizaram questões relacionadas à cafeicultura em Alfenas foram utilizadas para compor as discussões, de forma, que essas informações aliadas aos dados obtidos com a COOXUPÉ, foram satisfatórios.

Já em relação a Caconde, a intenção era conseguir esses dados e processos das dinâmicas na área, na sede e entrando em contato com a Associação dos Cafés da Região Vulcânica do Planalto de Poços de Caldas, porém dentro do período do cronograma estabelecido não foi possível obter com as informações com a associação, sendo assim a estratégia de prosseguimento com a pesquisa, optou-se por considerar um dos bairros do município e analisar as dinâmicas e se os agricultores familiares e se haviam associados da Região Vulcânica de Planalto de Poços de Caldas, uma vez que também não há trabalhos sobre as dinâmicas socioespaciais no município de Caconde, então esse processo serviu para que pudesse ser analisado alguns desses aspectos sobre a área, no Bairro Fumaça. Nesse sentido é importante contextualizar os motivos de escolha por parte em específico em relação ao bairro em questão.

Primeiramente, é importante entender que estamos trabalhando com a amostra, pois em trabalhos com a ciências sociais, existe uma dificuldade em trabalhar com a população, neste sentido: Amostra é parte da população ou do universo, selecionada de acordo com uma regra ou um plano. Refere-se ao subconjunto do universo ou da população, por meio do qual estabelecemos ou estimamos as características desse universo ou dessa população, deste modo a amostra pode ser tanto probabilística quanto não probabilística (Prodanov e Freitas, 2013)

Nesse sentido foi feita a amostragem não probabilística, que se define da seguinte forma: "(...) amostras não probabilísticas são compostas de forma acidental ou intencional. Os elementos não são selecionados aleatoriamente. Com o uso dessa tipologia, não é possível generalizar os resultados da pesquisa realizada, em termos de população (Prodanov e Freitas, 2013, p.98)". As amostragens não probabilísticas, podem ser divididas de diversas formas, neste sentido aplicamos aqui a amostragem de acessibilidade ou por conveniência:

O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que esses possam, de alguma forma, representar o universo. Aplicamos esse tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, em que não é requerido elevado nível de precisão. (Prodanov e Freitas, 2013, p.98)

Como citado anteriormente esse acesso foi realizado na região do bairro Fumaça em Caconde devido a facilidade, conhecimento e vivência na área, o que permitiu que fosse aplicado seis questionários com agricultores da área, esses agricultores que responderam eram os que estavam disponíveis em suas casas-propriedade no momento do trabalho de campo, importante lembrar que esse método não define a população geral do município, mas que vem nos ajudar a entender parte do processo. Assim, a intenção foi por meio de entrevista semiestruturada realizada para obter material referente a essas relações desses agricultores caracterizando as propriedades com cooperativas e/ou sindicatos rurais, o uso de agrotóxicos; crédito rural; autoconsumo; mão de obra; processo de comercialização, processo de transformação e entendimento sobre cafés especiais, e conhecimento (ou não) sobre a Associação dos Cafés da Região Vulcânica do Planalto de Poços de Caldas.

Nesse sentido, em relação a aplicação das entrevistas estruturadas é que (...) a entrevista é a obtenção de informações de um entrevistado sobre determinado assunto ou problema. Podendo ser: **padronizada ou estruturada:** é quando o entrevistador segue roteiro preestabelecido. Esta ocorre a partir de um formulário elaborado com antecedência. É importante lembrar que com a padronização, podemos comparar grupos de respostas (Prodanov e Freitas, 2013). Neste sentido é utilizado pelo entrevistado um formulário que:

É uma lista de questões que serão anotadas por um entrevistador, à medida que fizer suas observações ou receber respostas, numa situação face a face com a outra pessoa (o informante), ou pelo próprio pesquisado, sob sua orientação. Espécie de questionário preenchido pelo próprio pesquisador de acordo com as respostas do informante. Tem como vantagem permitir esclarecimento verbal adicional para as questões de entendimento mais difícil. Podemos concluir que o formulário é um questionário usado para realizar a entrevista pessoal. O que diferencia o formulário do questionário é o contato face a face e o preenchimento das respostas pelo entrevistador, no momento da entrevista (Prodanov e Freitas, 2013, p.111).

Esse processo foi essencial para a construção e obtenção de informações mais detalhadas para a caracterização.

Quarto Momento: Essa parte final teve como objetivo a sistematização desses dados com a análise dos questionários e demais informações obtidas por meio pesquisa de campo e demais informações. Assim pode ser possível a criação de tabelas, quadros, sínteses e mapas para o desenvolvimento do processo de escrita e da análise qualitativa que será apresentada posteriormente. Nesse sentido, os resultados dos dados primários e secundários serviram para exemplificar as características, potencialidades e desafios dos diferentes modelos de desenvolvimento rural na cafeicultura, e a questão de mercado por meio dos cafés especiais.

Nos próximos capítulos serão abordados com maiores detalhes os procedimentos aqui explicitados. O estudo realizado neste trabalho possibilitou um entendimento maior sobre as estratégias de mercado em relação a produção do café, buscando dar uma contribuição e análise geográfica sobre o tema, que é uma pauta relevante para Geografia Agrária e as Ciências Sociais de forma geral.

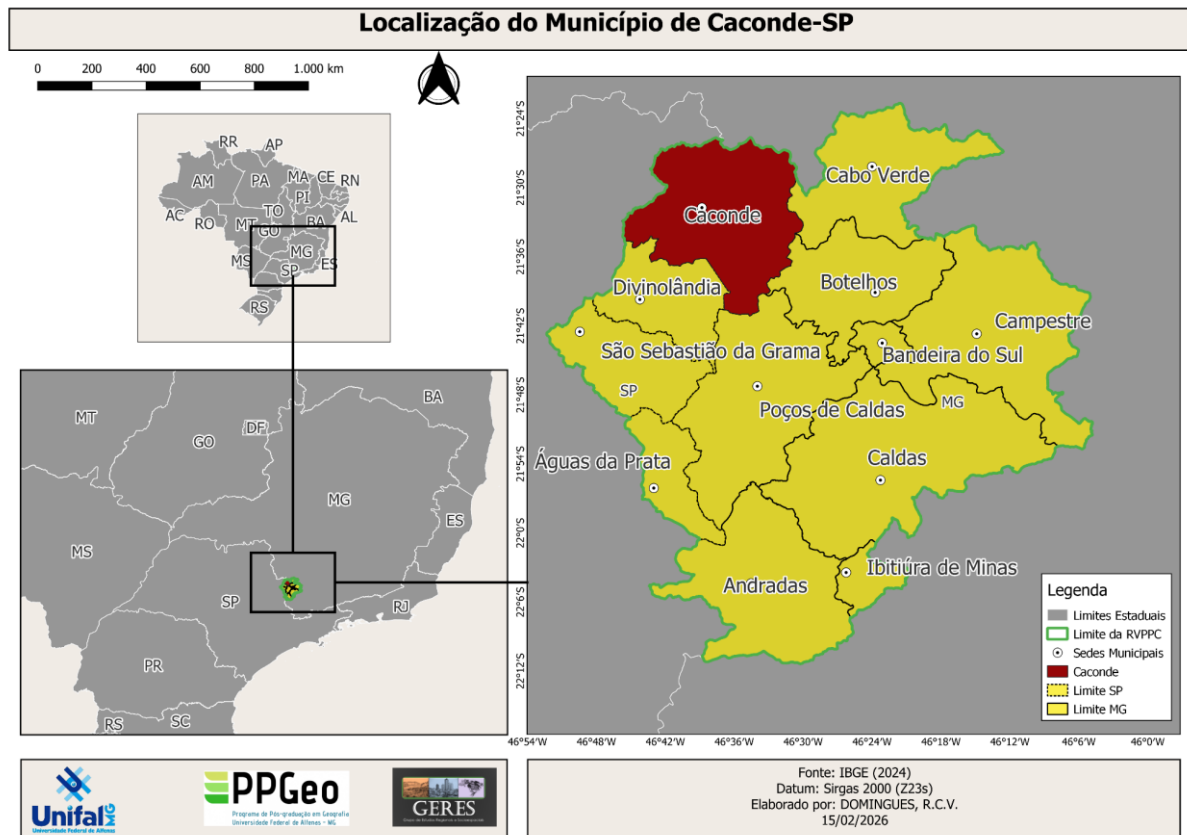
2. CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO

Nesse tópico, será discutido sobre os municípios escolhidos para a análise, que são o de Alfenas, localizado em Minas Gerais e Caconde localizado no estado de São Paulo, dando um panorama sobre questões populacionais, físicas e econômicas, com apoio dos dados secundários já apresentados anteriormente a fim de se compreender melhor o envolvimento dessas áreas em relação ao mundo rural e da influencia cafeeira.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CACONDE-SP

O município de Caconde-SP (Mapa 1), possui a população de 17.101 habitantes IBGE (2022), ou seja, um município que pode ser considerado pequeno e que possui grande dependência da economia rural onde entra o café. Em dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (2023) se destaca a sua principal relevância econômica na cultura cafeeira, sendo um dos principais produtores do estado de São Paulo na especialidade do café arábica, além do relevante papel na produção referente à agricultura familiar.

Mapa 1 – Mapa de localização do município de Caconde-SP.



Fonte: IBGE (2024)
Elaboração por: Autora (2025).

Em relação ao histórico do município não se tem em exato quem foi o fundador de Caconde. Contudo, documentos comprovam que no ano de 1765, pessoas à procura de ouro, entre as quais o Capitão Pedro Franco Quaresma, provavelmente tenha sido o descobridor das catas auríferas e, conseqüentemente, o fundador do arraial, em que se originou Caconde. Com a notícia de descoberta do ouro, que se supunha ser muito, o povoado aumentou e desenvolveu-se às margens do ribeirão Bom Sucesso. Com o aumento da população, o povoado foi elevado à categoria de freguesia, tendo como vigário, o padre Francisco Bueno de Azevedo, descendente de Amador Bueno. (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1958)

Oficialmente, o nome da cidade era Nossa Senhora da Conceição das Cabeceiras do Rio Pardo, vulgarmente era conhecida, desde os primeiros documentos, (1765) como Caconde. Alguns afirmam que a denominação "Caconda" que deu "Caconde", é anterior ao descobrimento do ouro, e que tal denominação foi dada pelos negros fugidos, os quilombolas. Terminado o ciclo do ouro, o homem vai

se fixando à terra e inicia-se o ciclo agropastoril. Os mineiros começam a se dirigir e se apossam de grande parte das terras onde existia a antiga freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Cabeceiras do Rio Pardo, por volta de 1810. O repovoamento do núcleo urbano somente foi efetivado em 1822, com a doação do patrimônio por Miguel da Silva Teixeira. Inicialmente, dedicaram-se à pecuária, que foi substituída pela cafeicultura em meados do século XIX, período de grande progresso, (Prefeitura de Caconde, 2024).

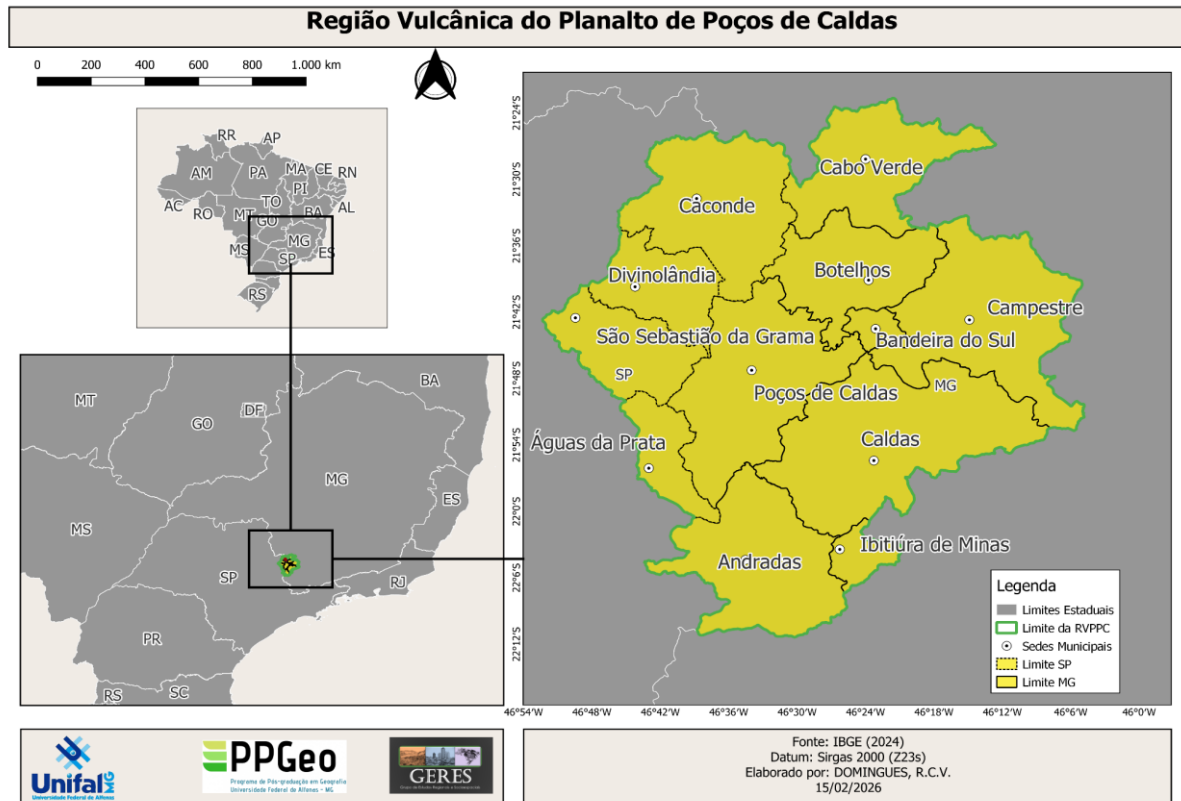
A 24 de dezembro, celebra-se a primeira missa. A freguesia foi elevada a Vila pela Lei. N°6, de 5 de abril de 1864. Foi elevada a cidade pela Lei n° 10, de 9 de março de 1883. Como município foi instalado em 21 de janeiro de 1865. Em divisão territorial datada de 1960, o município é constituído de 2 Distritos: Caconde e Barrânia. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1999. (IBGE, 2024). De acordo com a Pesquisa de Regiões de Influência das Cidades (2020), Caconde se encaixa como um centro local:

O último nível hierárquico define-se pelas Cidades que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo atrair alguma população moradora de outras Cidades para temas específicos, mas não sendo destino principal de nenhuma outra Cidade. Simultaneamente, os Centros Locais apresentam fraca centralidade em suas atividades empresariais e de gestão pública, geralmente tendo outros centros urbanos de maior hierarquia como referência para atividades cotidianas de compras e serviços de sua população, bem como acesso a atividades do poder público e dinâmica empresarial. São a maioria das Cidades do País, (REGIC, 2020, s.p)

De acordo com o Regiões de Influência das Cidades, a Região Geográfica Imediata a qual Caconde pertence, é a de Região Imediata de São José do Rio Pardo-Mococa: que são centros Sub-Regional B - áreas de influência de menor extensão que Capitais Regionais. Normalmente também são cidades de menor porte, com média nacional em torno de 85 mil habitantes (REGIC, 2018) e Centro de Zona A - cidades classificadas nesse nível da hierarquia urbana caracterizam-se por menores níveis de atividades de gestão, polarizando um número inferior de cidades vizinhas em virtude de comércio e serviços baseada nas relações próximas. (REGIC, 2018).

Em relação a área de delimitada de análise neste trabalho para Caconde, que é a Região Vulcânica a sua sede é Poços de Caldas (Mapa 2), nessa classificação se encaixa como uma Capital Regional C, que possui alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em comparação com as Metrôpoles, e sua localização se concentra principalmente, na Região Sudeste, onde 30 das 64 Capitais Regionais C se encontram. (REGIC, 2018)

Mapa 2 – Mapa de localização da Região Vulcânica.



Fonte: IBGE (2024)

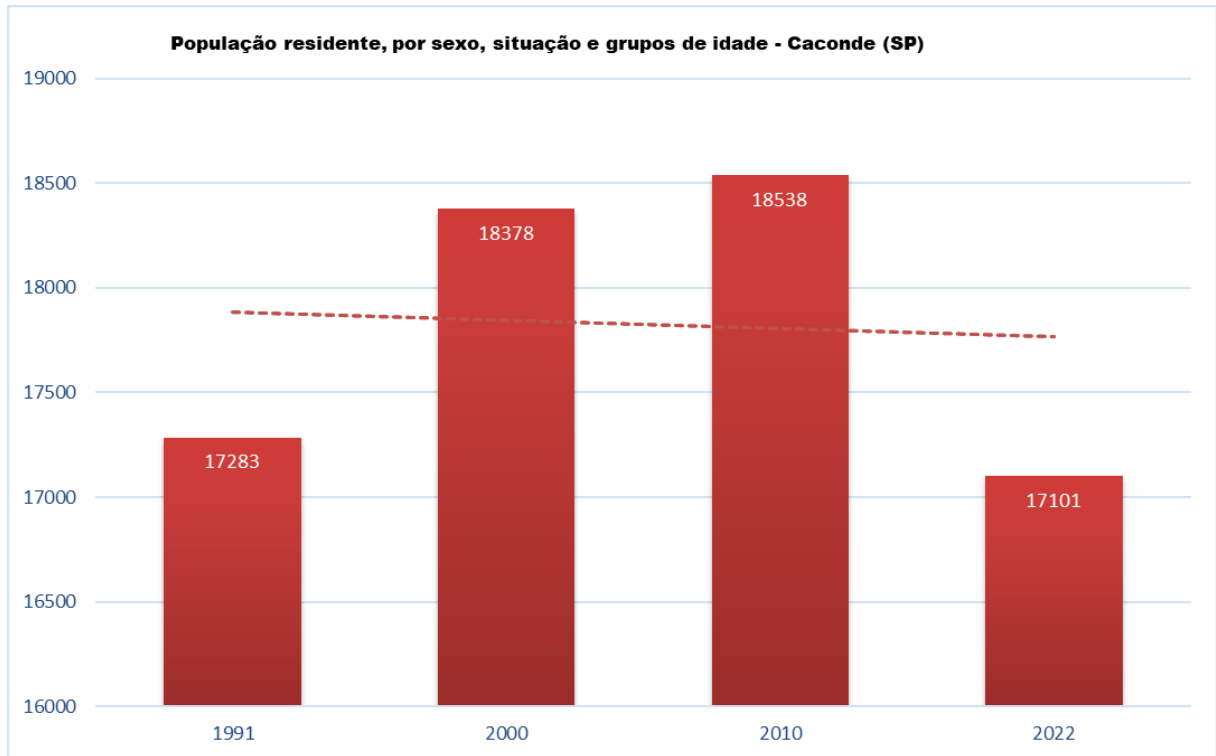
Elaboração por: Autora (2025)

De acordo com as séries históricas do IBGE, podemos acompanhar as mudanças populacionais do município, para isso foi usado os dados do IBGE dos Censos de 1991; 2000; 2010; 2022, para análise dos dados de população total, urbana, rural e sexo feminino e masculino, devido a alguns dados do censo demográfico de 2022, ainda estarem sendo disponibilizados, algumas informações mais claras são até do censo de 2010. Também foram utilizados dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017, para os estabelecimentos agropecuários e referente a aspectos físicos e sociais que envolvem a cultura do café e demais culturais os dados da Pesquisa Agrícola Municipal – PAM e também do Topodata do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE e da coleção 9 do MapBiomias.

A população total ao longo das últimas três décadas apresentou uma tendência de declínio, principalmente considerando o último censo. Entre 1991-2000, houve um aumento em torno de por volta de 6%; já em 2000-2010, esse aumento não chegou a 1%; E em 2010-2022, o declínio da população local chega a quase 8%, sendo até

mesmo, mais expressivo percentualmente do que o aumento ocorrido em 1991, uma vez que a população estimada se encontra mais baixa do que nesse período (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução populacional residente em Caconde-SP (1991-2022).

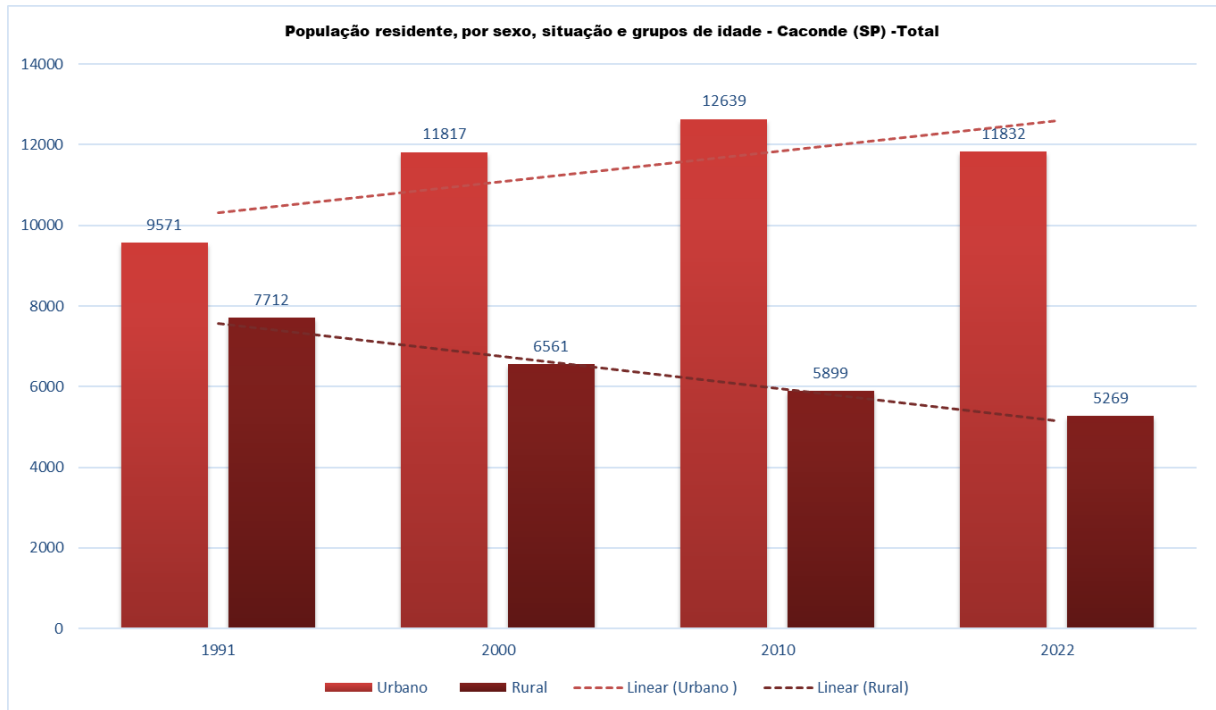


Fonte: SIDRA (IBGE, 2024)

Elaboração por: Autora (2025)

Nesse sentido também é importante analisar as dinâmicas em relação a questão da população urbana e rural e como é seu funcionamento. O município apresenta uma população rural bastante significativa, em 2022 a mesma chegava a 30% da população total, o que considerando relevante, pois a média nacional atualmente chega a 12,6%, com as taxas de urbanização passando de 87%. Mas ainda assim não chega a seus níveis de outrora, onde a população rural do município no censo de 1991 chegava próximo dos 45% (Gráfico 2). De todo modo, o município ainda apresenta uma ruralidade no ponto de vista demográfico, bastante representativa e isso tem repercussões em diversos elementos da sociedade local.

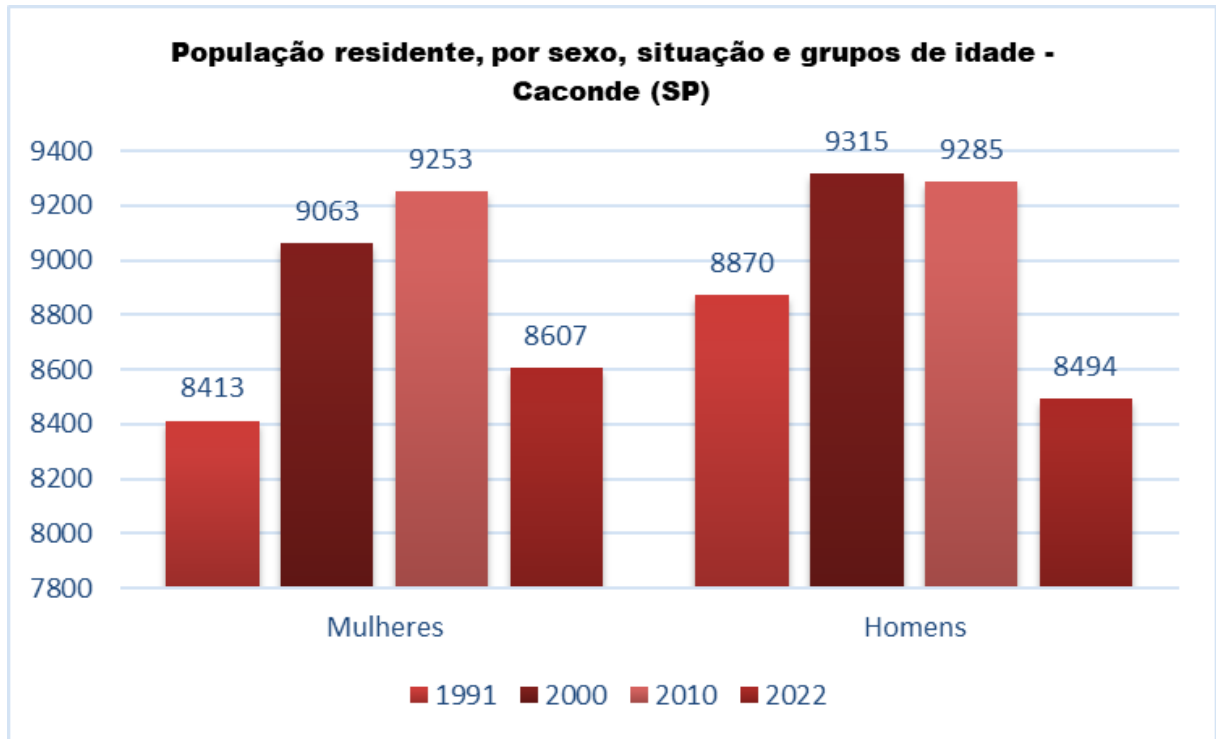
Gráfico 2 - Evolução populacional urbana e rural residente em Caconde-SP (1991-2022).



Fonte: SIDRA (IBGE, 2024)
Elaboração por: Autora (2025)

Em um panorama geral, em relação as questões de sexo no município, pode-se perceber que a quantidade da população masculina, apresentou redução apenas no censo de 2022, que como visto anteriormente foi uma queda na população do município de maneira geral. A quantidade de mulheres, mesmo que menores nos censos anteriores a este, apresentou aumentos durante o período de 2000-2010, enquanto em relação aos homens já havia uma tendência de queda (Gráfico 3).

Gráfico 3 - População residente de mulheres e homens em Caconde-SP (1991-2022).

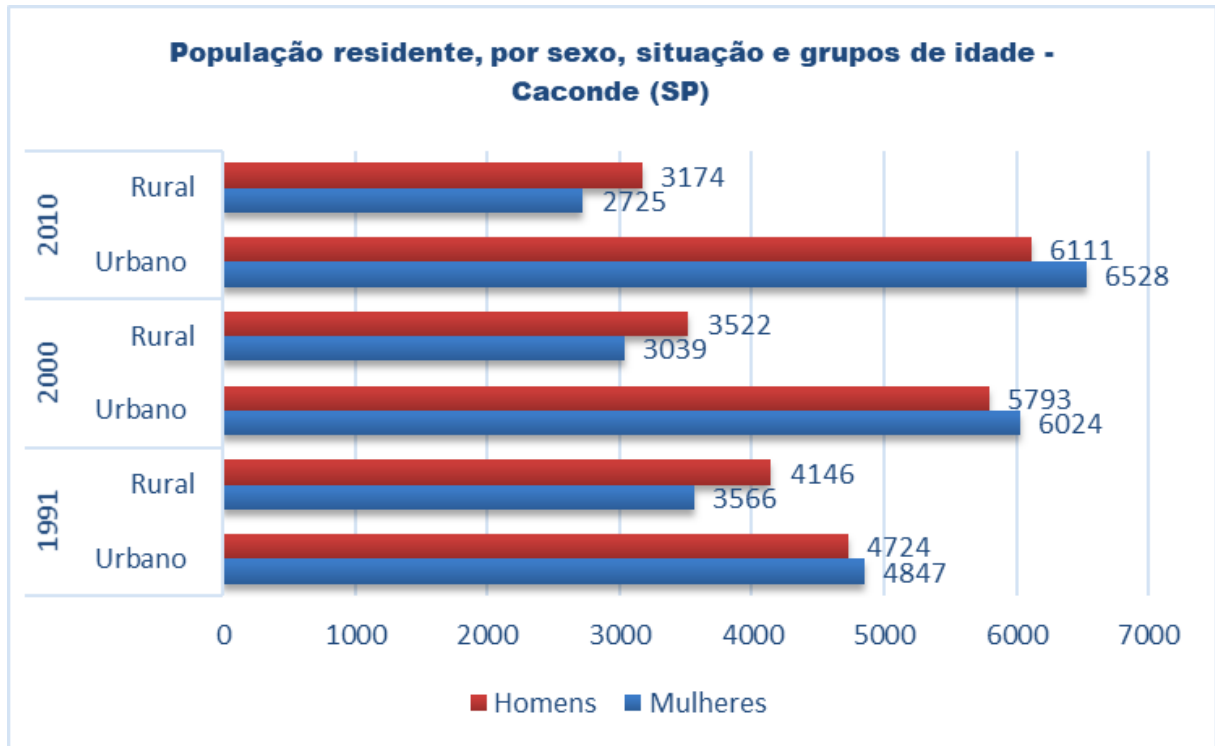


Fonte: SIDRA (IBGE, 2024)

Elaboração por: Autora (2025)

Observar as dinâmicas em relação a sexo relacionado os espaços urbano e rural, também dá uma dimensão em como entender as questões de gênero, principalmente no que se diz a respeito da masculinização do campo (Gráfico 4). Bungel et al (2024), citam esse processo com algo da realidade do campo a mulher é historicamente vista como dependente do homem (principalmente economicamente), esse processo as excluiu do seu direito à terra. Assim vemos que muitas mulheres nesta situação foram induzidas, pelo desconhecimento de questões em relação a posse, herança e sucessão que envolvem o mundo rural, a deixar a vida no campo e ir para as cidades.

Gráfico 4 - População residente de mulheres e homens no urbano e rural em Caconde-SP (1991-2010).

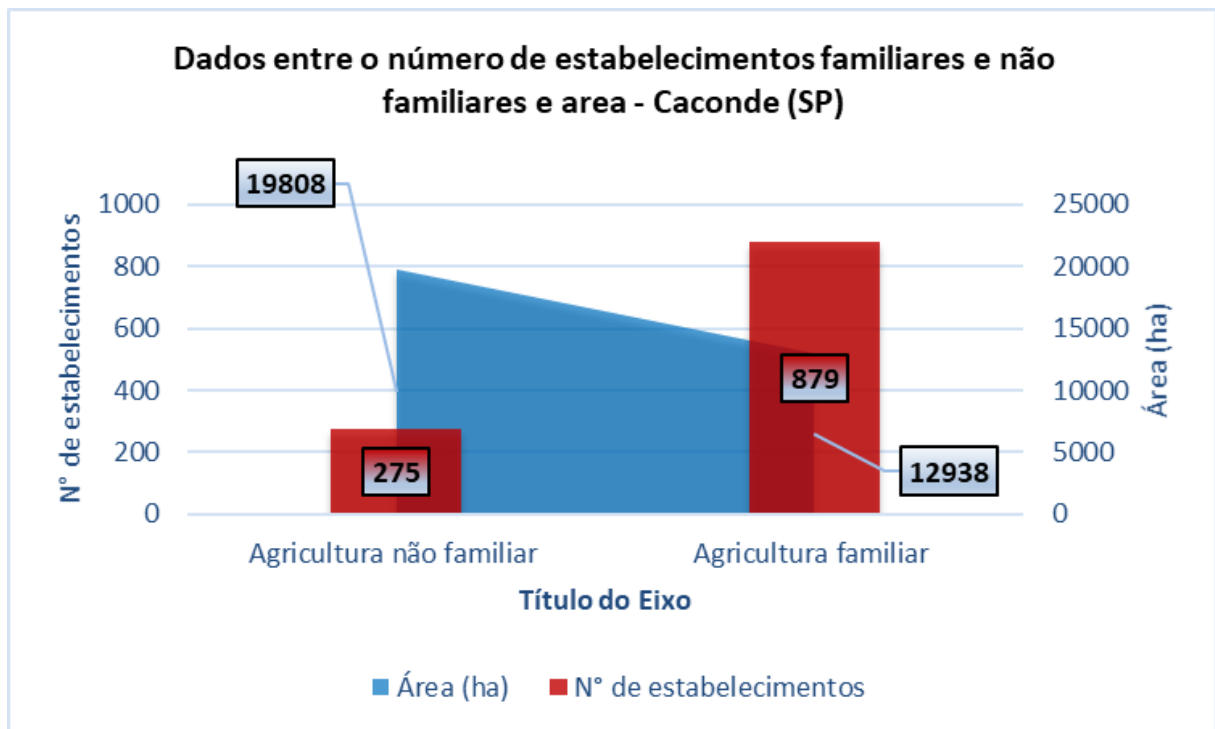


Fonte: SIDRA (IBGE, 2024)
Elaboração por: Autora (2025)

Observando a série histórica até o ano de 2010 onde se tem os dados completos, a predominância de mais homens no meio rural no município de Caconde já ocorria na década de 1990, seguindo essa tendência assim percebemos também que no urbano, em contrapartida apresenta maior quantidade de mulheres, mostrando que a mesma está à margem dos processos ocorridos no campo, lhe restando o êxodo, os homens mesmo em menor quantidade geral, estão em maior número no rural. Neste sentido o conhecimento, capacitação e educação em relação ao direito agrário se faz necessário para garantir equidade e fixação das mulheres no campo (Bungel et al, 2024).

Nesse sentido, também é importante fazer a ligação dessas dinâmicas populacionais entendendo a influência da agricultura na área e a sua relação entre estabelecimentos e área ocupada pelos mesmos (Gráfico 5)

Gráfico 5 - Dados do número de estabelecimentos familiares e não familiares e a área ocupada em hectares em Caconde-SP



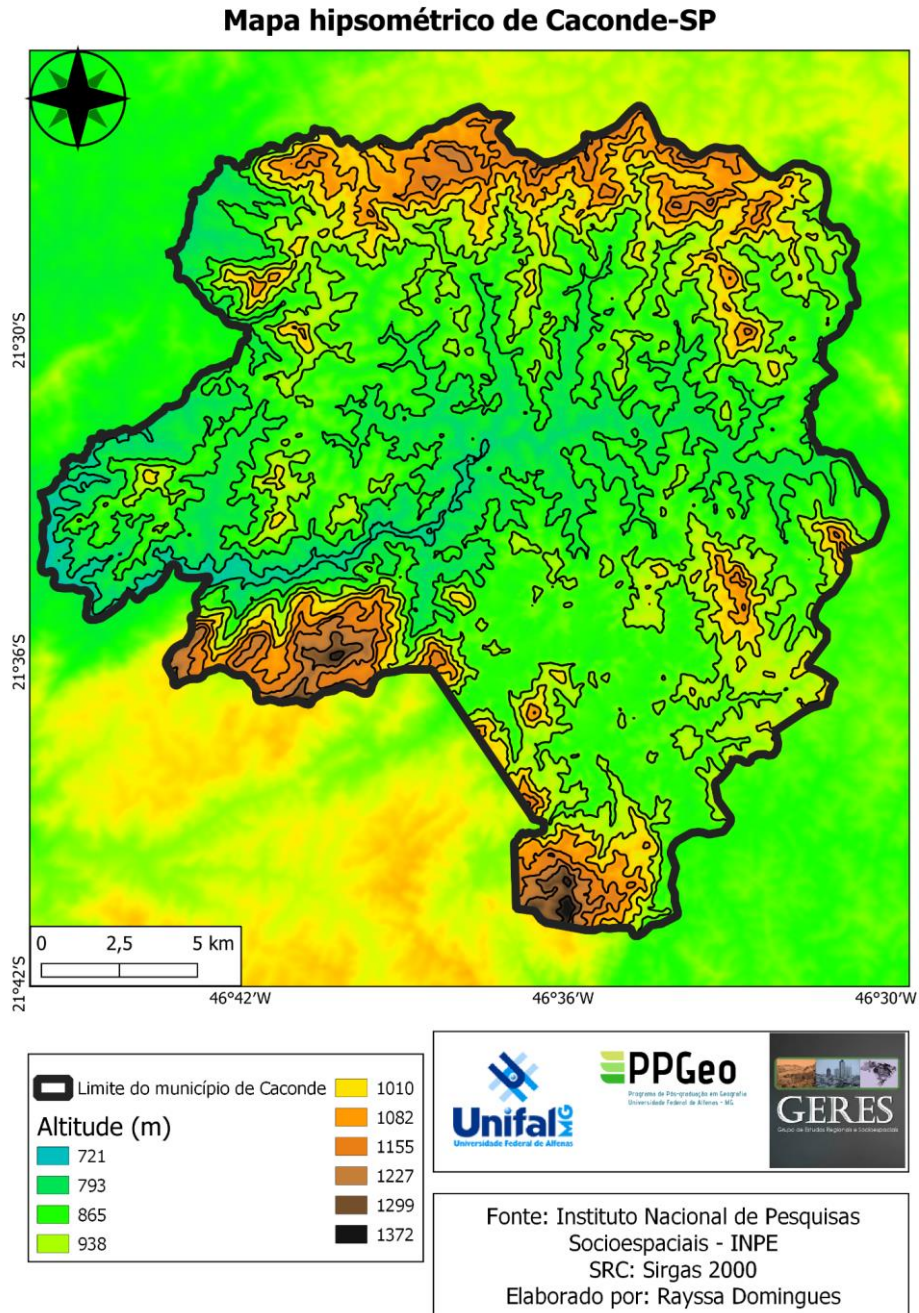
Fonte: SIDRA; Censo Agropecuário (IBGE, 2017)

Elaboração por: Autora (2025)

A relação de estabelecimentos familiares e não familiares em Caconde possuem porcentagens de aproximadamente 76% para 24% respectivamente mostrando uma maior quantidade desses agricultores familiares. Porém quando olhamos a sua relação com as áreas ocupadas, essas relações mudam, pois os hectares de agricultores não familiares são superiores a familiar, com as porcentagens de 60% para 40%, ou seja, a concentração de terras se mostra ainda em considerável desigualdade, uma grande quantidade nas mãos de poucos.

Se tratando em específico da cultura do café agora apresentaremos dados que ajudam a compreensão da sua espacialidade na área, uma vez que entrelaçando as questões humanas e físicas, compreendemos a sua perpetuação. Um elemento importante para a análise da cultura cafeeira é a questão das altitudes, de acordo com o Manual do Café: Implantação de cafezais, especificamente se tratando do café arábica, recomenda-se o plantio em áreas entre 600 m e 1.200 m de altitude, pela influência que exerce na longevidade, na produtividade da lavoura e na qualidade da bebida (Mesquita et al, 2016), o que podemos observar abaixo (Mapa 3)

Mapa 3 – Mapa hipsométrico de Caconde-SP



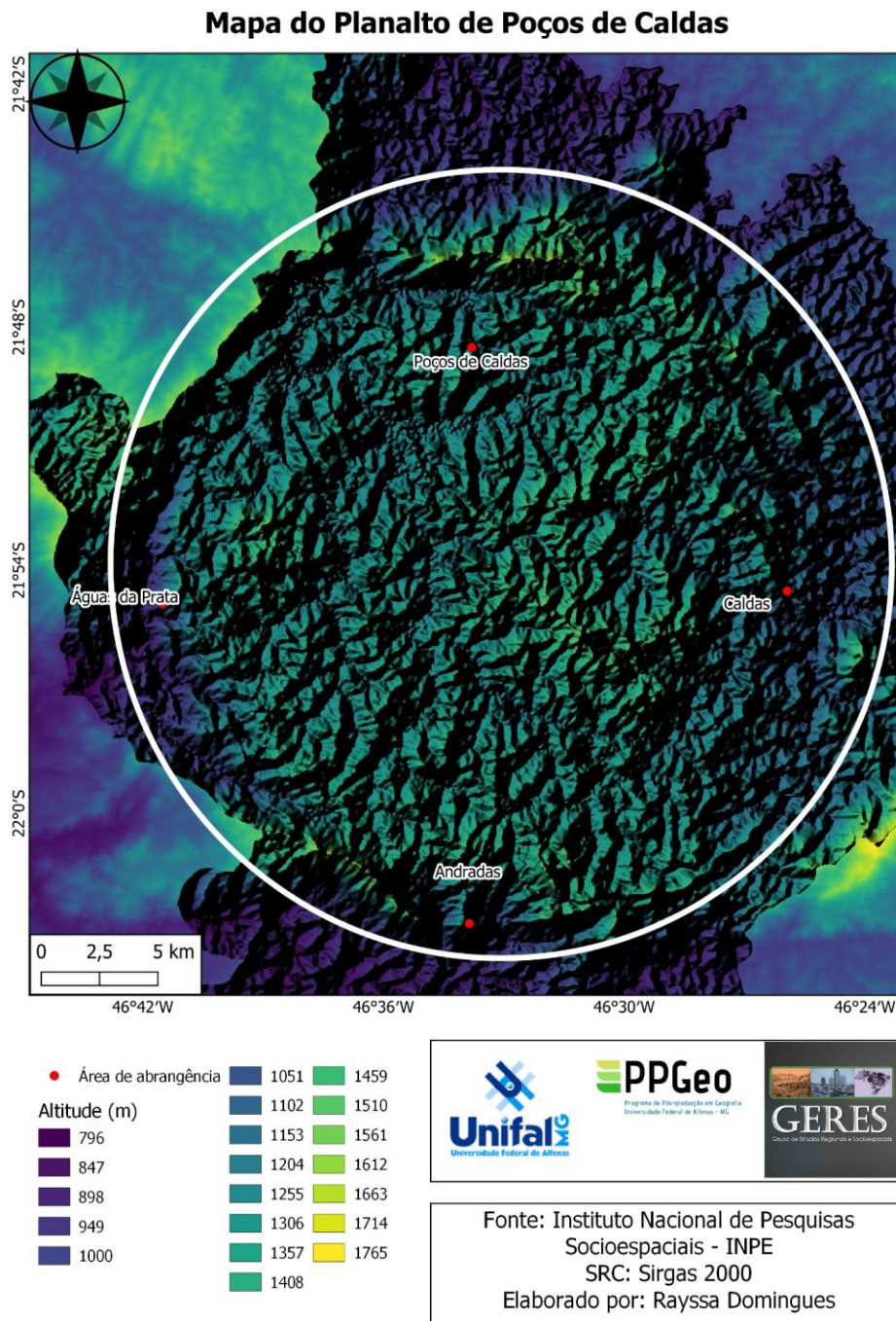
Fonte: INPE, 2024

Elaboração por: Autora (2025)

Analisando observamos que a área de Caconde se encaixa nos padrões estabelecidos, o que assim justifica a sua expansão, com as altitudes variando entre 721 até quase 1400 metros, ou seja, propícios para o cultivo da commodity. Importante citar também que o município se encontra na Região do Planalto Vulcânico de Poços de Caldas, localizado na borda ocidental da Mantiqueira, em contato com os extremos orientais da bacia sedimentar do Paraná, assim o processo intrusivo que

originou o planalto ocorreu em domínios do embasamento cristalino, cercado por granitos, gnaisses e migmatitos pré-cambrianos de alto grau metamórfico (Tinós et al, 2014), ou seja a dinâmica geológica-geomorfológica influencia estritamente as altitudes da área (Mapa 4).

Mapa 4 – Mapa hipsométrico do Planalto de Poços de Caldas

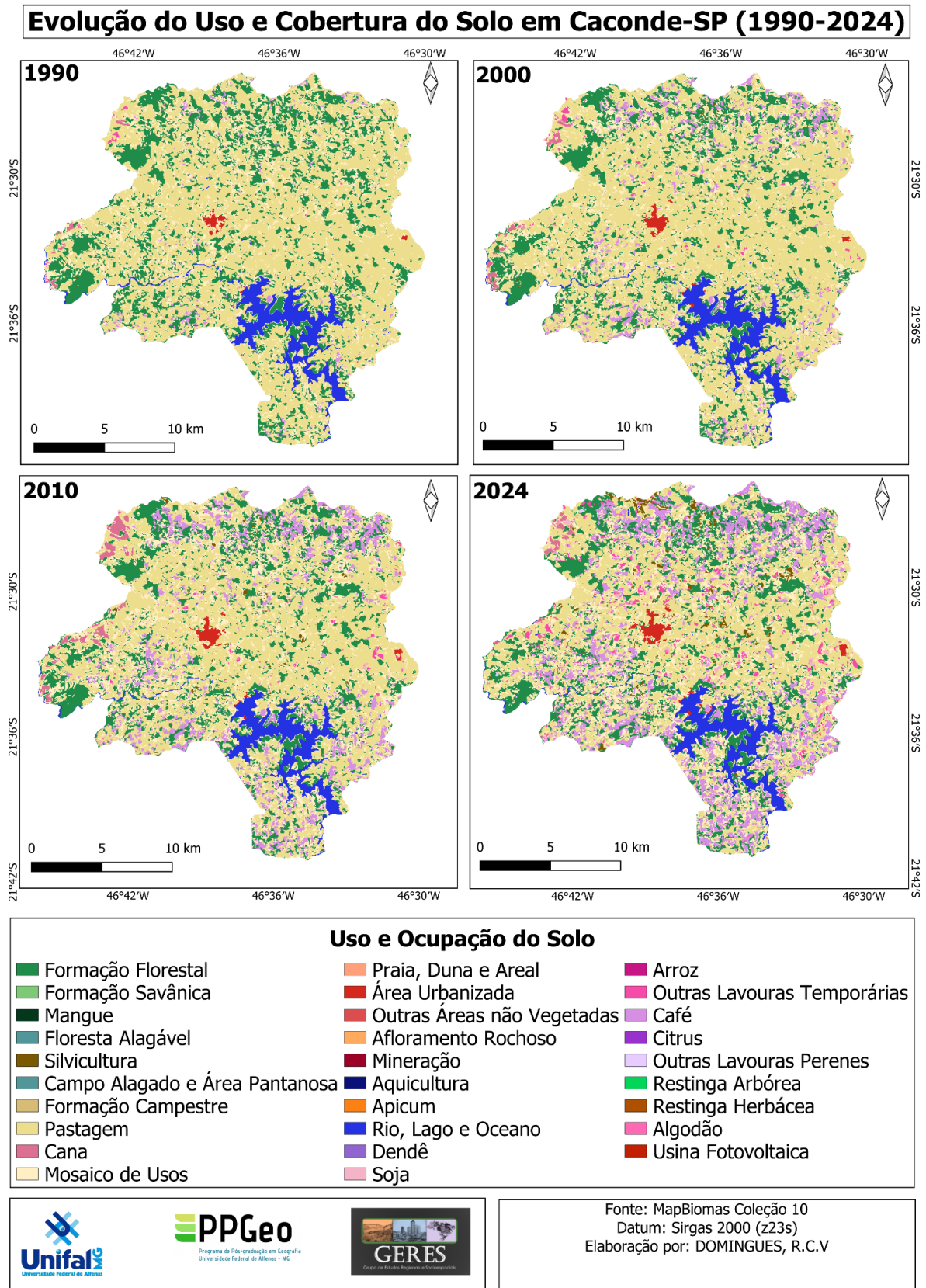


Fonte: INPE, 2024
 Elaboração por: Autora (2025)

Essa dinâmica física regional ocorrida em tempos remotos foi essencial para atualidade, já que propiciou para os municípios da Região do Planalto Vulcânico de Poços de Caldas, um solo vulcânico, que mesclando fatores sociais e culturais trouxe o desenvolvimento de algo único para a cafeicultura local, gerando um terroir próprio e que não é encontrado em nenhum outro local, sendo assim Caconde um dos municípios a se beneficiar desse processo.

Ainda nas questões físicas, a evolução da cultura cafeeira na área de Caconde pode ser vista a partir da análise de uso e cobertura da terra, sendo um instrumento de observação da paisagem ao longo do tempo, tanto em dinâmicas naturais, sociais e econômicas que constituem o desenvolvimento desse espaço como geográfico, na sua utilização, principalmente agropecuária (Mapa 5).

Mapa 5 – Mapa de Uso e Cobertura do Solo em Caconde-SP



Fonte: MapBiomias Coleção 9
 Elaboração por: Autora (2025)

Caconde neste recorte de tempo entre 1990-2023 apresenta uma tendência de crescimento para dominância de café em relação a outras culturas sejam temporárias ou perenes, principalmente a partir de 2010. Em compensação a área de pastagem e a sua formação florestal, se reduziram ao longo desse período, em contraste com a expansão cafeeira. Em relação a produção e a área ocupada vemos os efeitos da comoditização bastante acentuados (Tabela 2):

Tabela 2 – Área plantada e quantidade produzida de culturas agrícolas em Caconde-SP (1990-2023)

Culturas agrícolas	Anos							
	1990		2000		2010		2023	
	Ton	Ha	Ton	Ha	Ton	Ha	Ton	Ha
Abacate	-	-	-	-	-	-	70	7
Alho	15	5	40	8	-	-	-	-
Arroz (em casca)	240	400	125	150	9	2	-	-
Banana (cacho)	-	-	29	32	300	15	246	12
Batata-inglesa	750	85	1450	120	940	47	500	20
Café (em grão) Total	3348	8000	13920	6517	6072	9950	13500	10000
Café (em grão) Arábica	13500	10000
Cana-de-açúcar	24000	300	19800	220	33360	497	11530	140
Cebola	180	15	540	45	-	-	300	10
Feijão (em grão)	324	600	270	550	87	146	75	35
Laranja	2000	20	-	-	930	23	-	-
Limão	-	-	-	-	-	-	-	1
Mandioca	-	-	-	-	-	-	107	5
Milho (em grão)	4800	2000	7080	3100	7200	1500	1480	300
Soja (em grão)	-	-	-	-	-	-	3120	800
Sorgo (em grão)	-	-	-	-	-	-	343	130
Tangerina	-	-	-	-	310	5900	-	-
Uva	-	-	30	2	9	5	13	2

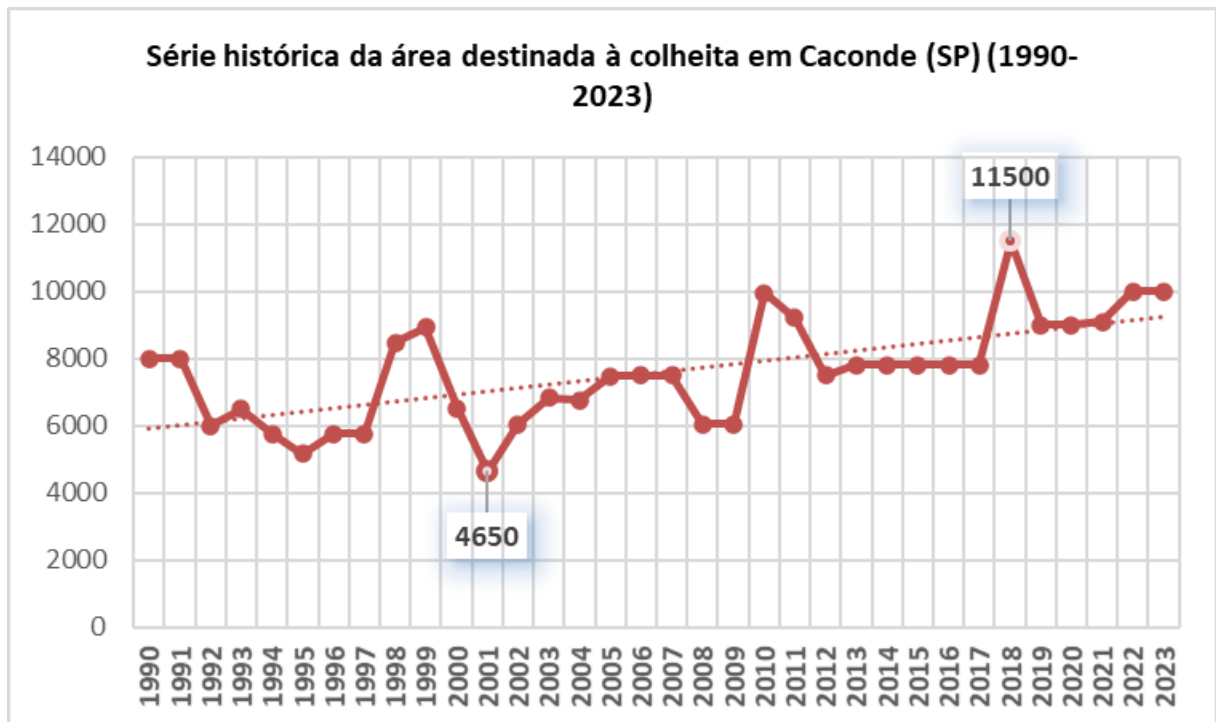
Fonte: SIDRA; Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2023)

Elaboração por: Autora (2025)

Neste recorte temporal podemos observar que inicialmente em Caconde, apesar da grande área plantada para o café, ainda assim a maior produção municipal

era referente a cana-de-açúcar, ainda que continue também relevante, essa na última década se reduziu, milho apresentou uma relevante ascensão também reduziu na última década e soja ainda possui uma dinâmica mais recente na área em comparação a essas, assim e o café atualmente passou a configurar como maior produção e área, enquanto nas demais culturas, pode ser percebido o desaparecimento de algumas (alho, arroz, citrus), e o surgimento de novas (abacate, mandioca e sorgo), mas com uma produção longe dos números principalmente do café e cana. As culturas não ligadas a *commodities* que se mantiveram todo esse tempo, tem grande parte se reduzido (feijão, batata-inglesa), mostrando como a comoditização e fortalecimento do café tem se manifestado na área e assim feito o município se configurar como um produtor em destaque dentro da produção no estado de São Paulo (Domingues, 2025). Esse processo e sua evolução nos últimos anos podem ser vistos no gráfico 6.

Gráfico 6 - Série histórica da área destinada à colheita café (ha) em grãos em Caconde-SP



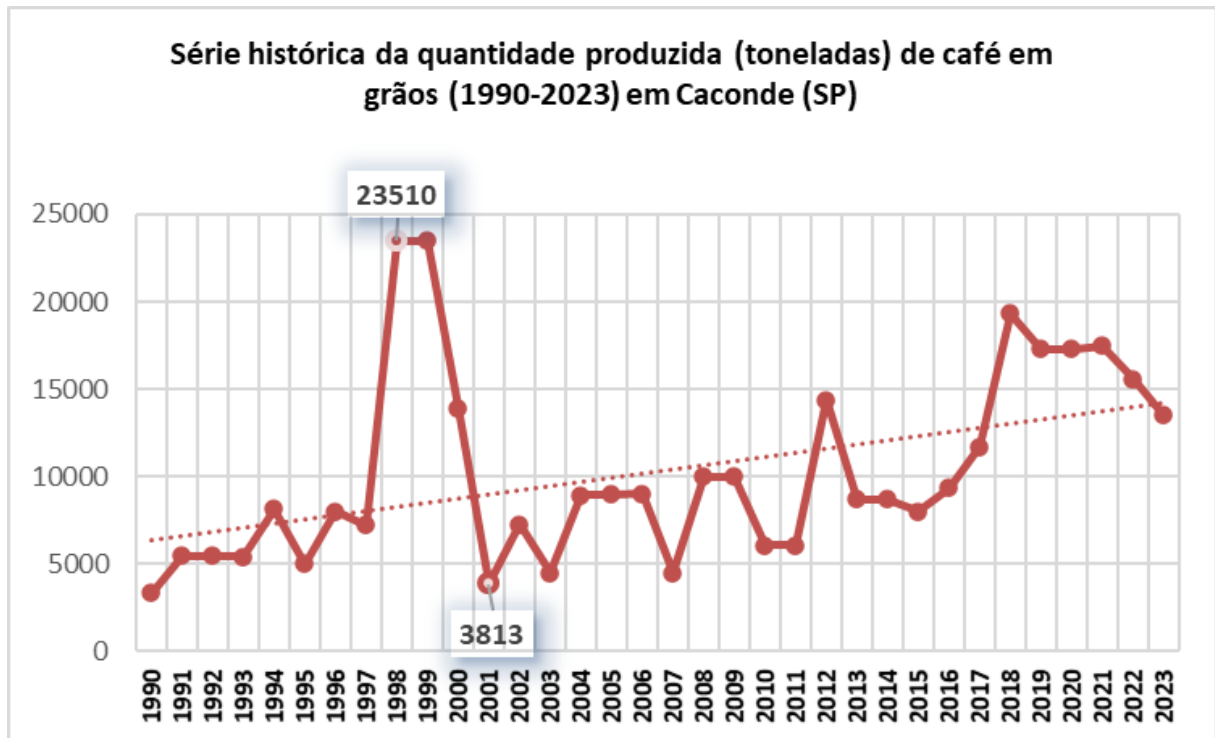
Fonte: SIDRA – Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE, 2023)

Elaboração por: Autora (2025)

Aqui observamos uma linha de tendência positiva, em destaque temos os anos de menor e maiores áreas que são respectivamente 2001 e 2018, entre os altos e baixos, a média do município chega 7.587 hectares. Essa oscilação ao longo dos anos

pode ter origem na bienalidade do cafeeiro, que é o fenômeno da alternância de grandes e pequenas produções ao longo do tempo, em grande parte observado no café arábica (Mendonça et al, 2011), o qual é a produção do município de Caconde, além de que eventos climáticos adversos também podem vir a influenciar. Em contrapartida os dados em relação a produção não apresentaram médias tão acentuadas (Gráfico 7)

Gráfico 7 - Série histórica da produção de café (ton) em grãos em Caconde-SP



Fonte: SIDRA – Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE, 2023)

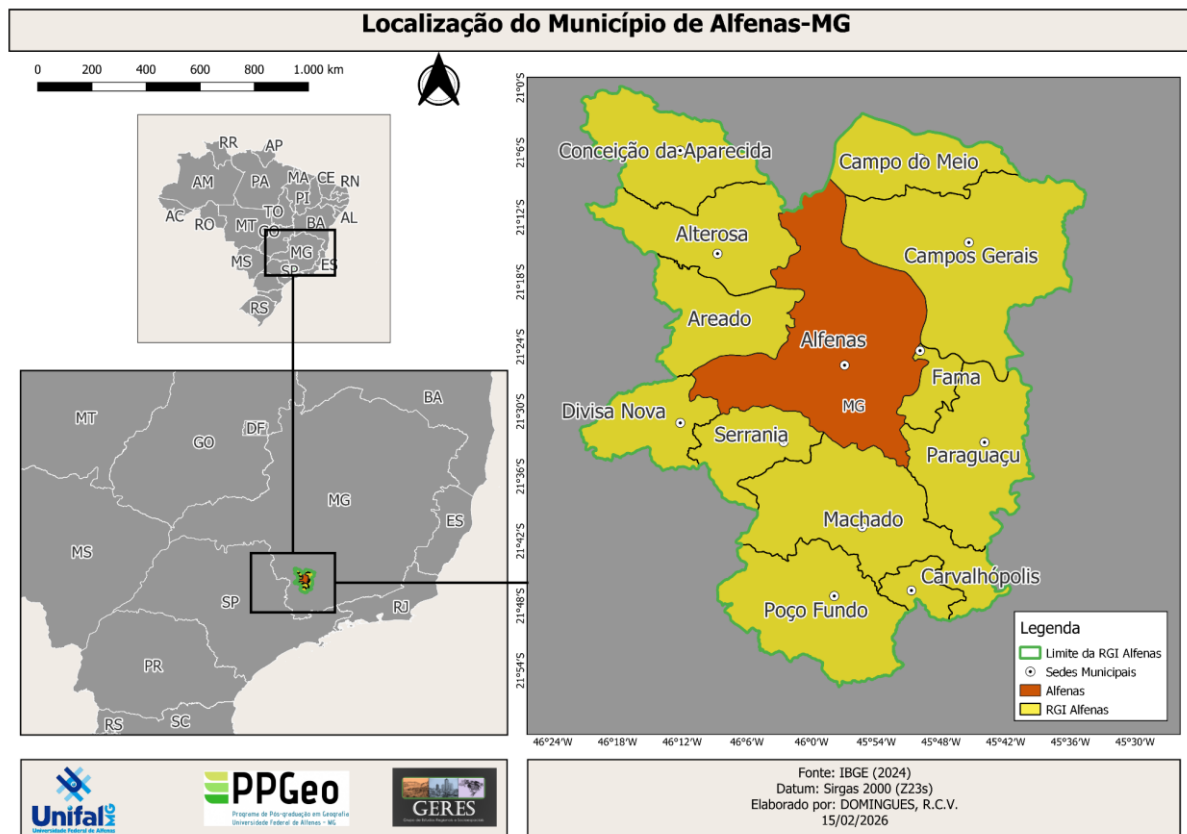
Elaboração por: Autora (2025)

Em destaque temos os anos de menor e maiores áreas que são respectivamente 2001 e 1998, entre os altos e baixos, a média do município chega a 10.274 toneladas. O ano de 1998 apresenta uma produção que difere bastante do resto dos anos da série histórica, que apresenta dados bem mais baixos durante a década de 2000 e voltando somente a crescer consideravelmente a partir da década de 2010, mas ainda não alcançando esse número. Ainda assim apresenta boas tendências mostrando a sua relevância na última década, tanto em quantidade quanto em hectares, principalmente em comparação com outras culturas.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALFENAS-MG

O município de Alfenas (Mapa 6), de acordo com o último censo demográfico do IBGE (2022), possui população de 78.970 habitantes, sendo assim um município médio o qual polariza a região imediata de mesmo nome. A implantação da usina hidrelétrica de Furnas, com a construção iniciada em 1958 e o início das operações em 1963, trouxe alterações na dinâmica existente, com a perda das várzeas férteis, então a lógica produtiva existente deu espaço ao crescimento da cafeicultura na área (Costa, 2023).

Mapa 6 – Mapa de localização do município de Alfenas-MG



Fonte: IBGE (2024)

Elaboração por: Autora (2025)

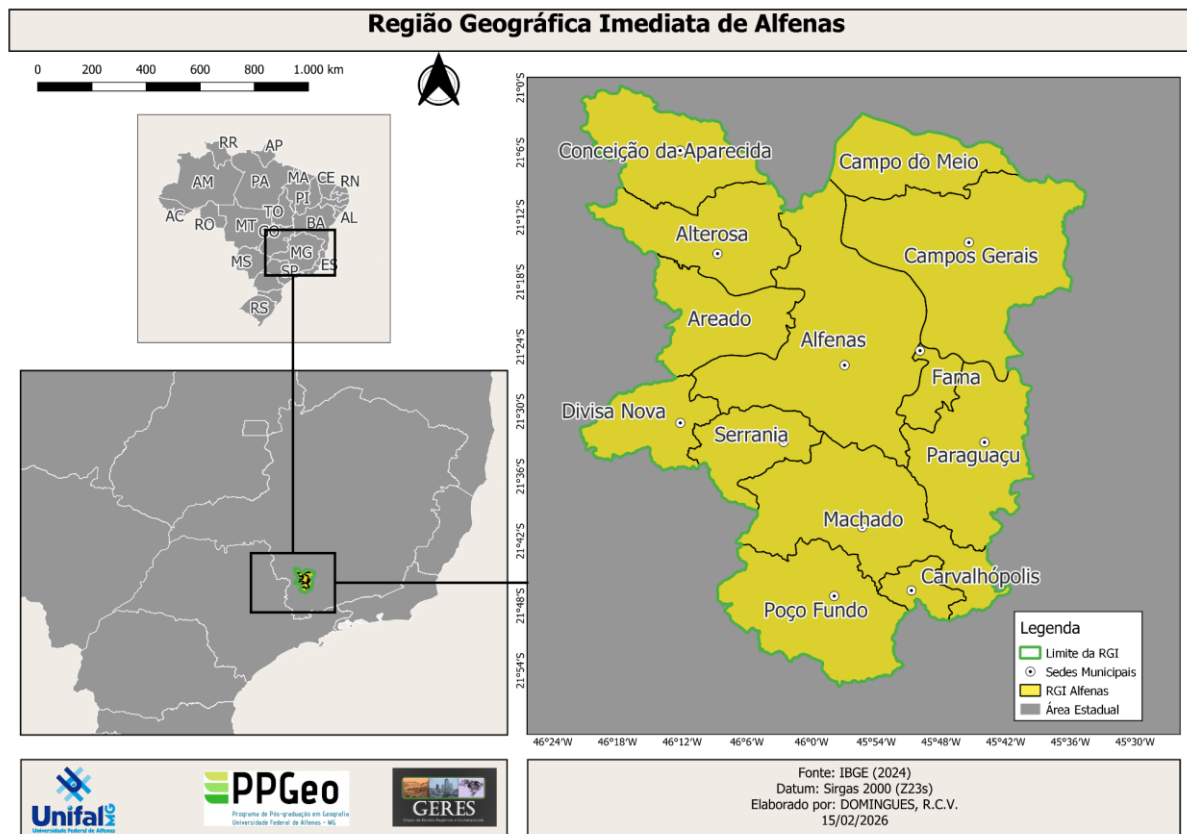
Os dados obtidos dizem que por volta de 1805 aparecem as primeiras indicações sobre os primeiros habitantes colonizadores de Alfenas, com a doação de terreno feita por Francisco Siqueira de Araújo e sua esposa à Capela de Nossa Senhora das Dores e São José. Em 1832, a capela já possuía um pároco, o padre Venancio José da Siqueira (Enciclopédia dos municípios brasileiros, 1958). Nos livros

da matriz de Alfenas encontra-se a primeira referência ao Cônego José Carlos Martins, datada de 1857, quando foi ele provisionado pároco da freguesia.

Assim é criado o distrito com a denominação de Vila Formosa de Alfenas pelo Decreto de 14-07-1832 e pela Lei Estadual n.º 2, de 14-09-1891. Em divisão territorial datada de 1-7-1960 o município é constituído de 2 distritos: Alfenas e Barranco Alto. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014. (IBGE, 2024).

De acordo com o Regiões de Influência das Cidades, a Região Geográfica Imediata qual Alfenas pertence, é respectivamente a própria Região Imediata de Alfenas, que é um Centro Sub-Regional A - áreas de influência de menor extensão que Capitais Regionais. Normalmente também são cidades de menor porte populacional, com média nacional em torno de 85 mil habitantes (REGIC, 2018), ou seja, Alfenas é um polo da sua própria região (Figura 7).

Mapa 7 – Mapa de localização da RGI de Alfenas



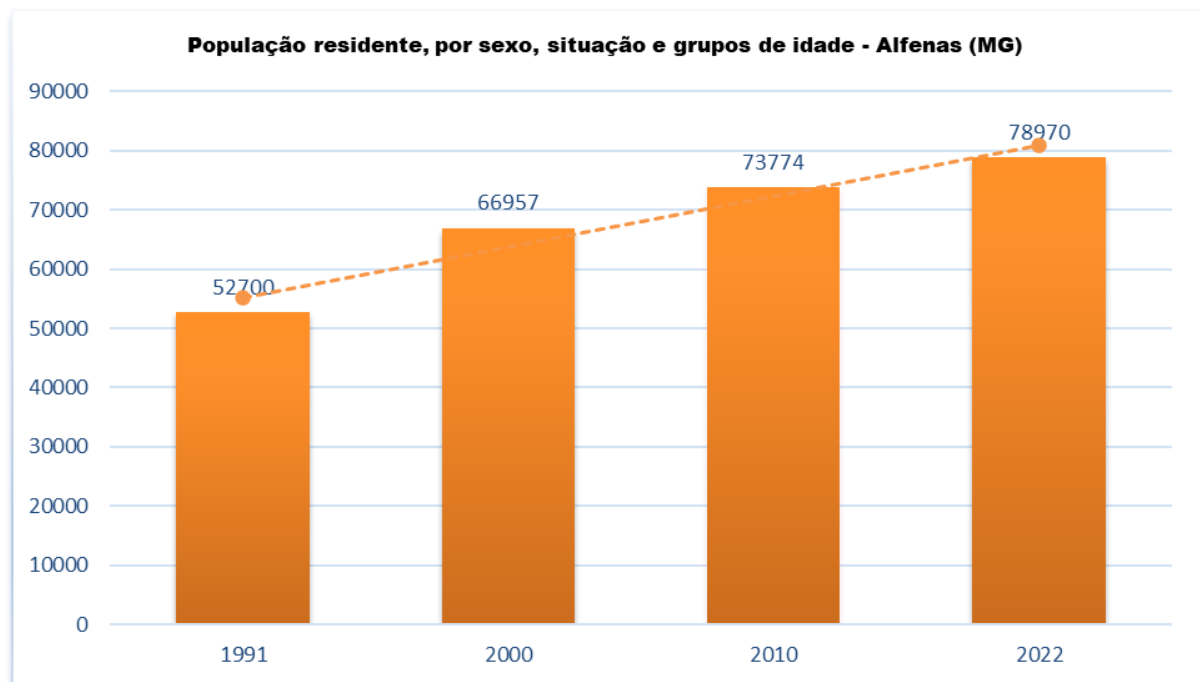
Fonte: IBGE (2024)

Elaboração por: Autora (2025)

A análise para Alfenas, seguiu da mesma forma que com o município de Caconde, de acordo com as séries históricas do IBGE, usando os dados dos Censos de 1991; 2000; 2010; 2022, para análise dos dados de população total, urbana, rural e sexo feminino e masculino, em razão de alguns dados do censo demográfico de 2022, ainda estarem sendo disponibilizadas, algumas informações mais claras são até do censo de 2010. Também utilizados os dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017, para os estabelecimentos agropecuários e referente a aspectos físicos e sociais que envolvem a cultura do café e demais culturais os dados da Pesquisa Agrícola Municipal – PAM e também do Topodata do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE e da coleção 9 do MapBiomas.

A população total ao longo das últimas três décadas apresentou uma tendência de aumento, ainda que no último censo essa fosse menos expressiva, principalmente considerando o último censo. Entre 1991-2000, houve o aumento mais expressivo em torno de por volta de 20%; já em 2000-2010, esse aumento ficou em torno dos 9%; E em 2010-2022, é o menor aumento da população local chegando por volta dos 6,5% (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Evolução populacional residente em Alfenas - MG (1991-2022).

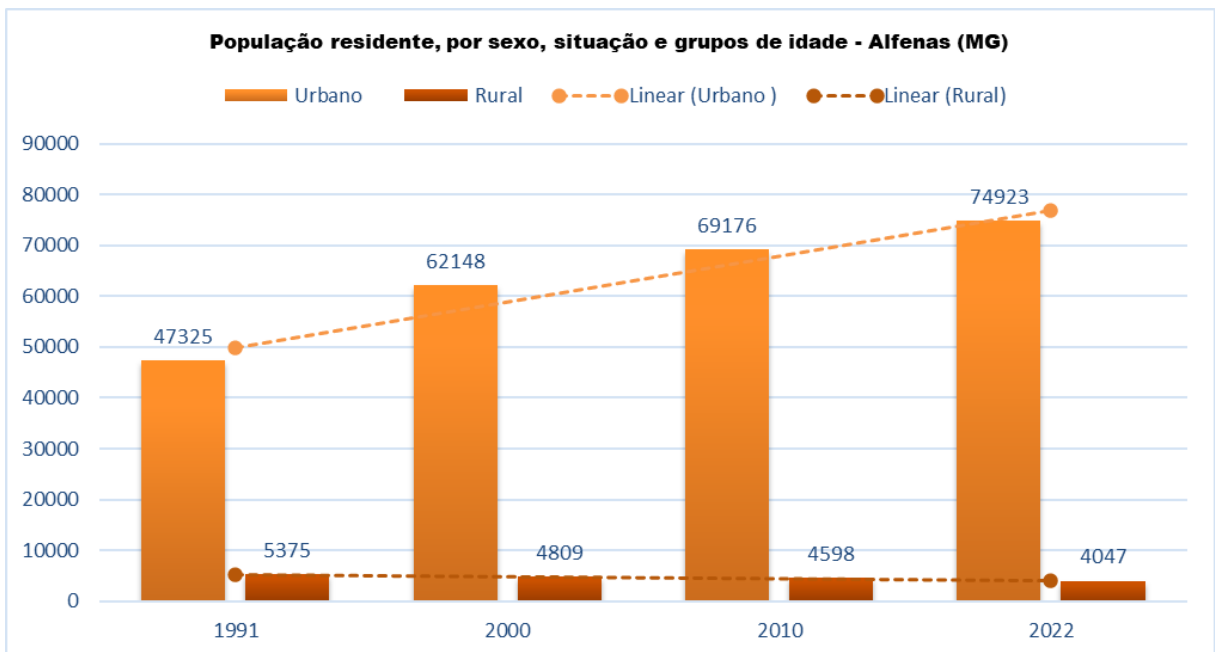


Fonte: SIDRA (IBGE, 2024)

Elaboração por: Autora (2025)

Nesse sentido, analisando as dinâmicas em relação a questão da população urbana e rural. Alfenas já é um o município que caminha para uma urbanização quase total até mesmo ultrapassando a média nacional, pois possui uma população rural, bem mais baixa que o município de Caconde. Em 2022, a mesma chegava em torno de 5% da população total. No censo de 1991, esse número chegava em torno dos 10%, o que mostra que nas últimas três décadas esse índice caiu pela metade, mostrando que Alfenas, passou a ter grande predomínio em sua população urbana (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Evolução populacional urbana e rural residente em Alfenas - MG (1991-2022).

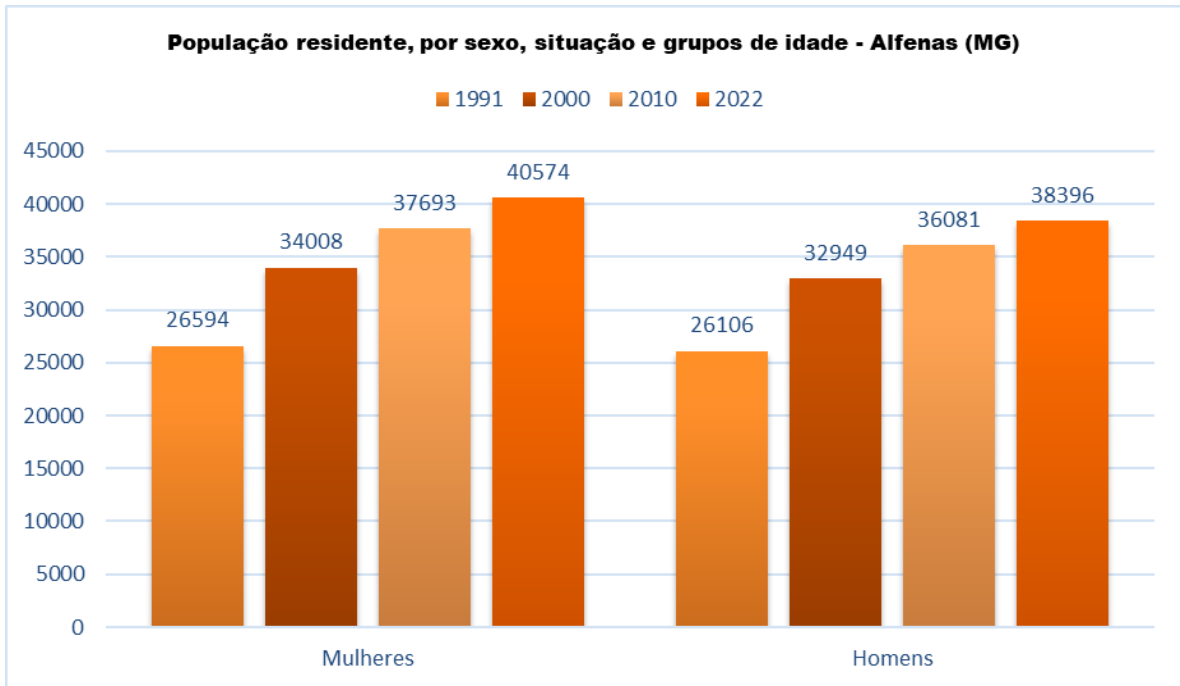


Fonte: SIDRA (IBGE, 2024)

Elaboração por: Autora (2025)

Em um panorama geral, em relação as questões de sexo no município, podemos perceber que a quantidade de mulheres desde da série histórica de 1991, apresentou número maiores do que de homens, ou seja em termos gerais, Alfenas se mostra um município com uma maior tendência feminina (Gráfico 10).

Gráfico 10 - População residente de mulheres e homens em Alfenas – MG.

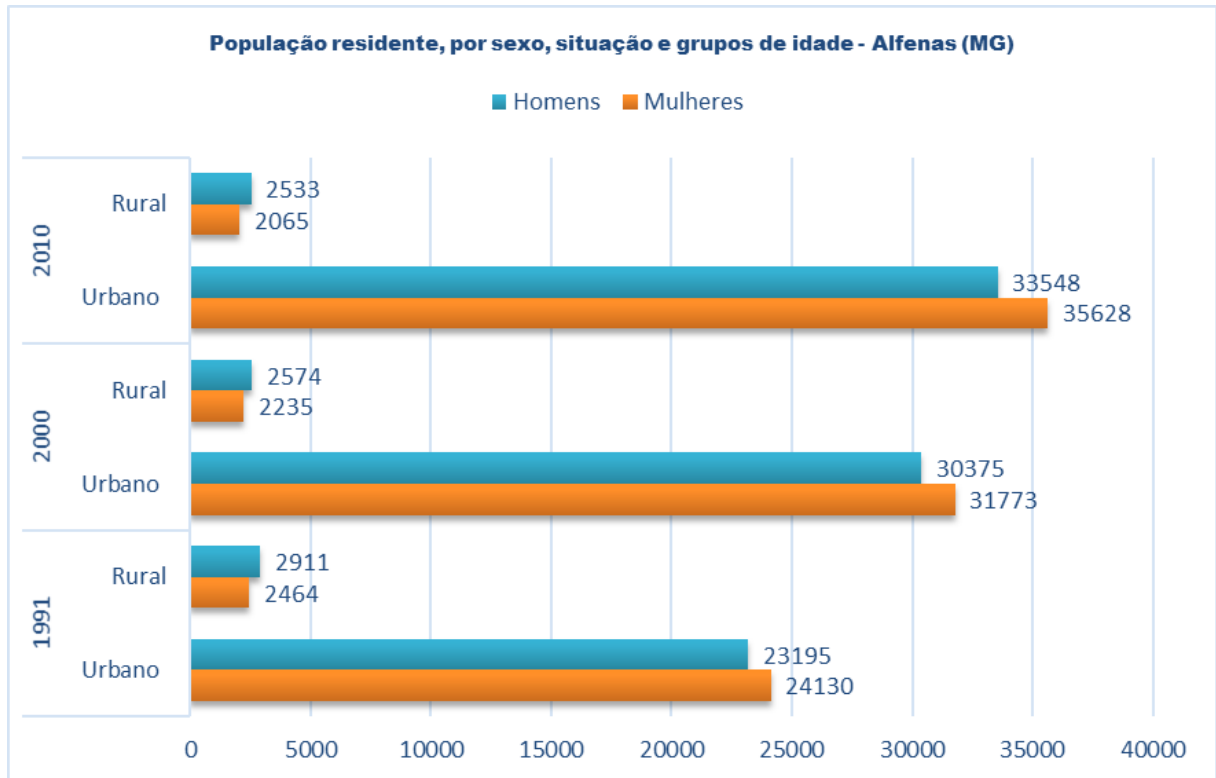


Fonte: SIDRA (IBGE, 2024)

Elaboração por: Autora (2025)

Alfenas também apresenta dinâmicas em relação a sexo relacionado os espaços urbano e rural, que nos ajuda a entender as questões de gênero, principalmente no que se diz a respeito da masculinização do campo, que como já citado anteriormente por meio dos estudos de Bungel et al (2024), esse processo vem da visão da mulher campo ser historicamente vista como dependente do homem (principalmente economicamente), e assim contribuir com a sua exclusão do rural e direito à terra, e migração e aumento feminino no espaço urbano. (Gráfico 11).

Gráfico 11 - População residente de mulheres e homens no urbano e rural em Alfenas -MG.

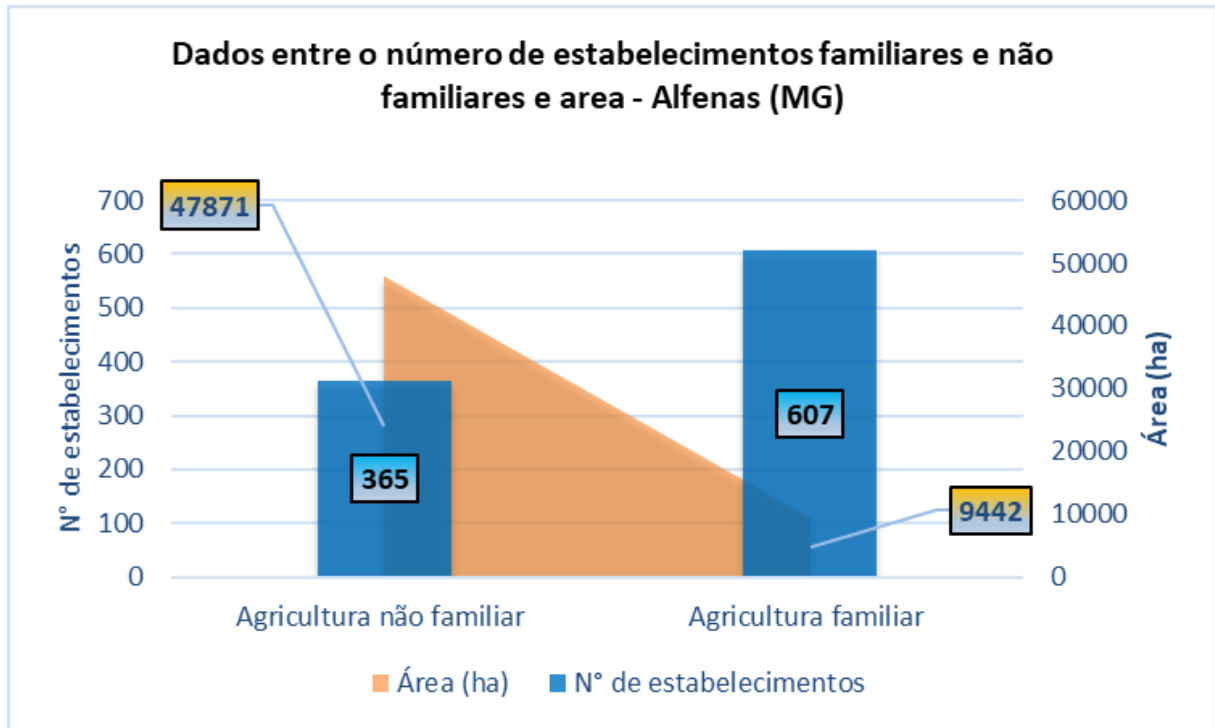


Fonte: SIDRA (IBGE, 2024)
Elaboração por: Autora (2025)

Observando a série histórica até o ano de 2010 onde se tem os dados completos, a predominância de mais homens no meio rural também é manifestada no município de Alfenas e já ocorria na década de 1990. Seguindo essa tendência assim percebemos que além da população de mulheres ser maior na termos gerais no município, também é um fenômeno que se manifesta no urbano, mostrando que a mesma está à margem dos processos ocorridos no campo, lhe restando o êxodo, principalmente em uma área que a urbanização já se mostra elevada. Neste sentido reforçamos novamente que a garantia de que a equidade de gênero e fixação feminina nas áreas rurais se faz por meio dos processos de conhecimento e capacitação desenvolvidos em prol das mesmas entendendo seus direitos nos processos de propriedade de posse de terras (Bungel et al, 2024).

Nesse sentido, aqui fazemos também a ligação dessas dinâmicas populacionais entendendo a influência da agricultura na área e a sua relação entre estabelecimentos e área ocupada pelos mesmos (Gráfico 12).

Gráfico 12 - Dados do número de estabelecimentos familiares e não familiares e a área ocupada em hectares em Alfenas-MG



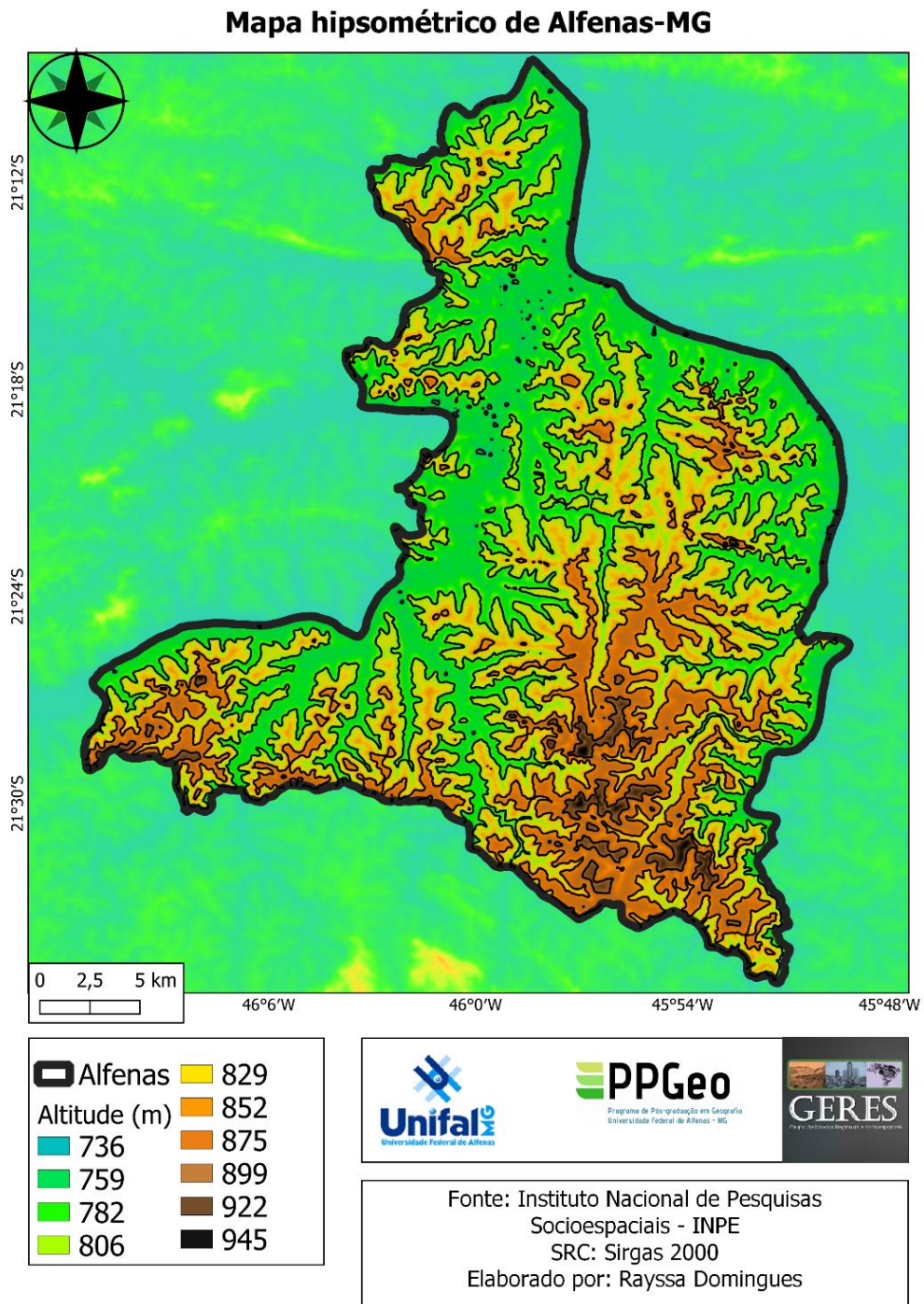
Fonte: SIDRA; Censo Agropecuário (IBGE, 2017)
Elaboração por: Autora (2025)

A relação de estabelecimentos familiares e não familiares em Alfenas tem porcentagens de aproximadamente de 62% para 38%, respectivamente, mostrando um maior número desses agricultores familiares. Porém quando olhamos a sua relação com as áreas ocupadas, essas simetrias aqui também mudam, pois os hectares de agricultores não familiares são bastante superiores a familiar, com as porcentagens, em 84% e 16%, aqui observamos uma concentração de terra muito elevada nas mãos de poucos, o que contribui para cada vez mais uma diminuição da agricultura familiar frente às propriedades patronais.

Agora trazendo em específico a cultura do café, os dados abaixo ajudam a compreensão da sua espacialidade na área, em apoio de não somente questões humanas, mas também aspectos físicos, compreendemos a sua perpetuação. Trazemos aqui novamente o destaque que de acordo com o Manual do Café: Implantação de cafezais, especificamente se tratando do café arábica, recomenda-se o plantio em áreas entre 600 m e 1.200 m de altitude, pela influência que exerce na

longevidade, na produtividade da lavoura e na qualidade da bebida (Mesquita et al, 2016), o que podemos observar em relação às altitudes no mapa a seguir (Mapa 8)

Mapa 8 – Mapa hipsométrico de Alfenas-MG

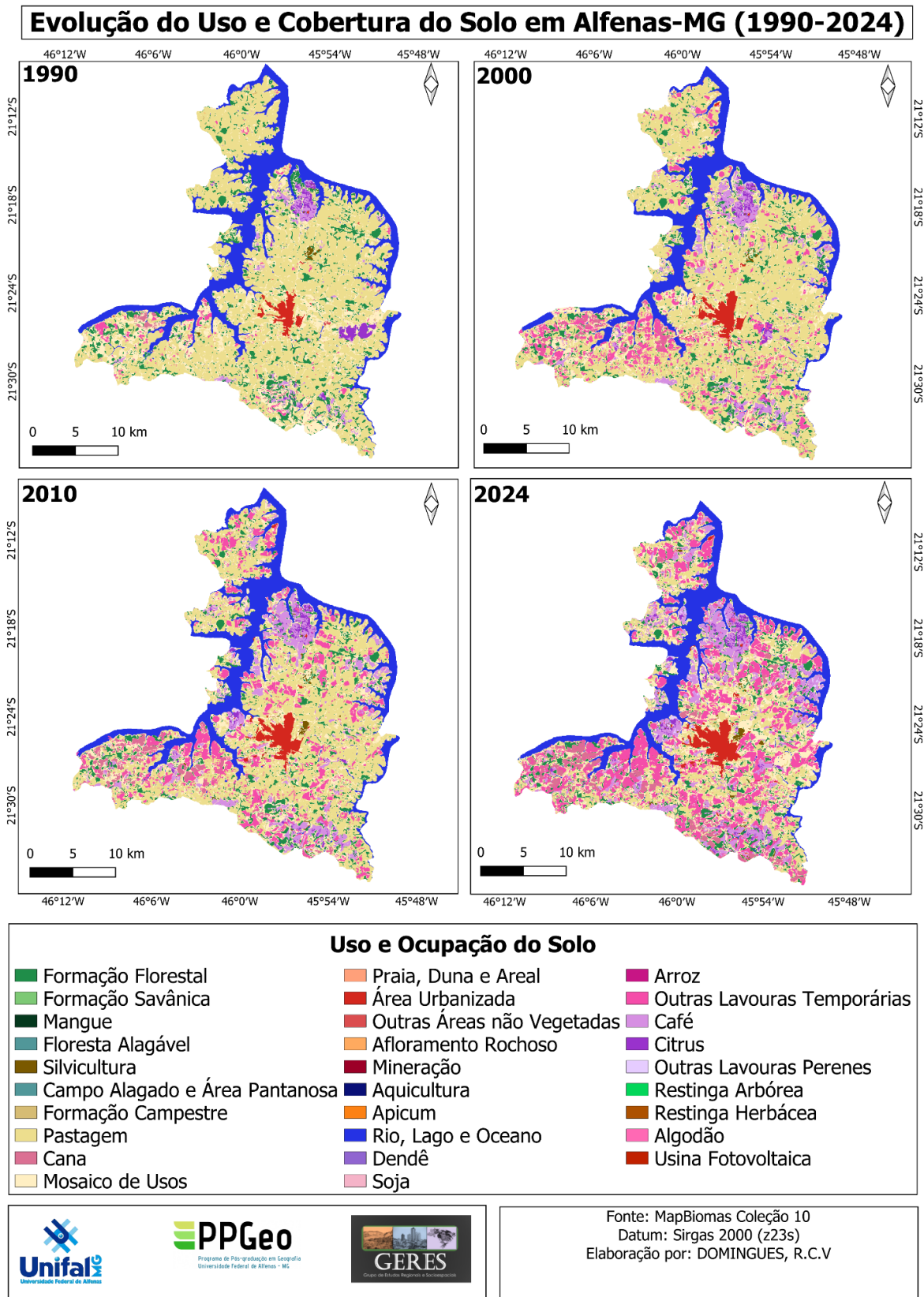


Fonte: INPE, 2024
Elaboração por: Autora (2025)

Analisando aqui o município de Alfenas, observamos que a área se encaixa nos padrões estabelecidos, o que justifica a sua expansão e crescimento tão constante, com as altitudes variando entre 736 até 945 metros. Sendo Alfenas, uma região de altitudes médias nesse sentido o que podemos considerar como um diferencial da área é o município por não ultrapassar os 1000 metros, torna-se um local mais fácil para o desenvolvimento de processos mais intensivos em relação a mecanização do café, principalmente do tipo arábica. Porém a mecanização é um processo que possui diversas contradições, uma vez que apesar do aumento de eficiência, tornando a colheita mais ágil e rentável, ela também substitui dezenas de trabalhadores, uma vez os produtores alegam que seus custos são altos devido a escassez e alto custo da mão de obra local (Tristão et al, 2019).

O fator evolução da cultura cafeeira é algo também a ser observado com análise de uso e cobertura da terra, sendo um instrumento de análise da paisagem ao longo do tempo, constituem os movimentos desse espaço geográfico tanto em dinâmicas naturais, sociais e econômicas (Mapa 9)

Mapa 9 – Mapa de Uso e Cobertura do Solo em Alfenas-MG



Fonte: MapBiomias Coleção 9
 Elaboração por: Autora (2025)

Neste recorte de tempo entre 1990-2023, Alfenas apresentava uma dominância de café em relação a outras culturas até 2010, já mais recentemente ainda que com a grande produção cafeeira, houve grande expansão da soja na última década. Milho e cana também possuem números expressivos. Em compensação a área de pastagem se reduziu drasticamente ao longo desse período, a quantidade produzida e área ocupada é notável as mudanças (Tabela 3).

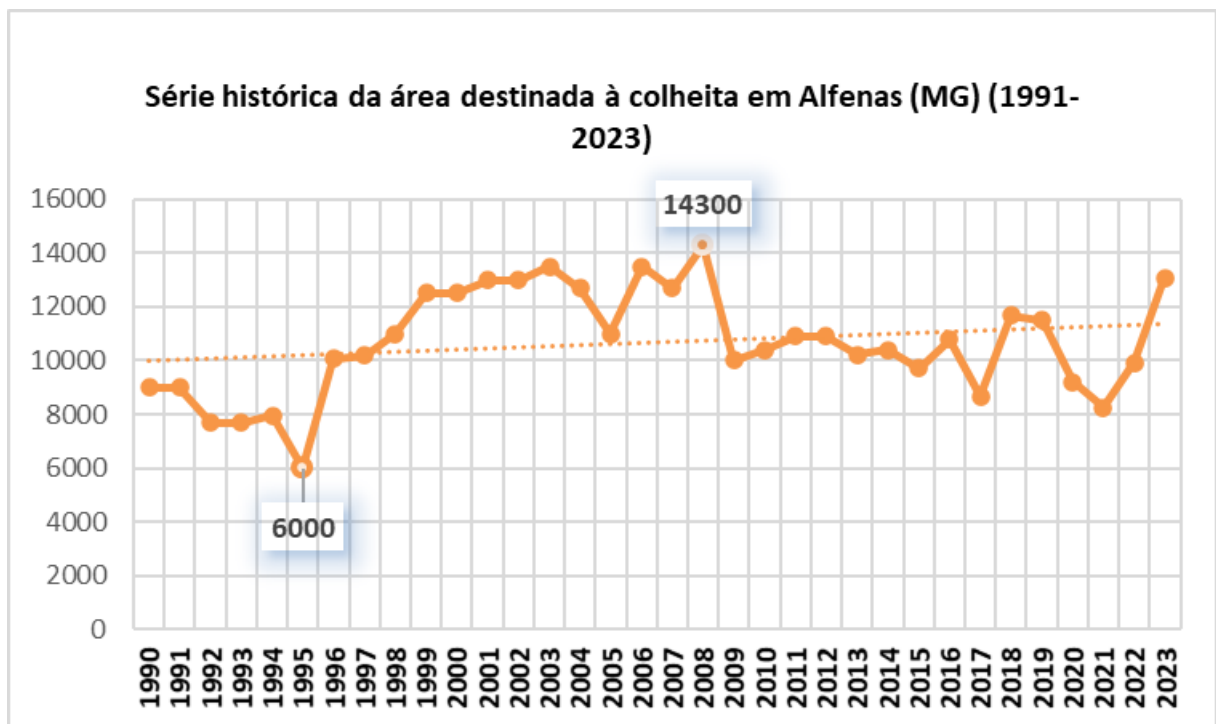
Tabela 3 – Área plantada e quantidade produzida de culturas agrícolas em Alfenas-MG (1990-2023)

Culturas agrícolas	Anos							
	1990		2000		2010		2023	
	Ton	Ha	Ton	Ha	Ton	Ha	Ton	Ha
Abacate	228	6	210	3	-	-	-	-
Alho	45	12	10	2	5	1	-	-
Arroz (em casca)	675	650	260	110	270	130	-	-
Banana (cacho)	10	10	110	110	1350	90	1643	104
Batata-doce	45	3	-	-	360	20	25	2
Batata-inglesa	17995	726	21000	700	6000	300	3700	110
Café (em grão) Total	10816	9000	30000	12500	21224	10404	22190	13065
Café (em grão) Arábica	22190	13065
Cana-de-açúcar	169580	2589	148980	1910	194304	2208	312000	4000
Feijão (em grão)	4674	7100	1800	2100	3380	3900	1320	850
Goiaba	-	-	-	-	-	-	160	10
Laranja	235304	2106	140000	1400	-	-	65	3
Limão	6318	13	250	5	250	10	-	-
Maçã	-	-	-	-	-	-	20	2
Mandioca	750	50	1500	100	2100	140	450	30
Maracujá	-	-	-	-	80	8	60	4
Milho (em grão)	3621	4000	24000	4000	30000	5000	52493	8175
Soja (em grão)	360	300	100	50	500	200	53760	12800
Sorgo (em grão)	-	-	-	-	-	-	2400	500
Tangerina	57968	295	4900	35	3000	100	-	-
Tomate	1170	20	1500	30	1900	38	70	1
Trigo (em grão)	-	-	-	-	-	-	3540	1400

Fonte: SIDRA; Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2023)
Elaboração por: Autora (2025)

O recorte temporal em Alfenas nos permite entender que apesar da grande área plantada para o café, a maior produção municipal era referente a cana-de-açúcar, enquanto nas demais culturas, pode ser percebido o desaparecimento ao longo dos anos (abacate, alho e arroz), sendo forte o processo de comoditização em Alfenas. O surgimento de novas (goiaba, maçã, maracujá), e as que se mantiveram com as que se mantiveram essas também tem se reduzido (feijão, batata-inglesa, mandioca), mostrando em como a comoditização, manifestado na área não só no café e na cana, mas também em soja e milho. Ainda assim o café é parte determinante, principalmente como cultura perene nesse processo, assim observamos abaixo a sua série histórica no município (Gráfico 13)

Gráfico 13 - Série histórica da área destinada a colheita de café (ha) em grãos em Alfenas-MG



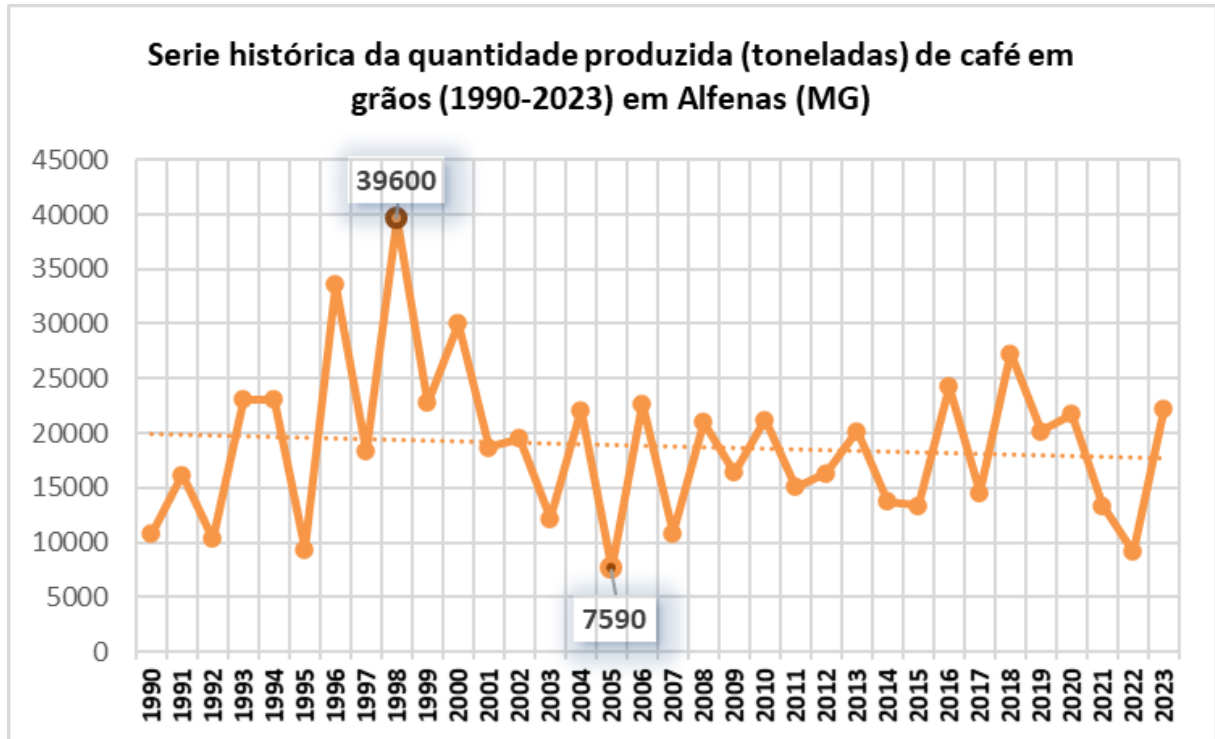
Fonte: SIDRA; Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE, 2023)
Elaboração por: Autora (2025)

Aqui observamos uma linha de tendência positiva, em destaque temos os anos de menor e maiores áreas que são respectivamente 1995 e 2008, entre os altos e baixos, a média do município chega a 10.673 hectares. Em Alfenas, também o tipo predominante na produção de café do município é a variedade arábica, ou seja também podendo sofrer das oscilações e alternância de natureza fisiológica do

cafeeiro onde pode ocorrer grandes e pequenas produções ao longo do tempo (Mendonça et al, 2011)

Em contrapartida os dados em relação a produção não apresentaram médias tão acentuadas (Gráfico 14)

Gráfico 14 - Série histórica da produção de café (ton) em grãos em Alfenas-MG



Fonte: SIDRA – Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE, 2023)

Elaboração por: Autora (2025)

Em destaque estão os anos de menor e maiores áreas que são respectivamente 2005 e 1998, entre os altos e baixos, a média do município chega a 18.850 toneladas. O ano de 1998 apresenta uma produção que difere bastante do resto dos anos da série histórica, que apresenta dados bem mais baixos durante a década de 2000 e voltando somente a crescer consideravelmente a partir da década de 2010, mas ainda não alcançando esses números mais altos de outrora. A tendência mostrada assim apresenta uma leve redução, em contrapartida a sua área plantada.

3. OS CONCEITOS DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL

Nesse capítulo será dedicado na compreensão do processo de reconhecimento da agricultura familiar no Brasil a partir das reivindicações e por conseguinte a sua institucionalização como lei e as mudanças que ocorreram desde então e como diferentes governos enxergam a categoria. Juntamente também será abordado sobre o desenvolvimento rural e seu entendimento como conceito e as estratégias as quais estão veiculadas a estes mecanismos e que veem a ser um alicerce da agricultura familiar.

3.1 HISTÓRICO E DEFINIÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR

Antes de compreender a agricultura familiar e seus processos, é importante também entender o que vem ser o contrário da mesma, agricultura não familiar, chamada também de agricultura patronal, esses critérios vem do Censo Agropecuário de 2006, período o qual se institucionalizou o termo agricultura familiar:

(...) os estabelecimentos não enquadrados simultaneamente nos critérios descritos foram classificados como "Não Familiares". Em outros termos, eram estabelecimentos com mais de quatro módulos fiscais, tocados predominantemente por trabalhadores assalariados e dirigidos por administradores ou capatazes. (Aquino, Gazolla e Schneider, 2018, p.126)

Ou seja, o que não se enquadra nos critérios estabelecidos para a agricultura familiar podem ser compreendidos como não familiares, esses estabelecimentos em suma, vão possuir diferenças na gestão, produção, tecnologias e suporte. Deste modo, agora se tratando do uso do conceito de agricultura familiar este pode ser considerado algo bastante recente, o que levou muitos debates em relação ao seu valor e sua caracterização e entendimento no ponto de vista acadêmico, para além de sua definição operacional, Wanderley (2009), entende que:

(...) agricultura familiar corresponde a uma certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado, em oposição aos demais "pequenos produtores", incapazes de assimilar estas modificações. São os chamados agricultores "consolidados" ou que têm condições, em curto prazo, de se consolidar. Supõe-se que as políticas públicas devem construir as bases para a formação deste segmento. (p.186)

As definições conceituais assim criadas em busca da compreensão da sua história e de sua complexidade da agricultura, perpassando pelos os desafios

enfrentado nas sociedades modernas, mostram que apesar do uso recente da categoria, esta não é nenhuma invenção moderna e produzida pela ação do Estado, mas os agricultores envolvidos nesse processo devem adaptar-se às condições modernas da produção agrícola e da vida social e se relacionam com o modo de vida camponês de outrora, devido a sua aproximação com os mercados (Wanderley, 2009). Em relação a questão camponesa é entendido que este possui uma ligação com a agricultura familiar por questões históricas, porém a evolução do próprio conceito levou a algumas diferenças as quais a principal talvez seja o entendimento sobre as questões de subsistência, mercados e desenvolvimento da policultura, sendo a ruptura entre as ideias entre as duas correntes, o que em muitos momentos é associado um carácter de contradição na agricultura familiar mas de modo geral é entendido que:

Como elo de ligação simplificado entre os dois conceitos (agricultura familiar versus camponesa), afirmamos, com certo grau de ousadia, que o conceito de agricultura familiar mais difundido atualmente abrange o conceito de agricultura camponesa, mas esse conceito não abrange aquele. Em outras palavras, a agricultura camponesa é familiar, mas a agricultura familiar não é necessariamente camponesa (Castro, 2024, p.26)

Assim entendemos que o conceito de agricultura familiar, para a abordagem desse trabalho se encaixa no citado anteriormente e é mais adequada para o entendimento da discussão devido o entendimento da questão e base familiar. Porém, de forma resumida, a compreensão do termo agricultura familiar pode ser entendida como a gestão da unidade produtiva pela própria família, que utiliza predominantemente mão-de-obra familiar nas atividades agrícolas, pecuárias e extrativistas, além do tamanho que não pode exceder 4 módulos fiscais. De acordo com o Atlas do Espaço Rural Brasileiro - IBGE (2020):

Segundo dados dos Censos Agropecuários 2006 e 2017, esse tipo de agricultura reúne o maior número de unidades produtivas no País e contribui com parcela significativa de empregos associados às atividades agropecuárias, artesanais e agroindustriais a ele vinculadas, seja no campo ou na cidade. Observando apenas esses aspectos básicos, pode-se depreender que a agricultura familiar possui um papel importante para a segurança alimentar nacional, ao colaborar com o consumo interno e alimentar das cadeias locais e regionais de produção e distribuição de alimentos e derivados. (IBGE, 2020, p.292)

Esse último Censo Agropecuário em 2017, 3.897.408 estabelecimentos atendeu aos critérios da lei e foram classificados como agricultura familiar, o que representa 77% dos estabelecimentos agropecuários, consequentemente ocupavam

uma área próxima de 81 milhões de hectares, ou seja, 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, e possuía uma população de pouco mais que 10 milhões, o que chega a 67% de pessoas envolvidas com a agricultura familiar no Brasil, (Tabela 4), abaixo vemos detalhadamente esses números.

Tabela 4 – Número de Estabelecimentos, Pessoal Ocupado e Área de acordo com o Censo Agropecuário de 2017

	Estabelecimento	(%)	Pessoal Ocupado	(%)	Área (ha)	(%)
Agricultura Familiar	3.897.408	76,82	10.115.559	67	80.891.084	23
Agricultura Não-Familiar	1.175.916	23,18	4.989.566	33	270.398.732	77
Total	5.073.324	100	15.105.125	100	351.289.816	100

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE)

A tabela evidencia a concentração de terras no Brasil, podendo ser mais significativa dependendo da região. Esses estabelecimentos são completamente diversos, pois as dinâmicas existentes nos diferentes locais se refletem em cada um desses considerando algumas variáveis:

(...) seja em função de fatores naturais dos estabelecimentos agropecuários (tamanho, tipo de solo, clima da região onde o estabelecimento se localiza, relevo, disponibilidade hídrica etc.), seja por conta de características do agricultor responsável pelo estabelecimento (homem ou mulher, idade, nível de educação etc.), seja em consequência das características da produção agropecuária realizada no estabelecimento (mono ou policultivo, agricultura e/ ou pecuária, tipo de vegetal cultivado, tipo de animal criado, tecnologia empregada na produção, acesso a serviços de suporte à produção, renda auferida com a produção etc.), ou seja, ainda, em função de outras diferenças significativas, não mencionadas (diversidade cultural, renda familiar proveniente exclusivamente da produção agropecuária do estabelecimento e/ou de outros meios etc.). (Castro, 2024, p.22)

Reconhecer esse movimento é um grande progresso, mas nem sempre a agricultura familiar foi reconhecida, tanto que estudos feitos nas décadas de 1970 e 1980, de acordo com a análise de Ferreira e Fernandes (2020) vão discorrer que as pesquisas desenvolvidas no Brasil, na maioria das vezes, tomam como parâmetro de análise as dimensões físicas e a mão-de-obra empregada. Dessa forma, a conceituação dos atores vai identificar diversos tipos de termos, como pequena propriedade, pequenos proprietários, pequena produção, pequeno produtor agrícola, unidade familiar de produção entre outros. As categorias sociais que hoje são comumente chamadas de camponeses e/ou agricultores familiares possuíam nomes,

como sitiantes, colonos, parceiros, meeiros, foreiros, lavrador etc. (Schneider, 2014). Com isso pode ser percebido como essa falta de unidade teórico-conceitual se tornou uma dificuldade para serem feitas análises mais precisas, sendo um elemento que barrou por décadas um entendimento sobre as classes sociais rurais.

Essa discussão é trazida com mais força na década de 1990, considerando o movimento de redemocratização que possibilitou uma volta às discussões as quais foram adormecidas durante muito tempo devido à ditadura militar. O cenário dos anos 1950 e início da década de 1960, era iminente a questão da necessidade da reforma agrária brasileira, e esse processo ocorreu principalmente na região Nordeste do Brasil, área a qual ainda não havia sido colonizada por imigrantes europeus, tal qual ocorrido no Sul do país (Schneider, 2014).

Porém, para a compreensão maior de como se desenrolou esse processo do espaço agrário brasileiro, é necessário o entendimento de processos anteriores que se desenrolam desde a chegada da Corte portuguesa no Brasil onde se tinha um padrão de exploração agrícola, considerado bastante predatório onde terras as quais estavam ociosas eram cada vez mais integradas por fazendas já existentes, assim favoreceu a formação de grandes latifúndios improdutivos. (Marques, 2021). Neste sentido o que ocorria era que:

Além da formação de grandes fazendas, o apossamento também permitiu a instalação do trabalhador livre e sem recursos, desde que em áreas distantes e pouco valorizadas, ou às margens das fazendas. Porém, sempre que a pequena posse se encontrava no caminho da expansão da grande fazenda, esta última se impunha sobre a primeira expulsando o lavrador, que em geral migrava para áreas ainda mais distantes, ou submetendo-o à condição de agregado. (Marques, 2021, p.223)

Essa situação somente passa a ter regulamentação com a Lei de Terras, a qual começou a vigorar em 1850, e foi a que oficializou a questão da propriedade privada, pois até o seguinte momento no Brasil não havia documentos oficiais pelos quais se garantisse a posse de terras, até então sendo aplicada o sistema de sesmarias ou seja:

Por isso a classe senhorial por intermédio do estado, procura regular juridicamente esta dupla metamorfose em curso: a do mercado de trabalho e a do mercado da terra. Em 1850, o estado imperial proclama juridicamente o estabelecimento de duas das três instituições (a terceira é o mercado do dinheiro) que marcam o nascimento do mercado capitalista: o mercado de força de trabalho, através do decreto de abolição do mercado de escravo, e o mercado de terras através da Lei de Terras que substitui a lei das sesmarias. E seu surgimento num mesmo ano não é mera coincidência. Uma lei vem para regular a outra. (Moreira, 1990, p.36)

Essa articulação vem para reorganizar a estrutura econômica e social brasileira, preparando o país para um novo modelo de produção baseado na propriedade privada e no trabalho assalariado. Esse momento de transição de uma economia escravista para uma economia capitalista (onde o trabalho é livre), reforça o controle das elites sobre os meios de produção, principalmente a terra e o trabalho.

Os movimentos sociais da década de 1950 e 1960, faz com que logo no início da ditadura militar, essa lei seja substituída pelo Estatuto da Terra, responsável pelo caráter de dualismo que passa a emergir no espaço agrário brasileiro, realizada da seguinte forma e em quatro categorias fundamentais, que eram o latifúndio (que podiam ser por extensão ou por exploração), as empresas rurais, as propriedades familiares e os minifúndios. (Schneider, 2014).

Assim a discussão feita de reforma agrária nesse período acabou por apenas beneficiar novamente as grandes propriedades, pois esse período marca a entrada do Brasil no processo mundial da Revolução Verde, e por consequência a maior facilidade para a entrada eram dos latifundiários, pois o estatuto pouco falava sobre o modelo de agricultor ou modelo de agricultura que pretendia gerar e dentro desse processo, a empresa rural seria a mais desejada e beneficiada, pois expressava a superação do minifúndio e do latifúndio, além de questões que abria espaço para manipulação por esses proprietários (Wanderley, 2009).

O resultado desse processo produziu desigualdades constantes no que diz a respeito das relações capitalistas de posse e uso da terra, que marca a história do campo brasileiro, assumindo diferentes formas em cada época:

O espaço agrário tem como denominador comum o monopólio da terra. Resulta desse monopólio fundiário uma estrutura de classes em que conflitam, de um lado, a classes dos poderosos proprietários monopolistas e de outro toda a imensa massa de minifúndios e camponeses sem-terra. de modo que a luta pela terra marca toda essa evolução histórico, numa modalidade epocal em que cada formação espacial expressa, nas formas e processos de seu espaço agrário, as marchas e contramarchas (Moreira, 2012, p.47)

Dentro desse processo contraditório em que se caracteriza o monopólio da terra pelas elites, apesar dos conflitos, essa massa de minifúndios que podemos considerar como a agricultura familiar, vem a ser um processo de resistência no espaço agrário brasileiro na busca de criação de estratégias e lutando pelo o seu reconhecimento como classe e na reivindicação de direitos e garantias que entendam que não necessita existência de um único modelo de agricultura.

Com isso, o final da ditadura militar e a abertura democrática, a década de 1990 fica marcada como um cenário ideal para a recuperação e reivindicação de direitos, a união de fatores sociais, econômicas e político foi primordial para gerar espaço para o processo de fortalecimento da agricultura familiar, por meio de conjunto de lutas e mobilizações por crédito, melhoria de preços, formas de comercialização diferenciadas, implementação da regulamentação constitucional da previdência social rural (Schneider e Cassol, 2013). A nova constituição ainda que continuasse a favorecer os interesses hegemônicos, deu abertura a um novo momento da vida política brasileira onde os movimentos tomaram novamente grande força e expressão:

(...) os movimentos sociais do campo também registraram conquistas significativas, como a aprovação da função social da terra como preceito constitucional e o reconhecimento do direito dos remanescentes de quilombo à propriedade definitiva das terras que ocupam. Ainda houve avanços importantes em relação à questão indígena, com o reconhecimento de seu direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam e do direito à proteção de sua organização social, costumes e tradições (Marques, 2021, p.230)

Esse processo foi essencial para a construção e consolidação da agricultura familiar, mas que passou por um longo processo de construção ao decorrer dos anos e da atuação dos governos que atuaram desde então. E é sempre importante lembrar do entendimento da agricultura familiar não sendo uma concepção una, mas que é a mesma é múltipla e também possui diversas disparidades entre si:, que esta categoria permanece marcada por uma considerável desigualdade socioespacial, fundamentada, entre outros fatores, nas disparidades de renda entres os produtores que vivem nas mais diferentes regiões brasileiras (Aquino, Gazolla e Schneider, 2018).

3.2 FASES DA AGRICULTURA FAMILIAR: COMPREENSÃO DOS PROCESSOS

De acordo com Schneider e Cassol (2013), a agricultura familiar no Brasil, pode ter o seu processo dividido e observado por meio de três diferentes fases, no contexto recente do campo brasileiro:

A primeira fase refere-se ao (re)descobrimto da agricultura familiar, que ocorre no início até a metade dos anos de 1990 até 1995, neste período tem como marco a aliança da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) juntamente com o Departamento dos Trabalhadores Rurais da Central

Única dos Trabalhadores (CUT), a emergência do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), e o início dos debates acadêmicos com o uso e afirmação da agricultura familiar como categoria social:

Neste contexto, com a abertura democrática e mudanças político-institucionais em curso, os representantes da agricultura familiar alteraram sua postura diante do Estado. As possibilidades abertas com o debate da constituinte, as negociações para a definição das Leis Agrícola e Agrária, e a emergência dos Conselhos alteraram a forma de interação entre a sociedade civil representativa dos agricultores familiares e o Estado. Os representantes da agricultura passaram a adotar estratégias propositivas e adentraram nas arenas públicas, propondo e disputando a construção das políticas públicas. (Grisa e Schneider, 2015, p.130)

Assim, aproveitando as possibilidades que foram abertas nesse período, se marcou uma nova fase em que a agricultura familiar passou a ser reconhecida como sujeito político, influenciando nos processos e possibilidades na criação de programas e direitos específicos para o meio rural, seguindo uma atuação mais ativa e assim deixando de ser invisível no cenário nacional.

A segunda fase da agricultura familiar no Brasil, tem como marco inicial a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no ano de 1996, sendo considerada a mais importante política criada e pensada para a agricultura familiar. A sua criação tem como cenário o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), nesse período é importante lembrar e compreender a entrada do Brasil nas concepções neoliberais, por isso apesar de sua grande importância e reconhecimento da agricultura familiar, é uma política pública pensada nas questões econômicas e teve como base principal o crédito rural. Porém, a mesma também passou por diversas mudanças para a sua adaptação, de forma geral os objetivos são:

Art. 1º O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, por intermédio de ações destinadas a implementar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a elevação da renda, visando a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania dos agricultores familiares.

Art. 2º O PRONAF assenta-se na estratégia da parceria entre os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal, estadual, distrital e municipal, a iniciativa privada e os agricultores familiares e suas organizações sociais.

Art. 3º O PRONAF, que tem por finalidade apoiar as atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas por agricultores familiares no estabelecimento ou aglomerado rural urbano próximo (Brasil, 2001, s.p)

Assim o PRONAF vem a contribuir de maneira essencial na consolidação da agricultura familiar como uma categoria social e econômica distinta dentro das políticas públicas brasileiras, rompendo com a lógica anterior que tratava o meio rural apenas sob a ótica do minifúndio-latifúndio. Assim, possibilitando o acesso a linhas de crédito específicas, assistência técnica e apoio à comercialização, o programa ampliou as condições de produção e inclusão social.

Porém, após esse período inicial, houve a necessidade da criação de um novo referencial setorial focado em ações sociais e assistenciais, processo iniciado ainda no governo FHC, com a ampliação de grupos dentro do próprio PRONAF e criação de programas sociais como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás que depois se uniram para a formação do Bolsa Família, que teve o auge da ampliação durante o Governo Lula. Criou programas como o Fome Zero, Garantia Safra, Programa de Habitação Rural (PNHR), Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Importante lembrar que todos esses programas, ainda que não pensados em específico para a agricultura familiar contribuíram para o desenvolvimento dos mesmos (Grisa e Schneider, 2015).

Porém, o maior marco desse período é a institucionalização da agricultura familiar por meio da lei nº 11.326, e as suas diretrizes, por meio da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; (Brasil, 2006, s.p)

Ou seja, para além de estabelecer os princípios, esta lei busca garantir a criação de políticas públicas específicas para a agricultura familiar, reconhecendo a importância desse segmento na estrutura agrária e no desenvolvimento do país e definindo os requisitos que esse agricultor deve atender. A legislação também foi essencial para novas definições que passaram a ser utilizadas no Censo Agropecuário de 2006:

Entre os vários desdobramentos que a Lei da agricultura familiar proporcionou destaca-se a realização de um levantamento estatístico

censitário, através do Censo Agropecuário de 2006, que com base na definição legal, segmentou o universo dos estabelecimentos agropecuários entre familiares e não-familiares, o que permitiu conhecer em profundidade e rigor as características das unidades familiares do agro brasileiro (...) (Schneider e Cassol, 2014, p.12)

Os dados que foram gerados pelo Censo Agropecuário podem contribuir em diversas pesquisas e análises especificamente para agricultores familiares e a sua comparação em relação a não familiar e compreendendo as suas diferenças, criando diversos debates o quais acabam por marcar o início da terceira fase.

A terceira fase do debate sobre agricultura familiar, que consiste no período mais atual, se inicia em 2009 com a divulgação do Caderno Especial do Censo Agropecuário de 2006, o que deu origem a diversos debates sobre o lugar da agricultura familiar no Brasil e se a mesma justificava os valores de investimento e levando a ideia de que o crédito para essa categoria fosse repensado (Schneider e Cassol, 2014).

Também nesse período se acentuou o debate e a busca pelo entendimento sobre as diferentes categorias e seu papel, como tais como a contribuição da agricultura para segurança e soberania alimentar, a produção mais sustentável e busca por uma menor dependência de insumos químicos. O segundo grupo também se alinha com o anterior, mas são mais incisivos na crítica ao agronegócio e ao modelo agrícola hegemônico. Portanto, buscam se diferenciar da categoria da agricultura familiar e recorrem ao termo histórico camponês e campesinato para reforçar a referência à sua identidade. Há ainda um terceiro grupo que se distingue dos anteriores devido preferência pela expressão agronegócio, pois entendem que não há diferença ou distinção entre agricultura familiar e outras formas de produção agropecuárias, trazendo a ideia que produtores de menor tamanho e escala fossem caracterizados como o “agronegocinho familiar” (Schneider e Cassol, 2014).

Essas discussões mais amplas sobre a agricultura familiar marcam um período que culminou até o ano de 2016, que com o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, o Brasil passou a ter um novo contexto político-institucional o qual vão impactar diversas políticas sociais, não sendo diferente para a agricultura familiar, sendo um destes primeiros atos a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, este que tinha sido criado ainda em 2000 (Perin, 2021).

A realidade do Brasil é considerada peculiar devido ao fato de terem dois diferentes ministérios para a questão agrária que são o Ministério da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), apesar dos ministérios possuírem funções as quais afetam a agricultura familiar, não podendo se afirmar que um ministério seja específico para um ou para outro, mas há de se observar que as principais políticas e programas que apoiam diretamente a agricultura familiar estão abrigadas no MDA.

E essa relação a essa questão podemos analisar o seguinte, em função da sua dissolução logo após o período de *impeachment*, nos mostra que este realmente sempre esteve em uma posição de maior proximidade com a agricultura familiar, pois na sua primeira oportunidade não houve qualquer dúvida de qual ministério deixaria de existir.

Leite et al (2023), cita algumas questões que nos leva a esse processo de rupturas: mesmo com os avanços possibilitados em um período de quase duas décadas, ainda assim existiam diversas tensões e contradições e principalmente reforçados por diversos movimentos os defesa de uma única agricultura para o Brasil (agronegócio). E esse grupo passa a ver vantagem a partir do momento em que existe essa mudança de governo, para além de outros motivos também há a política macroeconômica de austeridade fiscal, o que é observado no desenrolar deste movimento é que:

(...) se é possível notar, por um lado, um evidente desmonte das instituições participativas e do reconhecimento das vozes dos movimentos e organizações sociais da agricultura familiar para a construção e implementação das políticas públicas, por outro lado, é visível também a legitimação e o reconhecimento dado às instituições participativas ligadas ao agronegócio. Um exemplo disso foi a publicação da Portaria no 1.353, em agosto de 2018, que aprovou o regimento do Conselho do Agronegócio (Consagro) e reafirmou o papel consultivo das câmaras setoriais e temáticas para as políticas desse setor. No ano seguinte, com a Portaria no 253, em novembro de 2019, o Mapa aprovou o regimento do Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA), que passou a deliberar sugestões para compor o Plano Safra 2020/2021. (Leite et al, 2023, p.400)

Ou seja, as portarias citadas nos mostra que as elites agrárias e agrícolas, passam a ser cada vez mais presentes nesses espaços do que em períodos anteriores, justamente o motivo pelo qual se pode observar um “pacto” entre essas elites e o governo, pois se mostrou que em pesquisas que $\frac{1}{3}$ das terras brasileiras estão sob bloqueios e uso dos povos tradicionais e todo movimento pós golpe de Dilma Rousseff em 2016 tem relação com a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA)¹,

¹ Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) atua no Congresso Nacional, é também mais conhecida como a bancada ruralista, tendo uma grande ligação e atuação com o agronegócio.

e com a grande pressão feita foi um dos elementos responsáveis por encerrar diversos projetos iniciados referente a agricultura familiar no Brasil. (Carvalho e Oliveira, 2021)

Essa pressão cria toda uma conjuntura essencial para os processos de fragilização e desconstrução e mostra que as transformações no sistema político, principalmente no que envolve a ascensão de regimes autoritários e que podem influenciar as avaliações acerca dos custos, benefícios ou da inevitabilidade desse desmonte, obstaculizando caminhos alternativos. (Leite et al, 2023). Em outras palavras, os governos de tendências menos democráticas têm como prática e ações a retirada de direitos reivindicados por categorias e movimentos sociais e com pouca possibilidade de diálogo com o Estado:

Por exemplo, uma política focada predominantemente em investimentos para a agricultura em grande escala pode dar-se em detrimento do apoio aos pequenos agricultores. Esse será o caso sobretudo quando essa política é apoiada por argumentos de que é moderna e eficiente, gera empregos, pode atrair investimento estrangeiro e competir nos mercados internacionais e respaldado por poderosos interesses comerciais (Scoones, 2021, p.70)

Esse discurso e alinha ao movimento recente que cada vez mais tem criado forças: ascensão de discursos em prol do agronegócio, que visualizaram brechas para efetivar sua ação no governo Temer e cada vez mais expandidos por meio do governo Bolsonaro, tanto o próprio presidente quanto os seus ministros faziam questão de enfatizar o seu desprezo principalmente por povos originários e tradicionais e o fato que as terras demarcadas não são merecidas pois, esses são territórios os quais estão fora da lógica das corporações de commodities, que na lógica de pensamento desse movimento deveriam estar sendo usadas para a ampliação do capital, ou seja, gerando uma frustração pelo fato de que por não está sendo deixado lucrar nesses locais (Carvalho e Oliveira, 2021).

Importante detectar que apesar do termo “agricultura familiar”, a Lei no 11.326 também estabeleceu critérios para inclusão de silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas e remanescentes de comunidades quilombolas entre os agricultores familiares, porém desde que estivessem nos critérios estabelecidos (Nascimento; Aquino; Del Grossi, 2022), ou seja, os governos anteriores como se mostrava mais atento às reivindicações desses grupos, tornou possível a sua inclusão nas políticas públicas criadas, ao mesmo tempo que justamente pelo mesmo motivo de sua inclusão culminou e se manteve movimento da elite.

Assim é possível perceber que os direitos conseguidos por meio das diversas lutas ocorridas desde o processo de redemocratização ainda na década de 1980, fruto de muitas das lutas, infelizmente não são constantes, pois elas estão atreladas ao Estado e os seus representantes, ou seja, dependem para além da reivindicação dos movimentos sociais a possibilidade e abertura de diálogo com esses grupos.

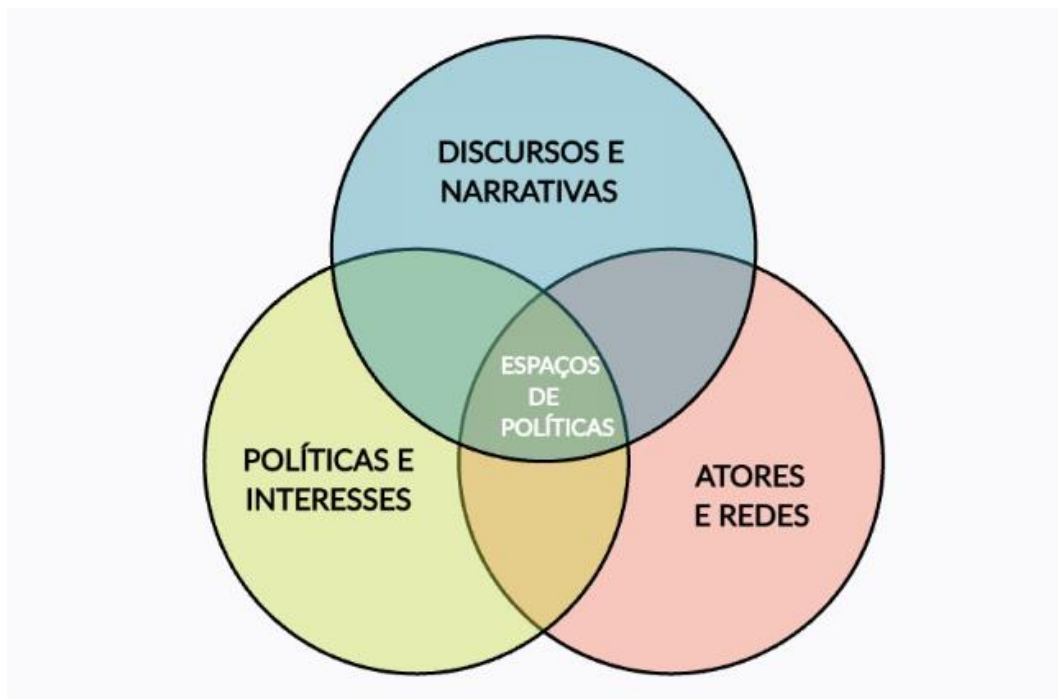
Esse movimento que passa a ter mais força após o golpe de 2016, ganhando impulso a partir do governo Temer, intensificando-se no governo Bolsonaro, consideramos importante chamar atenção para o fato de que as tensões e conflitos que potencializaram esse processo de desconstrução já estavam presentes em uma fase anterior. No entanto, essa trajetória de desmonte já tinha origens em anos anteriores e apenas aproveitaram do momento político em questão para se fortalecerem (Leite et al, 2023).

Porém esse movimento se fortaleceu com essa momento de instabilidade política o que levou a uma sucessão de desmontes:

(...) tais como o congelamento dos gastos públicos por 20 anos, a reforma trabalhista representando a supressão de direitos, que deixa em ruínas a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), marco legal que estabelece normas regulatórias de relações individuais e coletivas de trabalho no Brasil, um conjunto de privatizações e concessões nas áreas de energia, mineração e petróleo, portos e aeroportos, entre outros, altíssimos percentuais de cortes dos gastos públicos com ciência, tecnologia e inovação, **extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), estrangulamento de recursos para programas como o Programa de Aquisição Alimentos da Agricultura Familiar e reduções radicais do orçamento para programas de segurança alimentar, reforma agrária, fortalecimento da agricultura familiar**, entre tantos outros. (Elias, 2021, p.3)

Esses fatores unidos a uma ideia de narrativas com o poder dos atores envolvidos, redes, as políticas e interesses criaram um cenário no qual é possível a compreensão do processo de articulação e (des)construção das políticas públicas, essas quando interconectadas criam espaços de poder que podem vir a se abrir ou mesmo fechar dependendo do seu contexto (Scoones, 2021). Esse processo pode melhor compreendido pelo esquema a seguir (Figura 1):

Figura 1 - Esquema com os três elementos chaves para a compreensão dos processos políticos



Elaboração: Autora adaptado de Scoones (2021).

Essa abordagem pode ser utilizada para determinar o *status quo*, mas também pode servir de maneira muito útil como um instrumento para explorar possibilidades e para conceber táticas e estratégias voltadas para a mudança (Scoones, 2021). É a partir desse entendimento que analisamos a consolidação da categoria agricultura familiar na realidade brasileira, pois a articulação de diversos movimentos aqui citados como a CONTAG, MST e CUT, consistem em ser os *atores e redes*, que buscaram essa consolidação por meio de suas reivindicações e tensionamento. Os *interesses* aqui envolviam o contexto da redemocratização, buscava, dar novamente a população brasileira possibilidades de participação no processo político, então era interessante para o governo a aproximação com essas categorias, principalmente nos Governos Lula e Dilma, que foram eleitos justamente pelas suas tendências e aproximação com movimentos sociais e sindicalistas. Aqui por último as *narrativas*, ou seja, os responsáveis que envolviam esses governos entendiam as políticas públicas como um instrumento importante para a prosperidade do país, por isso buscaram dialogar nesse sentido.

Já no movimento pós 2016, os atores e redes envolvidos consistem em movimentos próximos a elites agrárias, ou seja, principalmente grandes fazendeiros e empresários ligados ao agronegócio. Os interesses nesse momento passam a ter uma tendência com o agronegócio, principalmente considerando o seu apoio em relação ao processo de *impeachment*, juntamente com a FPA. As narrativas que permeiam esse processo, estão ligadas com governistas que fazem parte dessas frentes e por consequência discursos autoritários, assim Governos Temer e Bolsonaro com tendências conservadoras e menos democráticas, fortaleceram o discurso dominante em detrimento da agricultura familiar em busca de esvaziar o seu conteúdo, expressão e entendimento de suas múltiplas identidades. A atualidade desse processo deve ser a tentativas de retomada e de novos diálogos a fim de garantir novamente melhores condições para a agricultura familiar e sua manutenção no espaço rural.

3.3 DESENVOLVIMENTO RURAL: O SABER-FAZER, AUTOCONSUMO, PLURIATIVIDADE E MULTIFUNCIONALIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR

O conceito de desenvolvimento rural pode ter diversas definições e de acordo com Kageyama (2004), não somente pode ter a sua explicação em apenas uma teoria, mas dialoga com a ideia de que a modernização da agricultura é uma ideia central para o entendimento o processo do desenvolvimento rural:

O desenvolvimento rural implica a criação de novos produtos e novos serviços, associados a novos mercados; procura formas de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas; tenta reconstruir a agricultura não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo. (p.384)

Ou seja, para a autora é entendido o desenvolvimento rural como algo “multissetorial”, uma vez que as áreas rurais não somente são vistas como tendo somente a função exclusiva para a agricultura, mas “(...) passa a abranger diversas atividades, o artesanato e o processamento de produtos naturais e aquelas ligadas ao turismo rural e à conservação ambiental” (p.388). Por este motivo se faz necessário compreender diversas dinâmicas dentro desta questão como abordado anteriormente, tal como a multifuncionalidade e a pluriatividade, pois estes conceitos abrangem o entendimento em que:

O desenvolvimento rural deve, portanto combinar o **aspecto econômico (aumento do nível e estabilidade da renda familiar) e o aspecto social (obtenção de um nível de vida socialmente aceitável) e a sua trajetória principal reside na diversificação das atividades que geram renda (pluriatividade)**. Esse desenvolvimento tem de específico o fato de referir-se a uma base territorial, local ou regional na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio, sendo também um desenvolvimento multissetorial e multifuncional. (Kageyama, 2009, p.251, grifo nosso)

Dentro dessa lógica, novamente é enfatizado que a combinação de ações econômicas que garantem a estabilidade juntamente com um modo de vida socialmente aceitável, dentro da diversidade das atividades fazem parte da noção de bem-estar que o desenvolvimento rural deve garantir, principalmente ancorado pelo Estado. A dificuldade uma consolidada tradição de análise das políticas públicas para o mundo rural, faz com que seja necessário compreender esse processo a nível conceitual (Navarro, 2001). Assim podemos analisar que:

A definição do que seja exatamente “desenvolvimento rural”, em tais ações, igualmente tem variado ao longo do tempo, embora normalmente nenhuma das propostas deixe de destacar a melhoria do bem-estar das populações rurais como o objetivo final desse desenvolvimento (adotando indicadores de ampla aceitação). As diferenças, portanto, surgem nas estratégias escolhidas, na hierarquização dos processos (prioridades) e nas ênfases metodológicas. Além disso, certamente tais diferenças são fundamentadas em leituras de realidade (interpretações) distintas apontando objetivos igualmente distintos, ou seja, a análise do que tenha sido exatamente o desenvolvimento agrário fundamentará leituras (e projetos) correspondentes de desenvolvimento rural. Apenas como rapidíssimo exemplo: desenvolvimento rural, nos anos 70, necessariamente incluiria a intensificação tecnológica e a crescente absorção de insumos modernos pelos produtores, como parte de uma estratégia de aumento da produtividade e, como objetivo finalístico, a elevação da renda dos produtores. Em nossos dias, face à queda real dos preços recebidos pelos produtores e à virtual ausência de sistemas de ação governamental ao longo de tantos anos (especialmente a redução do financiamento), aqueles seriam componentes que poderiam se repetir sob a mesma forma? **O conceito de desenvolvimento rural, em consequência, altera-se também ao longo do tempo, influenciado por diversas conjunturas e, principalmente, pelos novos condicionantes que o desenvolvimento mais geral da economia e da vida social gradualmente impõem às famílias e às atividades rurais.** (Navarro, 2001, p.88, grifo nosso)

Deste modo entendemos o desenvolvimento rural, está intrinsecamente ligado com a agricultura familiar, pois este depende de certa forma do contexto institucional o qual está inserido o que influencia na criação, investimento e manutenção dessas políticas criadas para esse fim.

Os agricultores familiares nesse sentido e estes como donos dos meios de produção, seu êxito depende de sua capacidade de fazer escolhas e desenvolver habilidades diante dos desafios colocados pelo ambiente social e econômico, (Castro

e Pereira, 2020, p.32). Para além, fala-se das possibilidades em inserção em mercados com oferta de produtos regionais ou artesanais, organização de redes sociotécnicas e cadeias curtas de produção, mas ainda assim o Estado é um agente importante, por estar mais ligado a garantia das questões sociais e não pensando exclusivamente no lucro.

Nesse processo de acordo Ploeg (2011), entende que apesar das diferenças, é possível compreender e conectar diferentes países do mundo, ainda que nos mais diferentes contextos, dentro dessa lógica. Em suas pesquisas, desenvolvidas fazendo análises comparativas entre países como Brasil, China e União Europeia (UE), existe como “O denominador comum (ou espaço de aspectos partilhados) que encontramos é, em primeiro lugar, o de que o desenvolvimento rural consiste, basicamente, em um conjunto de respostas mais ou menos coerentes às falhas de mercado.” (p.122), essas falhas são no Brasil as desigualdades sociais e espaciais; China a marginalização campesina; União Europeia, a destruição de paisagens.

Os novos mercados emergentes centram-se, muitas vezes, na demanda por e distribuição de produtos e serviços que portam um diferencial. Eles diferem dos demais que circulam nos mercados de commodities: a qualidade é superior; a origem é conhecida (se comparada aos produtos anônimos dos mercados de commodities); sua produção é diferente e incorpora características específicas no produto; incorporam relações diferentes entre produtores e consumidores; representam diversos graus de acessibilidade; etc. Além disso, em sua maior parte, os mercados emergentes implicam novos circuitos, novas (e muitas vezes radicalmente diferentes) infraestruturas físicas e arranjos sociais. Eles são governados de modos que contrastam radicalmente com os grandes mercados de produtos agrícolas e alimentares. (Ploeg, 2011, p.123)

Assim é trabalhado uma lógica, onde as falhas de mercado vão proporcionar o surgimento de outros, porém oferecendo algo mais atrativo e diferente, ou seja, um grande foco na qualidade. Observar esses processos nessa escala global vem a contribuir para a compreensão de padrões e para onde estão/vão as tendências da agricultura, uma vez que essas novas atividades podem vir a ajudar os agricultores para estes voltarem dedicar em atividades clássicas da agricultura, com os seus ganhos (Ploeg, 2011).

Voltando a realidade brasileira em específico, Schneider (2010), argumenta que as discussões sobre o desenvolvimento rural têm como o seu principal destaque a agricultura familiar como um agente essencial para a análise:

Para ambos, a valorização da agricultura familiar e o reconhecimento de seu potencial dinamizador das economias locais talvez seja o principal ponto de consenso. Em maior ou menor medida, sustentam o argumento de que a

capacidade de inovação dos agricultores familiares e sua interação com as instituições locais são fundamentais para que possam ampliar a geração e agregação de valor, assim como reduzir custos de transação e estimular economias de escopo. O fato de terem realizado estudos sobre as condições e potencialidades da agricultura familiar em sociedades capitalistas avançadas parece ter sido o ponto de partida para suas formulações sobre o desenvolvimento rural (Schneider, 2010, p.519).

Ou seja, as discussões principais sobre o desenvolvimento rural para o autor têm se pautado em quatro elementos-chaves: a erradicação da pobreza rural, a questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política, o território como unidade de referência e a preocupação central com a sustentabilidade ambiental (Schneider, 2004). Para além, é importante a compreensão do desenvolvimento rural sob o viés do território:

A emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural pressupõe que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deva ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Esse espaço é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos. Portanto, o conteúdo desse espaço é entendido como o território. (Schneider, 2004, p.99)

O uso do conceito do território para o entendimento do desenvolvimento rural se manifesta a partir das considerações de que esse desenvolvimento envolve algo primordial: o espaço geográfico, pois é dentro do mesmo onde estão ocorrendo as interações sociais. Deste modo a análise que deve ser feita nesse movimento consiste em visualizar o seguinte processo:

O território deve ser visto enquanto conceito historicamente construído, principalmente pela geografia, como dotado de relações políticas, de poder e identidade cultural representado em suas relações econômicas e sociais com os diversos territórios ao seu redor. As políticas públicas parecem caracterizar os territórios rurais apenas como um recorte espacial destinado à descentralização do poder e dos recursos, sem levar em consideração a identidade cultural e as relações políticas, econômicas e de poder de cada produtor. Poderíamos até mesmo caracterizar cada fazenda, arrendada ou de posse do produtor, grande ou pequena, produzindo leite ou soja, como um território. (Correia e Alves, 2022, p.8)

Portanto, essa visão e análise busca uma valorização do pensamento sobre a identidade cultural, não pela ideia da região, mas da ideia e compreensão de cada uma dessas unidades familiares de produção como espaços produtores de relações únicas que se desenvolveram ao longo do tempo. Assim é uma ideia de território diferente das utilizadas pelas políticas públicas, que desconsideram em diversos momentos essas questões afetivas que envolvem a cultura, trazendo à pauta

novamente para a questão da agricultura familiar, uma vez que a mesma considerando todo o seu histórico, traz consigo essa capacidade.

Além disso, é importante destacar que agricultura familiar é predominante como os atores sociais dentro desse processo de análise do desenvolvimento rural no Brasil. De acordo com análise desenvolvida por Correia e Alves (2022), que consistia em compreender a produção científica do conceito, em período de 2001-2020, a categoria contava com 49% dos artigos. Os autores atribuíram a isso o enfoque nas políticas públicas para esses sujeitos, como já foi abordado no retrospecto sobre as fases da agricultura familiar. A invisibilidade da categoria diante de todos os processos explicitados leva a entender a mesma e seu papel importante nesse movimento, pois se a ideia inicial de desenvolvimento é a garantia e bem estar das populações do campo, deve se observar como essas questões podem ser asseguradas e como os próprios agricultores ao longo do tempo tem criado estratégias de sua reprodução e modo de vida.

Começando pelo conceito de multifuncionalidade, que teve o seu ponto de partida a partir da ECO 92, a mesma foi caracterizada como a importância da agricultura para além da sua capacidade de prover o homem de alimentos, observando que o espaço agrário vai para além desse pensamento:

(..) reconhecimento pela sociedade do interesse público de funções sociais, ambientais, econômicas ou culturais, não diretamente produtivas ou não mercantis, associadas à atividade agropecuária. Essa idéia, indiretamente, tem a ver com a de pluriatividade (as outras atividades econômicas dos agricultores), mas são duas noções completamente distintas. Por outra parte, pela perspectiva global de preservação ou de manutenção da população ativa agrícola, dos recursos e territórios rurais, a multifuncionalidade remete a estratégias próximas daquelas levantadas pela preocupação com o desenvolvimento sustentável, uma vez que as duas noções são associadas e contemporâneas. (Sabourin, 2005, p.164)

Aqui inicialmente é importante compreender as dimensões da multifuncionalidade e em como as suas relações se desenrolam em diversas perspectivas para além da produção agrícola, uma vez que esse processo juntamente com a questão da própria pluriatividade citada no trecho acima colabora para a compreensão do rural brasileiro.

E para além do próprio entendimento, multifuncionalidade perpassa por meio da compreensão da busca por alternativas ao sistema produtivista atual e que se mostra em crise por colaborar com finitude de recursos naturais não facilmente renováveis, por consumir insumos produzidos recursos fósseis finitos (tais como

carvão, petróleo, gás), a exclusão em relação a mão-de-obra que acaba por gerar diferenciação econômica e exclusão social. (Sabourin, 2005)

Assim a lógica é deixar de somente pensar e dar grande valor as questões que envolvem a economia puramente, mas também pensando no envolvimento sociais e isso implica que decisões sobre a alocação de recursos públicos e o manejo de bens comuns devem levar em conta esses múltiplos valores e funções:

Assim, políticas de multifuncionalidade obrigam a levar em conta essa inevitável e necessária conexão entre relações de intercâmbio mercantil e relações econômicas “não mercantis”: seja a redistribuição de fundos públicos em escala nacional ou internacional, seja o manejo compartilhado de recursos naturais e de paisagens na escala regional ou territorial, assegurados gratuitamente por agricultores. Essas prestações existem ainda na maioria das sociedades rurais do planeta e dependem de relações de reciprocidade entre agricultores e entre eles e as outras categorias socioprofissionais. (Sabourin, 2005, p.170)

Portanto, entender essa conexão entre o mercado e o não-mercado é fundamental para a elaboração de políticas que promovam um desenvolvimento sustentável e também possam colaborar com a continuidade da população no meio rural. Os estudos e relações desse processo na agricultura familiar se mostram importantes para o entendimento de estratégias de reprodução para a sobrevivência da categoria e possibilitando a sua permanência no campo.

Para além de outras estratégias a serem pensadas em prol da agricultura familiar, também ligada a multifuncionalidade é a pluriatividade. Esta não é somente um fenômeno, mas também uma estratégia que pode fortalecer e promover o desenvolvimento rural sustentável, oferecendo uma alternativa à lógica de produção, onde se é essencial para a autonomia.

Historicamente, a pluriatividade tem a sua origem na França nos anos 1980, fruto da crise de superprodução agrícola dos anos 1970. Assim a pluriatividade vem como uma solução alternativa ao estímulo do Estado para que os agricultores considerados inviáveis abandonassem suas atividades agrícolas e apenas cuidassem da natureza para atração turística (Cruz, 2012).

Nesse sentido, esse conceito pode ser compreendido como fenômeno social e econômico, no qual membros de famílias de agricultores acabam por optar por diferentes tipos de atividades, até mesmo a realização de atividades não agrícolas, mas ainda assim se mantendo no campo e uma ligação produtiva com a vida

(Schneider, 2004), nesse sentido o autor também destaca a importância da compreensão do que é uma família rural:

(...) um grupo social que compartilha um mesmo espaço (não necessariamente uma habitação em comum) e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra. Esse coletivo está ligado por laços de parentesco e consanguinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consanguíneos (adoção). É no âmbito da família que se discute e se organiza a inserção produtiva, laboral e moral dos seus diferentes membros integrantes e é em função deste referencial que se estabelecem as estratégias individuais e coletivas. (p.105)

A partir dessa concepção familiar, são traçadas as estratégias tanto individuais quanto coletivas de inserção econômica, gestão dos recursos e reprodução social, mostrando o papel essencial da família, ou seja, nessa perspectiva se faz mais sentido a análise da por meio desta, pois as atividades mesmo que muitas vezes individuais, não deixam em nenhum momento de estarem articuladas com os projetos familiares (Carneiro, 2009). Além de que as características que envolvem cada uma dessas famílias, possuem uma tendência de mudança considerando a sua posição na hierarquia familiar e no seu sexo, e perpassam não por questões econômicas ou sociais, mas por uma questão da vontade própria do indivíduo integrante, (Schneider, 2009).

Esse movimento se relaciona com termo “novo rural”, designado para definir as mudanças que vêm ocorrendo na agricultura e no campo de maneira geral desde a década de 1980, de acordo com Silva, Del Grossi, e Campanhola (2002), esse termo está relacionado com as agroindústrias e *commodities*, atividades não-agrícolas (moradia, lazer, prestação de serviços) e atividades agropecuárias estimuladas por nichos de mercado, assim não mais o meio rural passa a ser associado somente com produção agropecuária. Levando a se pensar que, portanto, a agropecuária estaria se tornando elemento secundário e residual nas transformações socioeconômicas: “as novas dinâmicas em termos de geração de emprego e renda no meio rural brasileiro têm origem urbana, ou seja, são impulsionadas por demandas não-agrícolas das populações urbanas”. (Norder, 2009, p.60). Ou seja, esse novo rural brasileiro se caracterizaria pela não identificação do espaço rural a atividade agrícola, mas colocando em questionamento se em algum momento da história essa ideia um rural exclusivamente agrícola tenha existido (Carneiro, 2009).

Falar sobre o tema da pluriatividade e os seus processos, levam a pensar e refletir sobre o seu modo de produção e de vida, acionando a questão do debate feito

anteriormente sobre a multifuncionalidade da agricultura. A compreensão desse entendimento para além de questões econômicas e valorizando aspectos sociais que são desenvolvidos nesse espaço rural, leva a ao entendimento de que a pluriatividade vem a ser uma dimensão da multifuncionalidade “as múltiplas funções da agricultura para a sociedade podem-se traduzir em atividades exercidas por diferentes membros das famílias de agricultores que não estão diretamente associadas à produção de alimentos para o mercado” (Carneiro, 2009, p.184-185).

A referência à insuficiência dos recursos destes pequenos agricultores não deve, no entanto, ser entendida como a negação de sua condição de agricultores, a exemplo de alguns diagnósticos apressados que, baseando-se em dados sobre o tamanho da área disponível, o valor da produção obtida, ou mesmo sobre as práticas de pluriatividade das famílias de pequenos agricultores, tendem a excluí-los do universo dos produtores rurais e a considerá-los como indivíduos ou famílias em vias de proletarização, ou semiproletários. Estas análises desconsideram o fato de que, apesar das condições extremamente precárias para o exercício das atividades produtivas, as experiências de vida e de trabalho destes agricultores são regidas pelas estratégias pessoais, familiares e comunitárias, essencialmente voltadas para valorizar os recursos produtivos disponíveis. (Wanderley, 2009, p.61)

Assim o que percebemos pelo meio do andamento das discussões que o desenvolvimento de mais atividades por este mesmo agricultor, muitas das vezes o descreditou e lhe colocou em posição de que pudessem estar negando a sua realidade, e não o fato que este mesmo processo é o que muitas das vezes garante a sua sobrevivência rural.

A agricultura familiar na sua função histórica é caracterizada pela policultura, ou seja, a diversificação da produção alimentar, como frutas, legumes, verduras, grãos e produtos de origem animal. Esses produtos servem de subsistência para a própria família e também são vendidos para as comunidades locais. Outros aspectos da agricultura familiar são as técnicas tradicionais de cultivo, como a rotação de culturas e o uso de adubos orgânicos, e a sustentabilidade, pela utilização eficiente de recursos naturais e pela redução do uso de insumos químicos².

Esse processo de subsistência, está intrinsecamente ligado com o que se chama de autoconsumo. O autoconsumo desempenha um papel nas formas sociais de produção e trabalho que está relacionado a propiciar a diversificação das estratégias de vivência das famílias (Gazolla e Schneider, 2007). Essa produção conhecida também como produção para autoprovisionamento ou mesmo produção

² <https://pactocontrafome.org/agricultura-familiar-sua-importancia-no-combate-a-fome/>

“pro gasto”, foi vista em muitos momentos como invisível no âmbito dos estudos rurais e das políticas públicas, mas é importante de ser compreendida devido a sua tradição (Grisa; Gazolla e Schneider, 2010).

O autoconsumo na unidade de produção, para além de ser uma das características que unem os estudos dos paradigmas agrários, é em a prática de consumir aquilo que é produzido é entendido “como uma forma de “proteção” das famílias, pois estas ficam menos dependentes do mercados em geral, não necessitando comprar os alimentos nos mercados locais ou nos postos de abastecimentos, o que propicia para as mesmas uma questão de sobrevivência e autonomia (Gazolla e Schneider, 2007), nesse sentido entendemos que:

Neste sentido, a produção para o autoconsumo cumpre uma importante função ao manter internamente à unidade familiar a satisfação de uma das necessidades principais para a reprodução social, a alimentação. Os alimentos seguem direto da unidade de produção (lavoura) para a unidade de consumo (casa), sem nenhum processo de intermediação que os tornem valor de troca. (Grisa, 2007, p.15)

As relações de trabalho que são estabelecidas nesse processo envolvem o restabelecimento da coprodução entre homem e natureza e potencializando os recursos locais; traz a possibilidade de atender a demanda alimentar e a realização de valores de troca. Também ressalta as relações de sociabilidade e reciprocidade contribuindo para a coesão da estrutura social, fortalecendo a identidade social dos agricultores, conferindo legitimidade e reconhecimento (Grisa, 2007).

Esse movimento de trocas ressalta o papel da agricultura familiar, em não somente gerar alimentos e renda, mas ao mesmo tempo, reforçar os laços sociais seja no sentido de comunidade (com o seu entorno), mas também da compreensão que esse processo envolve o entendimento do seu papel e função como ator social perante o desenvolvimento de relações com a terra. Assim, compreender as dinâmicas e as interações entre os familiares é uma perspectiva fundamental para também poder compreender o autoconsumo:

Estes resultados questionam o relativo esquecimento a que tem sido submetida a esfera da produção de alimentos para o consumo da própria família nas políticas de e para o desenvolvimento rural. É mister considerar que o fortalecimento da agricultura familiar demanda, além de políticas agrícolas que fomentam a produção de mercadorias, o fortalecimento e empoderamento da família, de sua cultura, das relações sociais estabelecidas por estas e da valorização do trabalho e produções invisíveis, como é o caso do autoconsumo. (Grisa, 2007, p.32)

Assim entendemos que valorizar o aspecto do autoconsumo é importante para o desenvolvimento rural e para além de também para a identidade do agricultor, pois um agricultor dentro de sua posição compreende que para ele exibir esse título a produção de alimentos se faz necessária.

Para além do entendimento em relação ao processo de alimentação para as suas demandas, quando o autoconsumo muitas das vezes extrapola a sua produção pro gasto³, ela pode se expandir na forma de uma pequena agroindústria familiar, que nada mais é do que uma forma de organização em que a família rural passa a produzir, processar e transformar parte de sua produção agrícola ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca. Outros elementos que caracterizam esse tipo de agroindústria são a sua localização no meio rural; a utilização de máquinas e equipamentos e escalas menores; procedência própria da matéria-prima em sua maior parte, ou também podendo ser de vizinhos; processos artesanais próprios, assim como predominância da mão-de-obra familiar (Mior, 2007). A agroindústria familiar nesse sentido se mantém na lógica onde se reforça as relações de vínculo com a terra, ou seja, o seu território:

Uma dimensão em que agroindústria convencional e a artesanal se distanciam é na forma de relacionamento com o território. Enquanto a primeira se autonomiza ou se desenraiza dos espaços regionais, tendo em vista sua inserção no mercado globalizado, a última se constitui justamente a partir de sua inserção nas redes sociais do território. A mobilização das redes sociais mais amplas, de parentesco, e de amigos, evidencia como a agricultura familiar, através da re-ativação de vínculos sociais, estabelece estratégias para constituir mercados para seus produtos de valor agregado. Também a agroindústria familiar rural tem uma relação mais próxima com os consumidores (feiras livres) e comerciantes (pequeno varejo). (Mior, 2007, p.13)

Assim a agroindústria familiar colabora com a aproximação entre produtores e consumidores, e também trazem consigo dentro do desenvolvimento de seu produto a questão com o saber-fazer, dando para o mesmo uma característica muitas das vezes cultural e que se é transmitida de geração para geração implicando em um diferencial

³ Nesse sentido, nos apoiamos em “O Capital” de Karl Marx, para o entendimento das mercadorias, entendendo que assim o autoconsumo envolve as relações de valor de uso, pois se efetiva apenas no uso ou no consumo próprio - ou seja sua utilidade para o agricultor envolvido no processo produtivo. Quando essa produção vem a se tornar excedente e tem a possibilidade de se tornar uma forma de renda, esta se efetiva por meio da troca, ou seja envolve relações quantitativas de proporção e a agroindústria vem para consolidar o valor de troca deste trabalho.

em relação para esse consumidor, uma vez que ele compreende o funcionamento do processo produtivo.

Porém, é importante lembrar que existem leis para a regulamentação das agroindústrias. Em Cruz (2020) é citado que principalmente nos últimos 10 anos tem se estabelecido o surgimento de novas normas de produção da agroindústria familiar e envolvendo elementos como o deslocamento da produção em escala doméstica para a escala industrial, pois a mesma traz algumas elementos contraditórios: a dificuldade de adequação por esses agricultores familiares, o que acaba por consequência favorecendo a informalidade, uma vez que para além da logística que envolve e sua escala de produção, e também o saber-fazer, pois fato de ter que se adequar a esses padrões em muitos momentos implicam em uma perda do que é conhecido como o modo artesanal, ou seja gera a perda do processo cultural que envolve a fabricação desse produto e é considerado o seu diferencial. No entanto:

Não se trata, portanto, de negligenciar esse modo de processamento ou condená-lo a priori, mas sim, seguindo alguns princípios que orientam os regulamentos sanitários mais recentes, se debruçar com mais profundidade para avaliar meios sobre como contribuir para que a singularidade desses produtos seja preservada e, ao mesmo tempo, independentemente da escala de produção, seja possível contemplar critérios que viabilizem sua qualificação e legalização. (Cruz, 2020, p.17)

Deste modo, a abertura para o debate colabora para o entendimento que existe uma heterogeneidade dentro das formas de produção e processamento, e que a existência de leis nesse sentido deve buscar um equilíbrio entre a ideia moderna que envolve a qualidade e procedência, mas sem abandonar completamente o tradicional e artesanal.

Assim entendemos o desenvolvimento rural um conjunto complexo que visa um movimento de trocas no espaço geográfico, pois estamos falando de relações entre sujeito e natureza, o ator social em destaque do processo é o agricultor familiar que por meio de sua ação no seu estabelecimento ou propriedade articula processo de materialização do seu território, uma vez que é o local onde o mesmo tem o poder de dar vida e transformação para o espaço rural, assim sucessivamente este é quem será o beneficiado.

Assim surge um processo multifacetado que une aspectos econômico, englobando transformações sociais, culturais, ambientais e as suas interações entre si, responsáveis pela construção de um espaço mais igualitário. No entanto para que isso possa ocorrer, deve-se estar buscando estratégias, tais como as questões como

a multifuncionalidade, pluriatividade, autoconsumo e as agroindústrias. Como explicados anteriormente cada um desses conceitos podem ser utilizados pelos agricultores a fim de visar a melhorar a qualidade de vida campo, pois ao mesmo tempo que envolvem a introdução em mercados e trazem renda, também fazem parte da cultura e das relações de comunidade, e podem vir a criar espaços de bem estar para estes, o que envolvem questões ambientais e manejo de recursos, (Figura 2).

Figura 2 – Aspectos do desenvolvimento rural.



Elaboração: Autora (2025)

Discutir esses elementos e os seus processos históricos nos situam e ajudam a compreender onde estamos e assim onde queremos chegar, portanto assim se compreende a necessidade de reforma agrária aliado a políticas públicas efetivas como reparação aos agricultores, buscando a diversidade da produção alimentar.

4. PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO DA CAFEICULTURA E MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA

O processo de mundialização da agricultura é um complexo processo que promoveu o capital a nível da escala global e assim trouxe um monopólio o qual transformou as relações entre a agricultura e indústria. Sendo a sua consequência a ideia da produção em commodities. Esse sistema trouxe a sua expansão visando o mercado mundial, uma vez que diversas empresas passaram a dominar essa produção e assim as transformando em mercadorias.

Passou assim a existir uma união entre os países desenvolvidos e também os países emergentes, o que inclui o Brasil sendo um foco no ponto de vista da agricultura, assim deste modo o café passou a se configurar nessa categoria, estabelecendo o agronegócio. Neste sentido também foram criadas e fortalecidas diversas estratégias de mercado para a inserção da cafeicultura a nível mundial, sejam por meio do cooperativismo e também das indicações geográficas.

4.1 TERRITORIALIZAÇÃO E MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA E CONSOLIDAÇÃO DO AGRONEGÓCIO

Dentre os vários conceitos e categorias da Geografia, aqui trabalharemos com um qual é bastante importante para os entendimentos e análises do poder: o território. Claude Raffestin e o seu livro Geografia do Poder, no seu entendimento inicial sobre o território, o mesmo diz que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço (Raffestin, 1993, p.143)

Nesse sentido, podemos entender que o território, portanto, não é dado, mas sim uma construção social. Basicamente o território vem a ser a consequência é produto das relações de poder, de interesses, e as mais diversas conexões que são desenvolvidas dentro do espaço geográfico, esse processo gerado pelos atores vai ser conhecido como a territorialização:

O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e

proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade. Isso significa a existência de interações no e do processo de territorialização, que envolvem e são envolvidas por processos sociais semelhantes e diferentes, nos mesmos ou em distintos momentos e lugares, centradas na conjugação, paradoxal de des-continuidades, de desigualdades, diferenças e traços comuns. Cada combinação específica de cada relação espaço-tempo é produto e acompanha e condiciona os fenômenos e processos territoriais. (Saquet, 2015, p.24)

Ou seja, compreender as dinâmicas do território, nos ajuda a entender que o poder está por toda a parte e intrinsecamente com a vivência nas mais diferentes instâncias, atores e agentes. Analisar o território nesse sentido nos ajuda entender este processo e como este pode ser um instrumento para possibilitar uma visão mais crítica, aqui mais detalhadamente trataremos esse entendimento nas disputas pela terra e também sobre o avanço do capital sobre o espaço rural, e como cada vez mais torna conflituosa as vivências de diversos atores sociais, fazendo com estes necessitem constantemente se manter em resistência, reinventando e reivindicando seus espaços pensando em pertencimento, cultura e identidade, como abordados no capítulo anterior, referente a construção do conceito da agricultura familiar e as suas dinâmicas dentro do espaço agrário. Importante lembrar que o território também apesar de estar associado com uma ideia de um espaço delimitado não se prende somente a essa ideia:

O território, enquanto relação de apropriação e/ou domínio da sociedade sobre o seu espaço, não está relacionado apenas à fixidez e à estabilidade (como uma área de fronteiras bem definidas), mas incorpora como um de seus constituintes fundamentais o movimento, as diferentes formas de mobilidade, ou seja, não é apenas um “território-zona”, mas também um “território-rede” (Hasbaert, 2006, p.117-118)

Assim percebemos que os territórios possuem uma grande mobilidade e em consequência dos processos referentes com a questão da mundialização trazida pela pós-modernidade e assim trouxe novas dinâmicas ao entendimento de longe e perto. Nesse sentido, aqui a intenção inicialmente é discutir a construção de território e poder, para poder avançar em quem detém esse poder no espaço agrário. Podemos então aqui refletir sobre a relação recíproca entre poder e território:

Por outro lado, não é apenas o território que pode ser concebido, concretamente, com a ajuda de poder, embora seja muito evidente (mas não deveria...), também o poder só se exerce com a referência de um território e, muito frequentemente, por meio de um território. Não há influência que seja exercida ou poder explícito que se concretize sem que seus limites espaciais, ainda que às vezes vagos, igualmente sejam menos ou mais perceptíveis. (Souza, 2013, p.87)

Neste processo entendemos a necessidade do espaço para movimentação dos agentes e as trocas de poder, tornando evidente a dinâmica da territorialização, ou seja, a ação contínua de apropriação e organização do espaço por diferentes atores sociais, políticos e econômicos, e entendendo que:

De acordo com a nossa perspectiva, a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. (Raffestin, 1993, p.159)

A territorialização é um processo pelo qual não pode e nem deve ser visto de forma neutra. Assim, conforme os grupos consolidam sua presença e influência sobre um espaço, tal como será abordado de forma mais expressiva neste capítulo é o caso do agronegócio. De acordo com Matos e Marafon (2020), em termos históricos a palavra agronegócio passa a ser usado no Brasil, tanto em debates acadêmicos e Estado, a partir da década de 1980, em geral considerada a forma mais atual do capitalismo no espaço agrário na contemporaneidade:

(...) correspondendo a um modelo no qual a produção é organizada a partir de tecnologias, capital, grandes extensões de terra, pouca mão de obra, produção em alta escala, integração com a indústria, circulação da produção em outros países, mobilidade do capital produtivo e financeiro e exploração do meio ambiente em detrimento da reprodução do capital. (p.328-329)

Assim, o agronegócio possui como sua principal característica a produção em larga escala, monocultivo e exportações, assim conseqüentemente precisa de muito espaço para materializar a sua produção, e também requer aumento da apropriação de grande parte dos recursos naturais, como a água para o processo de irrigação, que ocorre em vastas áreas, criando territórios produtivos voltados à exportação das *commodities*, e por conseqüência de outros grupos, como agricultores familiares, povos tradicionais ou comunidades quilombolas, podem ser desterritorializados, ou seja, removidos ou excluídos de seus espaços de vivência e produção. Nessa perspectiva, atendendo a hegemonia da forma capitalista, pois é um modelo de produção agrícola muito especificamente voltado para o mercado global, baseado em alta tecnologia, monocultura, larga escala e integração com cadeias agroindustriais e financeiras.

Tratando-se do processo de mundialização da agricultura, Oliveira (2016), cita três processos simultâneos e intercambiados que permitiram esta aliança mundial das burguesias, nível mundial. O primeiro processo foi determinado pela necessidade da reconstrução da Europa e do Japão depois da II Guerra Mundial. O segundo processo, a produção capitalista mundializada, nasceu dos monopólios da pesquisa e da tecnologia. O terceiro processo que caracteriza a mundialização foram as ações mundiais de governos que se originaram dos dois processos anteriores (movimentos mundiais de capitais e produção capitalista mundializada) articulados à necessidade da intervenção do Estado na economia e na definição dos projetos de cooperação mundial. Com o processo de mundialização do capitalismo monopolista e conseqüentemente, do neoliberalismo, a agricultura capitalista também se transformou, assim a agricultura passou a estruturar-se sobre uma tríade: a produção de *commodities*, as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais:

Assim, empresas monopolistas mundiais, nacionais, e também, as cooperativas, disputam o mercado dos produtos primários oriundos das atividades agropecuárias e da silvicultura. O Brasil que inaugurou seu ingresso no capitalismo mundial como fornecedor de alimentos e matérias primas, continua o processo de reinvenção do passado. Reinvenção essa que revela agora, a aliança mundial entre a burguesia internacional e aquela nacional, expressa em fusões e associações entre empresas. Ou seja, há agora uma fatia do capitalismo mundial à disposição da burguesia brasileira, e o Estado, está colocado como sempre esteve, a serviço dessa nova aliança. (Oliveira, 2016, p.117)

Ou seja, esse processo não é mais algo novo, mas sim algo que passou por uma roupagem para que possa mais uma vez se adequar a padrões mundiais. Assim o avanço do agronegócio reconfigura os territórios rurais, concentrando grandes extensões de terra nas mãos de poucos e submetendo o uso do solo à lógica do mercado, em detrimento de formas tradicionais e sustentáveis de uso da terra, como a agricultura familiar, os territórios indígenas e as comunidades quilombolas.

Esse processo de territorialização do agronegócio muitas vezes se dá por meio da desterritorialização desses grupos sociais citados em questão, pois dentro do processo histórico estes sempre foram vistos como marginalizados, assim possuem a maior probabilidade de perderem o acesso à terra, aos recursos naturais e ao direito de produzir segundo seus próprios modos de vida, deste modo o que impera é a competição e assim quem sai na frente é quem detém o maior capital. Assim atendendo ao neoliberalismo:

O neoliberalismo tem sido uma espécie de releitura atualizada do liberalismo a partir das concepções econômicas neoclássicas. Trata-se, pois de uma determinada visão social do capitalismo a partir da ótica do capitalistas, portanto, da burguesia. Assim, tornou-se um conjunto de ideias capitalistas de políticas e economia fundadas principalmente na não participação do Estado na economia e, na liberalização total do comércio (mercado livre) em nível mundial. Enfim, defende a livre circulação de capitais internacionais, abertura das economias nacionais para a entrada de multinacionais, a implantação de ações que impeçam o protecionismo econômico, adoção de política de privatização de empresas estatais, etc. (Oliveira, 2016, p.11)

Ou seja, nessa concepção se permanece a intervenção mínima do Estado, mas acrescido agora de novas elementos: movimentações mundiais onde capitalistas brasileiros se associaram ou se fundiram com capitalistas estrangeiros, para a criação dessas novas alianças de classe em nível mundial, onde não há mais contradições importantes entre empresas estrangeiras e nacionais. Essa atuação passa a ter elementos importantes a propriedade privada capitalista da terra, o capital agrícola e industrial, o capital financeiro e o trabalho. (Oliveira, 2016).

Isso resulta na formação de grandes monopólios, na intensificação da produção de *commodities*, em detrimento de alimentos básicos, pois o mais importante nessa lógica não são os alimentos, mas sim as formas e possibilidades criadas para a sua transformação em mercadorias e lucro:

Isto quer dizer que a lógica neoliberal atua no sentido de tentar converter todo alimento produzido em mercadoria, não para ser consumido pelos que produziram, mas para ser adquirido por quem tenha dinheiro, onde quer que esteja no mundo. Entre as principais *commodities* do campo estão o trigo, milho, arroz, soja, algodão, cacau, café, açúcar, suco de laranja, farelo e óleo de soja entre outras. (Oliveira, 2016, p.123-124)

Sendo assim, o movimento de comoditização transforma as disputas territoriais, que não se restringem apenas à posse da terra, mas também ao direito de existir, produzir e manter modos de vida diversos, que são essenciais para a situação do mundo em que vivemos.

Deste modo, compreender o território nesta perspectiva social e política nos permite interpretar o espaço rural dentro dos processos do capitalismo, um campo pelo o qual se mostra as suas contradições que envolvem conflitos, transformações e resistências. Benko e Pecqueur (2001), descreve que os territórios, diante das mudanças proporcionadas pelo processo de mundialização, tornaram-se assim as fontes de vantagens concorrenciais, trabalhando assim as ideias de ativo e recursos, entende-se por ativo, os fatores em “atividade”, enquanto que por recursos, os fatores a revelar, a explorar, ou ainda a organizar. (Quadro 5)

Quadro 6 – Tipologia dos fatores de concorrência espacial

	GENÉRICO	ESPECÍFICO
RECURSOS	1 Fatores de localização não utilizados, discriminados pelos preços e o custo do transporte (cálculo, otimização).	4 Fatores incomensuráveis e intransferíveis nos quais o valor depende da organização que os criou
ATIVOS	2 Fatores de localização não utilizados, discriminados pelos preços e o custo do transporte (cálculo, otimização) - alocação ótima dos ativos	3 Fator comparável onde o valor é ligado a um uso particular: - custos de irreversibilidade - custos de reatribuição

Elaboração: Autora adaptado de Benko e Pecqueur (2001)

Os recursos, diferentemente dos ativos, constituem assim uma reserva, um potencial latente, sendo assim os recursos vão se referir aos recursos específicos, os quais são intransferíveis e incomparáveis que os territórios oferecem no mercado e também aos genéricos que seu valor é ligado a fatores de localização não utilizados referentes a otimização.

Ativos são fatores que já estão em "atividade". Assim representam um estoque ou elemento que já está sendo utilizado ou pronto para ser utilizado em um processo de produção, os ativos genéricos, são transferíveis, enquanto o de específicos apesar de transferíveis, possuem um custo, ou seja, se diferem em sua intensidade.

4.2 ESTRATÉGIAS DA MUNDIALIZAÇÃO NA CAFEICULTURA: COOPERATIVISMO E INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NA CULTURA DO CAFÉ

Como já é de conhecimento geral o Brasil é o principal produtor mundial de café, com 36,6% da produção e o quinto mercado consumidor (Alves e Lindner, 2020; Coffee Consumption by Country, 2025). Assim diversas empresas possuem grande interesse e influência no território brasileiro.

Oliveira (2016) menciona diversas empresas envolvidas no agronegócio do café em destaque de algumas como: Neumann Kaffee Gruppe (NKG), Ecom

Agroindustrial Corp Ltd, Ipanema Coffees, ED&F Man Netherlands BV, Sucafina S/A, Armajaro Trading Limited, Louis Dreyfus Group, Cofco Agri. O destaque para estas empresas em questão se dá pelo fato da sua localização de suas áreas de territorialização, tais empresas como a Cofco, Olam e Ipanema Coffees, possui grande atuação em Alfenas (MG), o que por consequência passa a ter grande influência também não só em contexto municipal, mas também na região imediata. As demais empresas citadas, possuem atuação de grande influência em Varginha (MG), município que fica há aproximadamente 70km de Alfenas e é considerada a cidade polo da região intermediária de Varginha, a qual Alfenas faz parte como uma das cidades polos da região imediata.

Ou seja, uma vez que as Regiões Geográficas Intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas. Elas articulam as Regiões Geográficas Imediatas de funções urbanas de maior complexidade, como serviços médicos especializados ou grandes universidades. (IBGE, 2017).

Aqui essa articulação é feita por meio da cafeicultura, mas as empresas apesar de serem as principais articuladoras nesse processo, conhecidas como *trading companies*, são exemplos de empresas que tradicionalmente comandam e assim proporcionam a presença de capital financeiro internacional, em mercado nacional. Esses grandes capitais atuam em diversos setores, regiões e países sem estabelecer compromisso ou responsabilidade com nenhum lugar específico, em específico na cafeicultura (Castillo el al, 2016):

O ramo do café envolve o setor produtivo onde atuam capitalistas da agricultura e camponeses. Estes produtores estão organizados de diferentes formas: agrupados em cooperativas ou associações, articulados por empresas que atuam como maquinistas, torrefação e moagem, indústria de solúvel, ou, vendedores nacionais e/ou exportadores e, os compradores internacionais/revendedores (dealers). (Oliveira, 2015, p.270)

Para além das empresas, as cooperativas são estratégias importantes para a produção de café em escala nacional e mundial, principalmente considerando a região do Sul de Minas Gerais e Leste paulista que são regiões onde a cultura cafeeira é bastante presente, neste sentido:

As cooperativas e multinacionais presentes na região criam uma territorialização do café, pois elas acabam se tornando “influenciadoras” para o sistema produtivo, principalmente quando geram bons lucros para o município e para os produtores. Ambas criam uma relação de poder e controle do território, afinal os produtores precisam se enquadrar nas

necessidades das cooperativas para conseguirem se inserir no mercado. (Lemos e Alves, 2023, p.540)

Podemos entender brevemente os termos cooperativa e cooperativismo em sentido amplo para compreender da seguinte forma os seus significados perante a sua organização no espaço e assim colaboração na economia. O primeiro em questão diz a respeito que:

A cooperativa é uma sociedade de natureza civil, formada por no mínimo 20 pessoas, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns. Os próprios associados, seus líderes e representantes têm total responsabilidade pela gestão e fiscalização da cooperativa. (SEBRAE, s.p. 2023)

Assim os membros envolvidos com uma cooperativa estão comprometidos a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, em questão na agricultura elas têm como função organizar os produtores rural, e também colaboram com assistência técnica e na comercialização dos seus produtos. Em segundo momento o trazemos o significado de cooperativismo:

É um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico, capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. É o sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital. Visa às necessidades do grupo e não do lucro. Busca prosperidade conjunta e não individual. Estas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes. (Reisdorfer, 2014, p.16)

Em diálogo com essa ideia, o cooperativismo é visto como um grande alternativa em busca de maiores benefícios:

O cooperativismo, dentro da concepção de diversos autores, torna-se uma opção de superação de problemas e fortalecimento de muitas atividades produtivas, pois pode ajudar na conquista de melhores resultados, bem como na facilidade de inserção e participação mais ativa na economia. Nesse contexto, surge o pequeno agricultor familiar, na busca por fortalecer sua atividade produtiva, através do ingresso em associações e cooperativas. Uma vez que essa alternativa apresenta benefícios potenciais, como: o acesso a novas tecnologias, crédito, oportunidade de ingresso em mercados mais competitivos, vantagens fiscais, dentre outros. (Andrade e Alves, 2013 p.195)

Essa concepção de uma ideia de justiça e equilíbrio, junto a superação de problemas ainda que um discurso bastante interessante, e apesar da parte de justiça realmente o cooperativismo vem a contribuir com os produtores os quais estão envolvidos, o equilíbrio nem sempre é algo que na prática em muitas das vezes pode ser em real constatado, pois ainda está ligado em uma lógica capitalista e esses produtores necessitam vender o seu produto para conseguirem se manter produzindo:

Assim, tanto as políticas quanto o papel das cooperativas junto às multinacionais ampliam a produção cafeeira na região, que deixa de produzir determinados alimentos para atender à dinâmica global de produção. Isso, no primeiro momento, contribuiu para a economia local, mas depois a falta da produção de alimentos levou à insuficiência deles. Mesmo que a configuração da cooperativa seja de uma vida digna aos produtores, ela os coloca “reféns” de um sistema global de produção. (Lemos e Alves, 2023, p.558)

Desse modo, podemos perceber mais uma vez as contradições do processo de inserção da cafeicultura na mundialização, pois as cooperativas em seu objetivo em geral têm como fim criar condições para que os agricultores possam continuar a produzir, mas os mesmos vão depender dos mais diversos fatores exteriores de mercado para que possam continuar.

Ainda assim podemos citar diversas cooperativas as quais estão nesse processo de monopolização do território pelo café, um primeiro destaque se dá pela a qual é considerada a maior cooperativa do mundo, Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé - Cooxupé, de acordo com as informações do próprio site, a cooperativa foi criada em 1932 em Guaxupé e com mais de 90 anos de cooperativismo regional, se encontra entre os maiores *players* do café no mundo. Em trajetória, a missão da empresa é promover o desenvolvimento sustentável das mais de 20 mil famílias cooperadas, que estão distribuídas no Sul de Minas, Cerrado Mineiro, Matas de Minas e Média Mogiana do Estado de São Paulo.”⁴ Ou seja, a atuação da cooperativa se faz presente em ambos os municípios em destaque da pesquisa (Alfenas e Caconde), onde há núcleos de atuação das empresas, dessa forma mostrando a sua influência, não somente em questão regional, mas também tanto em escala nacional quanto internacional:

No que se refere ao território brasileiro, o melhor exemplo de “salto de escala” é o da Cooperativa dos Cafeicultores de Guaxupé (Cooxupé). A Cooxupé surgiu como uma cooperativa regional, que aos poucos se transformou na maior exportadora brasileira de café verde, com escritórios localizados nas principais regiões produtoras e portos exportadores, contando também com o seu próprio sistema logístico de escoamento da produção, e capaz de rivalizar com grandes tradings internacionais. (Frederico, 2014, p.42)

Nesse sentido, a Cooxupé é uma cooperativa diferente das demais, pois conseguiu êxito a ponto de certa forma entrar dentro da lógica de produção. Porém aqui vamos analisar brevemente as cooperativas existentes nos municípios estudados e nas suas regiões de abrangência, mostrando como se constrói a territorialização e

⁴ <https://cooxupe.gupy.io/> <https://www.cooxupe.com.br/quem-somos/>

monopolização do café, que predominantemente é local-regional, mas com comércio global. Abaixo (Quadro 7), vemos as presentes na Região Geográfica Imediata de Alfenas.

Quadro 7 - Cooperativas na área de atuação em Alfenas, ou dentro da Região Imediata de Alfenas relacionadas a café.

Nomes	Fundação	Origem	Atuação
Coopercitrus	1976	Bebedouro-SP	Estados de São Paulo, Minas Gerais (Alfenas) e Goiás.
Coopfam	2003	Poço Fundo-MG	Sul de Minas Gerais
Coopama	1944	Machado-MG	Sul de Minas Gerais (Alfenas, Campestre, Elói Mendes, Poço Fundo, Poços de Caldas, Pouso Alegre e Turvolândia)
Coopercam	1980	Campos Gerais/Campo do Meio-MG	Cidades circunvizinhas da região
Coomap	1957	Paraguaçu-MG	Paraguaçu
Cooxupé	1932	Guaxupé	Minas Gerais e São Paulo

Fonte e organização: Autora (2025).

Analisando, podemos compreender as seguintes questões, o cooperativismo é uma antiga estratégia na região, muitas delas tendo décadas de sua fundação, porém em questão das suas áreas de abrangência, elas possuem grande variabilidade, mas em geral as cooperativas com origem em cidades vizinhas da região de Alfenas possuem característica de estarem predominantemente em uma escala regional.

A única exceção da lista é a Cooperativa dos Cafeicultores e Citricultores de São Paulo - Coopercitrus, que é uma cooperativa paulista pela qual possui uma escala mais extensa de atuação, não atingindo somente o seu estado de origem, mas também outros estados tais como Goiás e Minas Gerais, no caso em questão tendo um núcleo em Alfenas. Das cooperativas citadas também outra que possui núcleo no município é a Cooperativa Agrária de Machado - Coopama, as outras vão atender as demais cidades no caso Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e

Região - Coopfam a Cooperativa dos Cafeicultores de Campos Gerais e Campo do Meio - Coopercam e a Cooperativa Mista Agropecuária de Paraguaçu - Coopmap, respectivamente atendendo, Campo do Meio, Campos Gerais e Paraguaçu.

Agora em Caconde, nesse sentido o município possui uma cooperativa específica, mas com atuação somente no próprio município a Cooperativa Agropecuária de Caconde e Região – Coopac ,uma cooperativa mais recente com pouco mais de dez anos, as outras cooperativas em questão citadas vão ter atuação em outros municípios da Região Vulcânica, tal como Poços de Caldas, que possui uma cooperativa própria no município: Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Poços de Caldas – Cafépocos , que também atende a outro município da região que é Águas da Prata e também possui a atuação de um núcleo da Coopama. Em Andradas, até o ano de 2015, o município possuía uma cooperativa própria do município que era a Cooperativa Agropecuária Regional de Andradas - CARA, mas que acabou por ser incorporada pela Coopercitrus. (Toledo, 2019). Abaixo (Quadro 8), as cooperativas presentes na Região Vulcânicas do Planalto de Poços de Caldas:

Quadro 8 - Cooperativas na área de atuação em Caconde ou dentro da Região Vulcânica relacionadas a café.

Nomes	Fundação	Origem	Atuação
Coopercitrus	1976	Bebedouro-SP	Estados de São Paulo, Minas Gerais (Andradas) e Goiás
Cafépocos	1966	Poços de Caldas -MG	Águas da Prata, Botelhos e Poços de Caldas,
Coopama	1944	Machado-MG	Sul de Minas Gerais (Alfenas, Campestre, Elói Mendes, Poço Fundo, Poços de Caldas, Pouso Alegre e Turvolândia)
Coopac	2015	Caconde-SP	Caconde
Cooxupé	1932	Guaxupé	Minas Gerais e São Paulo

Fonte e organização: Autora (2025).

Essas diferentes cooperativas vão trabalhar desde cafés tradicionais a cafés especiais, nicho esse que pode ser visto dentro dos mercados emergentes, principalmente devido à crescente procura mundial por café, sobretudo, com a expansão dos cafés especiais, ou seja cafés em menor quantidade (micro lotes), porém com maior qualidade. Abreu et al (2013), em trabalho sobre a discussão de questões relacionadas com as tendências mundiais para a produção de café, mostram que das várias tendências incluídas neste processo estão as Indicações Geográficas e também os investimentos na produção de cafés de qualidade. Nesse contexto a compreensão pela busca do processo das Indicações Geográficas, é um fator bastante determinante para a cafeicultura, o termo em resumo pode ser definido pela seguinte forma:

O termo "indicação geográfica" foi se firmando quando produtores, comerciantes e consumidores começaram a identificar que alguns produtos de determinados lugares apresentavam qualidades particulares, atribuíveis à sua origem geográfica, e começaram a denominá-los com o nome geográfico que indicava sua procedência. Os produtos que apresentam uma qualidade única, explorando as características naturais, tais como geográficas (solo, vegetação), meteorológicas (clima) e humanas (cultivo, tratamento, manufatura), e que indicam de onde são provenientes são bens que possuem um certificado de qualidade atestando sua origem e garantindo o controle rígido de sua qualidade. (SEBRAE, s.p, 2017)

Deste modo, a relação intrínseca que passa a existir entre um produto e seu território de origem podem passar a ser reconhecidas e valorizadas formalmente, criando um selo de qualidade e identidade. Esse reconhecimento beneficia produtores locais, valoriza tradições e dá segurança ao consumidor quanto à origem e autenticidade do produto, e de certa forma isso pode gerar como consequência um diferencial competitivo. Em aspectos burocráticos, as indicações se dividem de duas formas:

Conforme essa lei, em especial os artigos 176 a 178, a Indicação Geográfica se constitui sob duas formas: a Indicação de Procedência e a Denominação de Origem. A *Indicação de Procedência* é o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço. Já a *Denominação de Origem* é o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos. (MAPA, 2017)

Em análise a tabela disponibilizada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), em cada uma dessas duas categorias foi possível de ser encontrado indicações referentes a café no Brasil. Na primeira categoria, referente às Indicações de Procedência – IP, foram encontradas um total de dez indicações (Quadro 9):

Quadro 9 - Indicações Geográficas de Procedência reconhecidas para café.

Indicações de procedência reconhecidas para cafés
Região do Cerrado Mineiro
Norte Pioneiro do Paraná
Alta Mogiana
Região de Pinhal
Oeste da Bahia
Campo das Vertentes
Matas de Minas
Espírito Santo
Região de Garça
Sudoeste de Minas

Fonte: INPI, 2024.

Já em relação a Denominação de Origem - DO, foram encontradas um total de seis indicações para cafés (Quadro 10):

Quadro 10 - Indicações Geográficas de Denominação de origem reconhecidas para o café.

Indicações de denominação de origem reconhecidas
Região do Cerrado Mineiro
Mantiqueira de Minas
Caparaó
Montanhas do Espírito Santo
Matas de Rondônia
Canastra

Fonte: INPI, 2024.

Em síntese, a indicação de origem se deve mais a questões ligadas ao saber-fazer, que em algum momento foi desenvolvido nesta determinada área, enquanto a denominação de procedência diz respeito em relação a algo devidamente intrínseco e ligado à sua localização e serviço oferecido.

Dentro dessa lógica as indicações geográficas têm servido como instrumento importante para se pensar a inclusão dentro do cenário econômico mundial e assim tornar-se possível um destaque diferenciado e podendo assim ser uma das estratégias de mercado. É importante aqui também a questão do que caracteriza ser a produção de cafés especiais e a sua diferença para a produção convencional considerando que o café é uma *commodity* de destaque no mercado tanto nacional e internacional, principalmente dentre as diferentes culturas desenvolvidas aqui no Brasil.

Sendo assim, no ano de 1991, 12 empreendedores pensando em desenvolver novas oportunidades comerciais ao investir em qualidade do café decidiram criar a Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA, sigla em inglês). A BSCA congrega pessoas físicas e jurídicas em relação aos mercados interno e externo de cafés especiais. Assim se busca aprimoramento técnico na produção, comercialização e industrialização desses produtos, além de promover nas áreas cafeeiras, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento ambiental sustentável através de programas, projetos e parcerias com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras. A BSCA define como cafés especiais:

Cafés Especiais são grãos isentos de impurezas e defeitos que possuem atributos sensoriais diferenciados. Estes atributos, que incluem bebida limpa e doce, corpo e acidez equilibrados, qualificam sua bebida acima dos 80 pontos na análise sensorial. Além da qualidade intrínseca, os cafés especiais devem ter rastreabilidade certificada e respeitar critérios de sustentabilidade ambiental, econômica e social em todas as etapas de produção. (BSCA, 2024, s.p)

Os cafés especiais nesse sentido surgem como uma estratégia para a introdução de novos mercados e também como um alicerce para agricultura familiar, considerando a sua dificuldade em relação à produção em grande escala, traz a possibilidade de uma produção por meio da seleção de grãos. É caracterizada pelo funcionamento da pontuação estabelecida, a partir da seguinte definição (Quadro 11):

Quadro 11 - Pontuação dos cafés especiais.

Pontuação	Qualificação	Tipo de café
90 - 100	Exemplar	Especial
85 - 89,99	Excelente	
80 - 84,99	Muito Bom	
< 80	Abaixo da qualidade especial	Não Especial

Fonte: BSCA (Brazilian Specialty Coffee Association).

O que diferencia os cafés convencionais para a produção especial para além da sua produção minuciosa e normalmente feita em micro lotes. Os cafés que possuem pontuação acima dos 80 pontos, vão ser classificados na categoria especial, e abaixo disso pode ser considerada a produção convencional, que é a produção em maior escala já conhecida e comumente comercializada. Esse café tradicional, também chamado de café commodity tem como objetivo central um mercado padronizado e de massa, estabilizado ou declinante nas últimas décadas. Já no mercado de cafés especiais, há o que se pode chamar de uma estrutura fragmentada, pois a sua obtenção em pequenas quantidades, aliado com comunicação mais direta maior transmissão de informações, bem como torrefação artesanal e com prevalência do que pode ser considerado e chamado de origens únicas (Guimarães et al, 2016).

Esse momento também é conhecido como a “terceira onda”, termo definido pelo qual foi criado por Trish Rothgeb, barista e torrefadora, em 2002. Em resumo as primeira, segunda e terceira ondas, vão ser entendidas da seguinte forma:

A primeira e a segunda ondas de café foram caracterizadas pelo consumo doméstico. Enquanto a primeira foi marcada por latas pré-moídas, embaladas a vácuo e de mercado de massa de marcas como Folgers e Maxwell House, a última ofereceu aos consumidores uma experiência diferente. Em vez de o café vir do supermercado, ele veio torrado fresco e ensacado, e foi comprado em um destino, uma *cafeteria* como Starbucks ou Peet's. A terceira onda trouxe o foco para mais perto, para fora da cafeteria e para dentro da xícara. (Light, 2019, s.p)

Importante lembrar que a essas “ondas”, surgem em um contexto europeu, então não estão sendo vivenciadas pelos mais diversos países da mesma forma, assim como é possível a sobreposição das mesmas. Mas em síntese a primeira onda, se associa ao período pós guerras, onde houve grande aumento do consumo de café,

e inovações no processamento e comercialização do produto de pouca qualidade. A segunda onda, já no seu surgimento traz a introdução conceito de cafés especiais e o consumo da bebida em cafeterias (Guimarães et al, 2016).

Caracterizando a terceira onda, esta é definida pelo momento o mercado de cafés especiais “ligado à mudança de percepção do produto, agora considerado artesanal e tão, ou mais, complexo que o vinho.” (Guimarães et al, 2016, p.216). Ou seja, a intenção dessa onda é atribuir um maior nível de qualidade em relação ao consumo e sobre trazer a este consumidor de café compreender parte desse processo.

Uma das experiências mais bem sucedidas em relação a produção de cafés, vem sendo desenvolvida na região do cerrado mineiro, o trabalho de Santana e Chelotti (2021), aponta os processos pelos os quais a região passou, de um local com contexto regional sendo visto como tendo um solo “pobre”, mas que a partir dos usos das técnicas modernas agrícolas se tornou possível estar em destaque na produção de café. O resultado desse processo é que a região é uma das poucas a ter os dois tipos de indicação geográfica, tanto a de indicação de procedência quanto a denominação de origem.

Já Tavares, Machado e Valduga (2021), vão citar como experiência a região do Caparaó, que se localiza em Minas Gerais e também no Espírito Santo como um lugar pelo qual tem tido boas experiências em relação à produção do café especial e também abordando o potencial turístico da região como estratégia de sobrevivência para as famílias, principalmente considerando que o relevo montanhoso que inviabiliza a mecanização, se alia a fatores humanos e culturais da agricultura familiar, que vai ter um destaque nessa produção.

Outra experiência, também pode ser atribuída no Sul de Minas, envolvendo os cafés especiais produzidos na Serra da Mantiqueira, em pesquisa de Facirolli Sobrinho; Guedes e Castro (2021), sobre a área, a qual destacando experiências observadas nessa região e em especial no município de Carmo de Minas, pois é o município da IG, onde se há a maior quantidade de produtores que se utilizam o selo e que os produtores locais em grande parte afirmam que “ (...) a inserção do produto no mercado interno e externo; aumento da renda dos produtores; melhora na qualidade de vida dos produtores e dos empregados; preservação do saber-fazer; e

aumento do interesse dos filhos, parentes e demais familiares em continuar no negócio do café.” (p.290)

Por último, no estado de São Paulo, os estudos de Espíndola et al (2019), referentes à Região de Pinhal, mostram que o café tem suma importância para movimentar o comércio regional, com corretoras e transportadoras movimentando a economia local, para além da presença de escritórios do café. A região também ficou em notável evidência devido aos produtores da área em questão terem obtido êxitos em premiações estaduais.

Esses exemplos vêm dialogar com os municípios escolhidos para estudo na pesquisa, considerando estarem localizados em Minas Gerais e São Paulo, e também em alguns momentos para além da proximidade, comprovando a influência e dominância desses dois estados na produção de café, mostram também em como as tendências de mercado tem se encaminhado em cenário atual, deste modo:

Estas transformações ocorridas no mercado também provocaram mudanças significativas nas estruturas produtivas. Empresas e cooperativas dos diferentes estados produtores têm participado cada vez mais de feiras de cafés especiais e concursos de qualidade, no Brasil e no exterior, buscando associar seu nome à boa qualidade e aos cafés especiais. Estas estratégias têm permitido não só que as empresas conservem uma posição sustentável no mercado, mas que aumentem significativamente suas respectivas parcelas de mercado, especialmente no exterior. (Vieira; Lourenzani; Pellin, 2019, p.12)

A busca pela qualidade, traz um diferencial para permitir a possibilidade de competitividade frente à globalização, ampliando oportunidades comerciais, agregando valor ao produto e promovendo reconhecimento internacional, onde temos um cenário cada vez mais exigente e que valoriza a diferenciação. Nesse movimento os agricultores foram levados a buscar atualização técnica e investir em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, isso se reflete em constantes ações referentes a essas novas demandas.

Neste sentido, cooperativismo e Indicações Geográficas em relação a cafeicultura e desenvolvimento de cafés especiais caminham juntos, mas também não podem ser vistas como apresentada como sinônimo de salvação para uma determinada região, sendo assim considerada como uma ferramenta e não um instrumento fim (Vieira; Lourenzani; Pellin, 2019), principalmente diante de um cenário excludente.

4.3 ESPECIALIZAÇÃO TERRITORIAL PRODUTIVA E CIDADES DO AGRONEGÓCIO

Depois de abordado os conceitos e entendimento da inserção brasileira dentro do mercado internacional e as estratégias da cafeicultura nesse processo é importante também compreender as suas influências dentro do espaço geográfico como um todo e as consequências em que se tem essa discussão de maneira mais conceitual.

Milton Santos em *Natureza do Espaço* (1996) discute sobre a questão da produtividade geográfica, pois os locais do território os quais possuem uma instrumentalização, vão ter uma maior probabilidade de sucesso do que em uma região a qual não tenha a sua disposição determinados recursos e assim estejam mais próximas do natural. A consequência desse processo é a transformação do espaço por meio desta especialização produtiva, que é potencializada por meio da própria divisão territorial do trabalho, (...) alguns lugares tendem a tornar-se especializados, no campo como na cidade, e essa especialização se deve mais às condições técnicas e sociais que aos recursos naturais. (p.241). Ou seja, aqui a citação vem a dialogar com os processos e categorias discutidas anteriormente, a cafeicultura em um nível de mundialização possui a necessidade de especializar para conseguir o seu local em um mercado pelo qual é extremamente competitivo, não obstante seguindo esta mesma lógica.

Portanto, o conhecimento exerce de maneira forte o seu papel de recurso, participando do clássico processo pelo qual no sistema capitalista, os detentores destes recursos possuem grande vantagem competitiva em relação com os que deles não dispõem. Assim claramente percebemos em como o raciocínio funcionam, quem detém os recursos, passam a ter grande parte do conhecimento e assim por consequência estarão na frente para gerar o lucro, assim as empresas passam a se distinguir pela a capacidade de uso dessas informações referentes à produção, mostrando que não somente o acesso e uso das técnicas, mas também a sua capacidade de aplicação muda tudo (Santos, 1996).

Especificamente se tratando da cafeicultura, Frederico (2014), aborda a existência do que vai se conceituar como "jogo de escalas" no circuito espacial produtivo do café, ou seja já sabemos que essas escalas se mostram como totalmente desiguais, o que é um fato claramente observável, mas o jogo aqui é que Estados e cafeicultores, especialmente os pequenos, são diminuídas e limitadas em

contrapartida a das grandes empresas internacionais de comércio e torrefação que sempre estão em um processo de expansão. O autor também ressalta que a participação dessas empresas no mercado internacional de café aumentou sensivelmente a partir da década de 1990, com adoção das políticas neoliberais, novamente aqui ligadas ao processo de mundialização, que passaram a vender uma ideia a qual “livre concorrência” e entrada de novas empresas no mercado interno trariam uma melhora na qualidade do café, na prática em relação ao café tradicional isso pouco melhorou, mas trouxe uma centralização do setor, com diversas empresas nacionais indo para a mão das grandes corporações

Nessa lógica, como exceção alguns pequenos conseguem se sobressair realizando o que o mesmo chama por “salto de escala”, como já citado anteriormente, mas como esta não é por via de mão a regra estes mesmos produtores e cooperativas vão permanecer somente na escala local, não mudando a sua posição de vulnerabilidade às grandes oscilações dos preços dos mercados internacionais e ao poder de regulação das grandes empresas (Frederico, 2014). Voltando a questão da produtividade espacial e a questão do território:

O mundo oferece as possibilidades, e o lugar oferece as ocasiões. Não se trata aqui de um “exército de reserva” de lugares, senão da produção raciocinada de um espaço no qual cada fração do território é chamada a revestir características específicas em função dos atores hegemônicos, cuja a eficácia depende doravante de uma produtividade espacial, fruto de um ordenamento específico. (Santos, 1994, p.47)

Nesse sentido, entendemos que essa ideia se articular com a questão trazida por Castillo e Frederico (2010), se tratando sobre os espaços competitivos agrícolas representam a materialização da produção hegemônica e da circulação corporativa na agricultura brasileira sob a globalização, caracterizados por alta especialização, densidade técnica e normativa, mas também por uma intrínseca vulnerabilidade a fatores externos e impactos sociais e territoriais.

O território brasileiro possui inúmeros exemplos de regiões competitivas. Alguns dos casos mais contundentes são as regiões produtoras de commodities agrícolas. A exportação de grande parcela da produção, a presença de firmas transnacionais, a implantação de sistemas técnicos especialmente concebidos para viabilizar a produção, a especialização funcional das cidades locais são características comuns presentes na maioria dessas regiões. (Castillo; Frederico, 2010, p.20)

Esse conceito surge buscando uma explicação em relação à organização do território brasileiro especialmente a partir da análise da modernização e expansão agrícola no país. A competitividade, neste contexto, não é apenas um atributo de

empresas ou produtos, mas também uma condição dos lugares e regiões, devido à distribuição desigual de densidades materiais e normativas no território, regiões produtoras de commodities agrícolas, aqui novamente trazemos a cafeicultura, pois a sua especialização trouxe relações cada vez mais intensas dentro de circuitos espaciais produtivos. Em Santos (1985), o mesmo comenta que na lógica neoliberal o capital passou a se difundir de maneira mais no campo, do que na própria cidade, tanto que já se tornou algo cotidiano do mesmo, o que o autor chamava de campo modernizado, que em termo atuais nada mais é do que o agronegócio:

Por um lado, as relações de poder entre os principais agentes do agronegócio (agroindústrias, produtores, proprietários fundiários e Estado) possuem papel central na organização territorial ao induzir a instalação de infraestruturas, a criação de cidades, o movimento populacional, o mercado de trabalho, a estrutura fundiária e as características produtivas. Por outro lado, mas de forma indissociável, a dimensão continental do território brasileiro, a existência de áreas propícias à expansão da agricultura moderna, as condições fisiográficas favoráveis (solo, pluviosidade, reservas hídricas e relevo) e a presença seletiva de infraestruturas (rodovias, ferrovias, hidrovias, armazéns, energia) também condicionam a qualidade, os custos, a localização e a produtividade agrícola. (Frederico, 2017, p.72)

O exemplo dado aqui em relação a cultura cafeeira em diferentes áreas, nos mostra não somente as possibilidades que as técnicas proporcionam, mas também por meio desse processo a especialização territorial produtiva, passa a ocorrer de maneira mais efetiva pelas exigências do mercado globalizado, colaborando cada vez mais com a expansão das monoculturas.

Entre as principais expressões territoriais da cafeicultura científica globalizada destaca-se a ampliação da divisão do trabalho e o conseqüente aprofundamento da especialização produtiva regional. As regiões cafeeiras, que naturalmente se diferenciavam pelas suas características climáticas e morfológicas – que interferem diretamente na qualidade da bebida –, passaram a se distinguir ainda mais com o desenvolvimento de novos sistemas técnicos e normativos adaptados às suas particularidades produtivas e fisiográficas. Enquanto nas tradicionais regiões cafeeiras, como o sul de Minas, os novos sistemas técnicos convivem com práticas agrícolas precedentes, acarretando numa simultaneidade de divisões territoriais do trabalho. Nas áreas de expansão da fronteira agrícola moderna, o “novo” se difunde com muito mais facilidade, como no caso do oeste da Bahia. (Frederico, 2017, p.94)

Ou seja a modernização cria novas fronteiras e territórios agrícolas, os quais dão cara as dinâmicas do agronegócio, pois as características geográficas (por exemplo o relevo) de uma determinada área que outrora eram em grande parte bastante determinantes, atualmente já podem ser superadas pelas técnicas, ou seja como citado acima em regiões com o que pode ser dito como uma cafeicultura mais

tradicional, elas vão ter características mistas, ou seja a depender da área e de suas condições elas vão dialogar com uma maior ou mesmo menor avanço tecnológico, assim havendo a coexistência de diferentes realidades.

As rugosidades assim se fazem presentes, muita das vezes pelo predomínio de pequenas unidades produtivas têm imposto desafios para incorporar os novos sistemas técnicos produtivos e para perpetuar a atividade, enquanto área de expansão a predominância do que se de novo é em grande parte dominante, justamente pela facilidade. (Frederico, 2017)

Este tópico também dá gancho para a discussão, que considerando a diferença entre os municípios trabalhados, pois a espacialização e as frentes de expansão vão se manifestar nas relações cidade-campo, ou seja processo de desenvolvimento do que fica conhecido se chamar por cidades do agronegócio, ou seja, um espaço urbano não metropolitano, onde os processos inerentes às novas formas de uso e ocupação do território brasileiro, se associam à reestruturação produtiva da agropecuária e à expansão da economia e da sociedade do agronegócio (Elias, 2022), por consequência criando uma centralidade, essa centralidade funciona como um elo entre vastos espaços agrícolas (altamente racionalizados com ciência, tecnologia, informação e capital) e o espaço urbano-regional. Além disso, constituem nós na rede de cidades associadas ao agronegócio globalizado, que inclui desde cidades pequenas até metrópoles regionais e globais, mas estas são variáveis, pois:

Em virtude de cada commodity ter diferentes demandas de produtos e serviços, esses espaços urbanos são cada vez mais especializados. O consumo produtivo do agronegócio ressalta demandas heterogêneas segundo as necessidades de produção (agrícola ou agroindustrial) de cada produto, nas diferentes etapas do processo produtivo, diferenciando, muitas vezes, os ramos dos comércios e dos serviços associados à expansão desse consumo. Tal situação acontece, principalmente, porque o agronegócio tem o poder de impor especializações territoriais cada vez mais profundas e, assim, criar muitos novos fluxos, materiais e de informação, próximos ou não, cujos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação buscam nexos distantes (Elias, 2012, p.8)

Portanto, essas cidades vão criar particularidades referentes à commodity pela qual ela escolhe se especializar, aqui neste caso o café. Esse processo vai ser responsável pelas dinâmicas e conseqüentemente as particularidades criadas no cenário dos diferentes tipos de produção, tornando possível que se possa analisar cada uma delas e assim notar os processos de interação com os mercados diante das diversas perspectivas.

Entender o funcionamento dessas dinâmicas é entender do que é fazer parte ou não de uma cidade do agronegócio em um contexto de produzir uma das principais commodities do mundo influencia o processo de desenvolvimento de um determinado espaço e de como esse sistema modifica totalmente uma grande estrutura, mostrando que mais do que nunca, que a dicotomia entre cidade e campo (Elias e Pequeno, 2007). Cada município, centro urbano ou economia local possuem formas singulares de agir em relação às oscilações dos preços das commodities agropecuárias nos mercados internacionais, às decisões das grandes corporações, às políticas públicas estaduais e federais, mas um fato é independente dessas variáveis todos esses locais são vulneráveis a agentes externos ao lugar e a causalidades as quais não podem controlar. (Castillo et al, 2016), principalmente na realidade atual:

Da mesma forma, com a territorialização do capital monopolista no espaço agrário, processam-se marcantes mudanças no tocante à área plantada, com importante substituição das culturas alimentares pelas commodities, substituindo a policultura pela monocultura. Assim também, agrava-se a histórica concentração fundiária, um dos principais traços estruturantes da sociedade brasileira, e impõe-se uma nova dinâmica ao mercado de terras. Tudo isto promove decisivas transformações no espaço agrícola, nas formas de trabalho agrícola e no incremento da urbanização da sociedade e do território. (Elias, 2012, p.12)

Deste modo entendemos que o agronegócio é um territorializador de grande influência, ao construir toda essa infraestrutura, citada anteriormente e principalmente em relação a questão de produtos e serviços, tais como armazéns, estradas, usinas e cidades intermediárias que se tornam polos regionais de escoamento, processamento e controle da produção. Esses centros urbanos passam a exercer poder sobre as regiões rurais ao seu redor, concentrando decisões econômicas e políticas, e moldando o território de acordo com os interesses do capital, criando um espaço híbrido:

Como resultado da expansão do agronegócio, vários espaços agrários convertem-se em nós das redes agroindustriais globalizadas e o comportamento endógeno das relações sociais de produção é transformado. Dessa forma, a mudança do padrão de produção acompanha-se de um aumento do mercado de trabalho agrícola em moldes capitalistas, as quais expropriam os pequenos proprietários e expulsam os que não detêm a propriedade da terra, promovendo o êxodo rural (migração ascendente) e aumentando o contingente de trabalhadores agrícolas não rurais, que passam a ser temporários. (Elias, 2012, p.13)

As cidades do agronegócio, ainda que sejam cidades médias/pequenas, as mesmas têm chegado a um ponto no qual não fogem da seguinte lógica, desigualdades socioespaciais:

Tudo isto vem se refletindo nas cidades do agronegócio, que passam a reproduzir os mesmos problemas urbanos das cidades maiores. Destacariamos: ausência ou insuficiência de infra-estrutura social (creches, escolas, postos de saúde) nas áreas habitadas pela população de menor renda; surgimento de áreas de ocupação em situação de risco ambiental; favelização nos espaços destinados a usos institucionais e áreas verdes; disseminação de vazios urbanos promovendo a especulação imobiliária; loteamentos periféricos clandestinos desprovidos de infra-estrutura; congestionamento nas áreas centrais por movimentação de carga e descarga, dentre outros. (Elias e Pequeno, 2007, p.31)

Essa realidade demanda a adoção de medidas que integrem políticas habitacionais com políticas territoriais de desenvolvimento urbano e rural, além da retomada do planejamento urbano como estratégia para enfrentar os problemas existentes e buscar soluções mais justas e equilibradas. Nesse sentido, aqui os processos citados ao longo do texto nos mostram que toda a ideologia do agronegócio, uma vez já conhecido o seu caráter excludente, ele não mais somente atua dentro do espaço agrário, mas todo o seu poder e influência nesse jogo se mostra capaz também no espaço urbano, ou seja, a monopolização e mercantilização da agricultura possui sérias consequências nas mais diversas escalas e na busca por uma ideia de equilíbrio perante a realidades tão desiguais.

No caso de Caconde, entendemos o seu processo de consolidação como cidade do agronegócio, e também especificamente do café (Alves, 2022), devido ao fato que mesmo sendo uma cidade de pequeno porte, Caconde tem a grande predominância do setor agropecuário como caracterizado em Domingues e Alves (2025), com apoio de dados do IBGE (2021), referente ao Produto Interno Bruto do município, nos mostra que a o setor agropecuário, chegava a 45,13 um número de grande expressividade. Considerando que enquanto a média nacional para o setor agropecuário era de 6,59% (Melo, 2024), o município apresenta uma porcentagem no setor de quase sete vezes mais que o cenário nacional, o que caracteriza como uma cidade do agronegócio uma vez que o setor primário possui grande dominância econômica, principalmente na cafeicultura uma vez que sua área plantada, passa dos 90% da área destinada à colheita (Domingues e Alves, 2025), e para além o município está incluído na marca dos Cafés da Região Vulcânica do Planalto de Poços de Caldas, como associação, presença de uma cooperativa própria do município (Coopac) e a presença da Cooxupé.

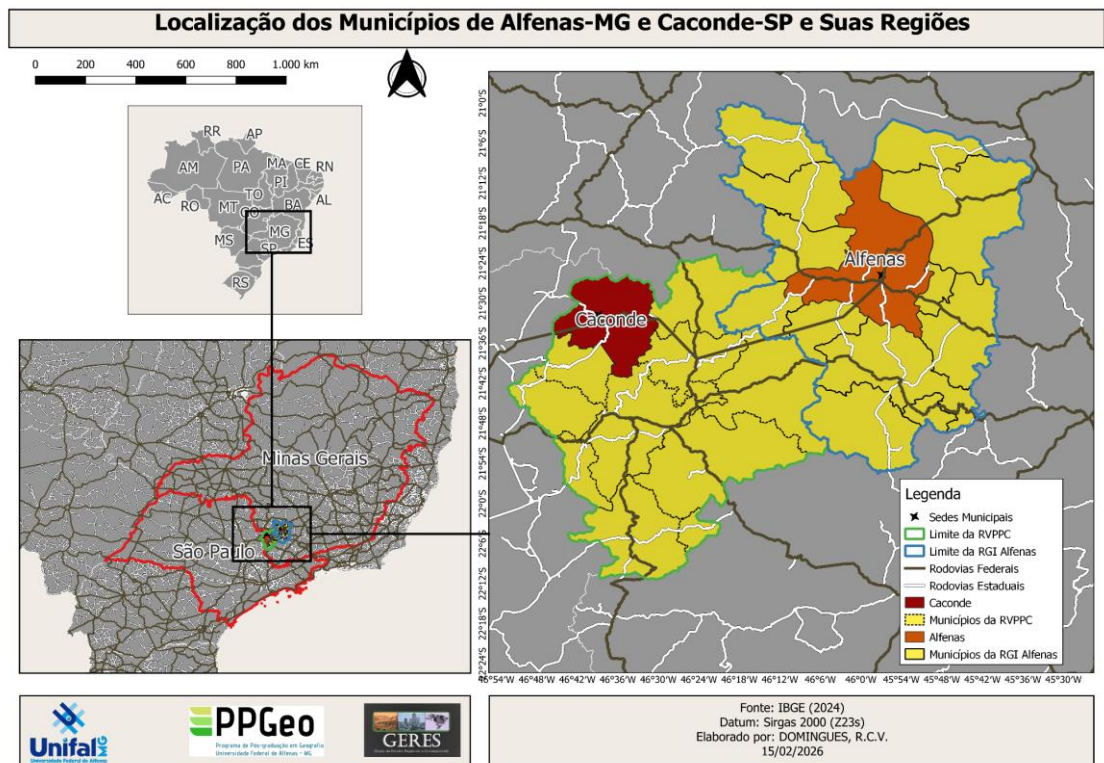
Nesse sentido, também nos apoiamos também em Melo (2024) e Alves (2023), entendendo que Alfenas vai se caracterizar como uma cidade do agronegócio, devido

ao seu setor terciário especializado, por meio do fornecimento de serviços e comércio para o café, Mais do que isso, podemos considerar que Alfenas é também uma cidade do café (Alves, 2022), variação a qual traz a dimensão da especialização territorial produtiva no sentido para a cultura cafeeira, mostrando os efeitos da comoditização e a diminuição da diversidade agrícola.

5. DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS NAS ÁREAS DE ESTUDO

Caconde e Alfenas, apesar de estarem em estados diferentes possuem uma ligeira proximidade (Mapa 10), em distância a linha reta de um município para o outro em 73km. Em Caconde passam as rodovias: SP-253 e SP-344. Em Alfenas passam as rodovias estaduais: MG-179, MG-184, MG-879 e MG-453: estaduais e federais: BR-491, BR-267 e BR-369.

Mapa 10 - Localização dos Municípios de Alfenas e Caconde



Fonte: IBGE (2024)

Elaboração por: Autora (2025).

Como contextualizado anteriormente, Caconde e Alfenas se diferem no sentido de serem municípios de portes diferentes, Caconde é um município de porte pequeno (população até 50.000 habitantes), que sofreu uma queda populacional no último censo. Em análises em relação ao censo de 2010, o município já era classificado como um município de baixa densidade e de tipologia semi-estagnado, com apenas um crescimento estável. (Gomes, Matos e Lobo, 2020), assim entendemos que Caconde seja um centro local, onde a população dispersa se dedica às atividades agrárias (Correa, 2011; Domingues e Alves, 2025)

Com classificação de alta e baixa densidade e de tipologia dinâmica, semi-estagnação e debilitados (Gomes, Matos e Lobo, 2020). Esses moldes em parâmetros atuais, relacionados com o censo de 2022, poderiam considerar que Caconde já seria um município debilitado, devido à queda de população apresentada.

Já Alfenas é um município de porte intermediário (população superior a 50.000 e inferior a 750.000 habitantes) o qual possui uma centralidade relevante para os municípios vizinhos, nesse sentido Alfenas, como centro regional vem a ser um polo de por serviços básicos e especializados tal como de saúde, educação e comércio, tendo influência direta para 14 municípios, dentro dessas funções de serviço e comércio, este para atende o agronegócio local (Alves, 2023).

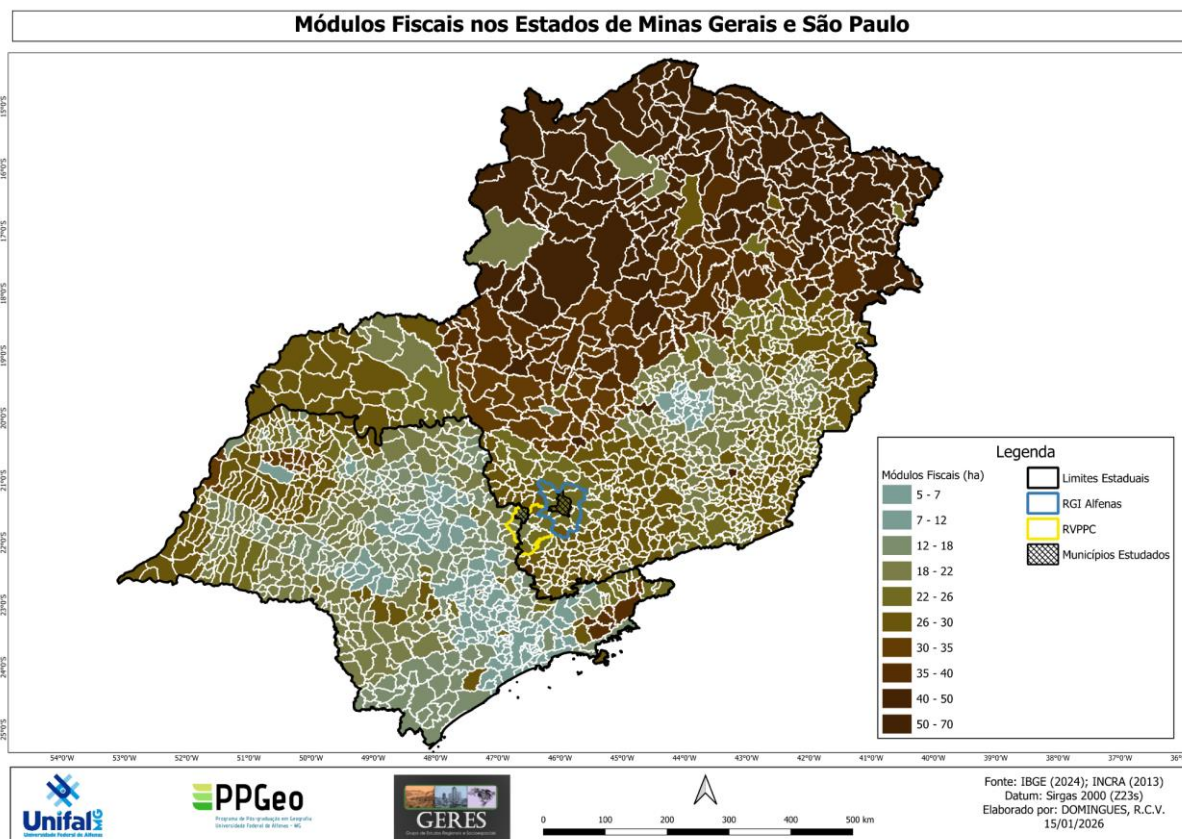
Para além das questões de porte, a intenção é entender o rural por meio de questões envolvendo a agricultura familiar e os cafés especiais, nesse sentido para a agricultura familiar, como critério é feito o uso dos módulos fiscais estabelecidos pelo INCRA:

Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares

O módulo fiscal em Alfenas é de 26 hectares, ou seja, propriedades de agricultura familiar podem ter até 104 hectares, enquanto em Caconde, o módulo é de 22 hectares, neste caso as propriedades podem ter até 88 hectares, para se encaixarem na agricultura familiar.

Como podemos ver (Mapa 11), os módulos fiscais nos estados de Minas e São Paulo podem variar bastante a depender de suas regiões, considerando os recortes regionais do trabalho, a RGI Alfenas e seus municípios também vão possuir módulos fiscais em torno dos 26 hectares, com exceção de Carvalhópolis e Poço Fundo, que possui módulos fiscais de 30 hectares. Já na Região Vulcânica, os módulos já variam um pouco mais, com Poços de Caldas sendo de 20 hectares, Caconde, Águas da Prata, Divinolândia e São Sebastião da Grama 22 hectares, Andradas, Botelhos, Bandeira do Sul, Caldas, Campestre 26 hectares e somente Cabo Verde com 28 hectares.

Mapa 11 - Variação dos Módulos Fiscais nos Estados de Minas Gerais e São Paulo (INCRA)



Fonte: INCRA (2013)
Elaboração por: Autora (2025).

Nesse sentido, esse critério norteou o entendimento sobre a questão local dentro de cada um dos municípios em relação à questão da sua agricultura familiar e os resultados que nesse capítulo serão apresentados e discutidos buscando entender em uma dimensão mais prática a inserção nos mercados de cafés especiais.

5.1 DISCUSSÕES EM ALFENAS-MG

O município de Alfenas, como já discutido anteriormente, é uma região mais ligada com o agronegócio e propriedade maiores, o que pode ser visto pela relação entre estabelecimentos e áreas. Trabalhos como o de Costa (2016; 2023), apresentam características da agricultura familiar.

Lembrando principalmente que a mesma sofreu fortes impactos, como também já citados anteriormente em relação a chegada do lago de Furnas, transformação que marcou a estrutura rural do município e a perda considerável de terras férteis, antes utilizadas para arroz e assim muitas famílias que viviam nos bairros rurais não conseguiram sobreviver sem a atividade agrícola e venderam suas propriedades. No trabalho é relatado fora a cafeicultura, grande parte dos agricultores familiares criam aves, suínos e bovinos, em menor escala há também a apicultura, hortas de frutas e hortaliças, plantação de eucalipto, produção de queijo, comércio do bairro. As atividades agrícolas em geral são para consumo próprio, somente em maiores necessidades que essa produção passa ser para venda (Costa, 2016). Aqui entramos na questão do autoconsumo, discutido no primeiro capítulo é trazido por Grisa, Gazolla e Schneider (2010), sobre a produção chamada de pro gasto, que é algo relacionado a substância, e colaboram com a produção de alimentos de trazem identidade do agricultor ao produzir parte de seu alimento e não apenas commodities.

Em relação às atividades não-agrícolas, há atividades como de professora e outras funcionárias da escola, motorista escolar e motoristas de maquinários agrícolas, agente de saúde. (Costa, 2016). De maneira geral, esse processo entra na questão da pluriatividade:

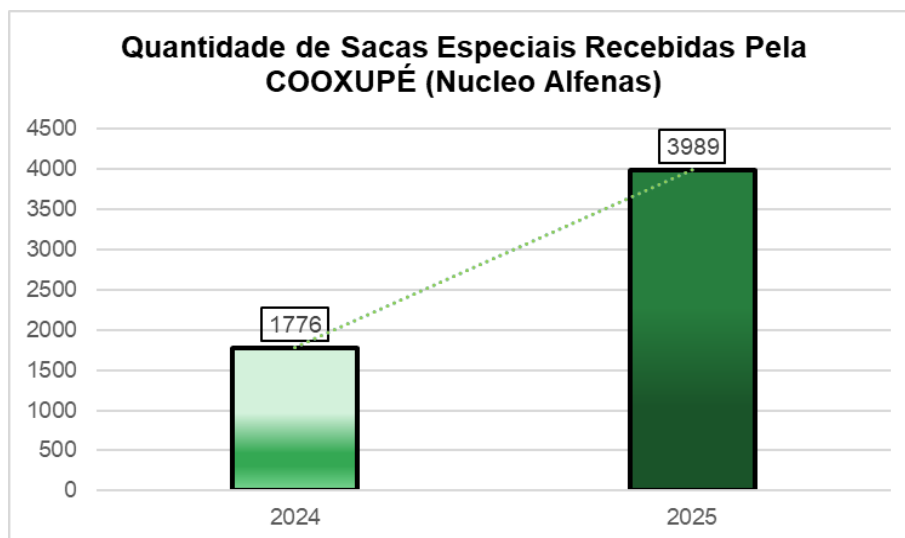
É importante que as famílias não deixem de exercer suas atividades principais e primordiais no campo, visto que essas são inerentes ao homem que mora na zona rural. As práticas pluriativas podem ser encontradas tanto na agricultura familiar, quanto em outras famílias rurais, espalhadas em diferentes regiões do Brasil. Para isso, a partir desse entendimento, a pluriatividade no espaço agrário se constitui no exercício de suas atividades rurais e nota-se que desenvolve um papel fundamental na agricultura familiar e em suas transformações contemporâneas (Silva e Peixinho, 2023, p.225)

Assim a autora conclui que a estratégia da pluriatividade tem funcionado no bairro, principalmente considerando os processos históricos da área, ainda que paulatinamente.

Agora se tratando da área ocupada pelos agricultores, há o predomínio de propriedades com menos de 30 hectares de terra, se encaixando na definição de agricultores familiares. Como a economia do Mandassaia está fortemente ligada à cafeicultura, os produtores são cooperados da COOXUPÉ (Cooperativa Regional de Cafeicultores de Guaxupé Ltda); e assim esses agricultores cooperados recebem assistência técnica e financeira da cooperativa. (Costa, 2016, p.51)

Nesse sentido, considerando a importância que o núcleo de Alfenas e a COOXUPÉ possuem na região, a cooperativa foi uma fonte importante para se buscar os dados aqui trabalhados. Esses dados foram disponibilizados pelos mesmos, referentes às últimas duas últimas safras (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Quantidade de Sacas Especiais Recebidas pela COOXUPÉ do Núcleo de Alfenas nos anos de 2024 e 2025.



Fonte: COOXUPÉ (2026)

Elaboração por: Autora (2026)

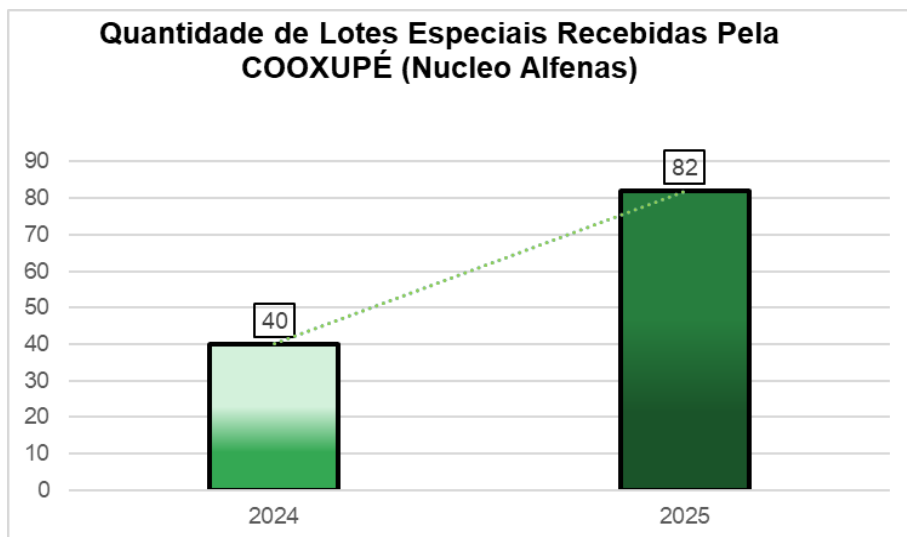
As sacas normalmente são referentes a quantidade padrão de cerca de 60 quilos de grãos de café, o que significa que a produção e o comércio. Ela permite que os produtores, compradores e vendedores de café possam medir e quantificar a quantidade de café que está sendo produzida e comercializada, além de garantir a qualidade do café que está sendo produzido e comercializado.

A movimentação realizada no núcleo de Alfenas, também está ligada com demais municípios da região como Areado, Alterosa, Divisa Nova, Fama, Machado, Poço Fundo e Serrania. Também estão vinculados municípios também relativamente próximos como: Elói Mendes, Luminárias, Monsenhor Paulo, São Gonçalo do Sapucaí, Turvolândia e Varginha. O recebimento do café pela cooperativa em relação de um ano para o outro apresentou um salto de aumento, mostrando uma alta tendência, o que simboliza 225% de uma safra para outra.

Já os Lotes, (Gráfico 16). dizem a respeito da identidade e rastreabilidade, conjunto de cafés produzidos sob as mesmas condições, colhidos na mesma época,

processados da mesma forma e vindos da mesma área ou talhão da propriedade em questão.

Gráfico 16 - Quantidade de Lotes Especiais Recebidas pela COOXUPÉ do Núcleo de Alfenas nos anos de 2024 e 2025

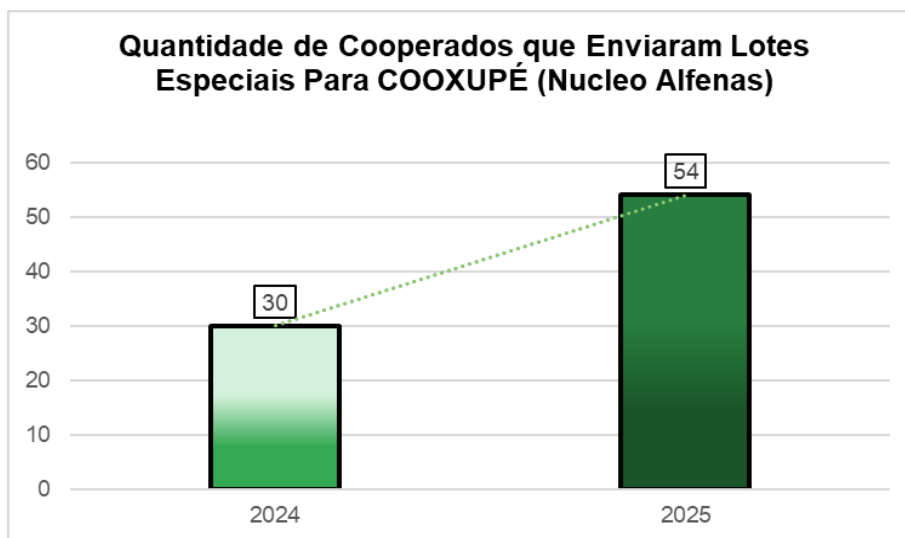


Fonte: COOXUPÉ (2026)

Elaboração por: Autora (2026)

Seguindo a tendência geral das sacas, os lotes também dobraram de uma safra para a outra representando também um grande aumento, indo de 40 para 80, o que significa que dobrou o recebimento na cooperativa e também em relação aos cooperados (Gráfico 17).

Gráfico 17 - Quantidade de Cooperados que Enviaram Lotes Especiais para COOXUPÉ do Núcleo de Alfenas nos anos de 2024 e 2025

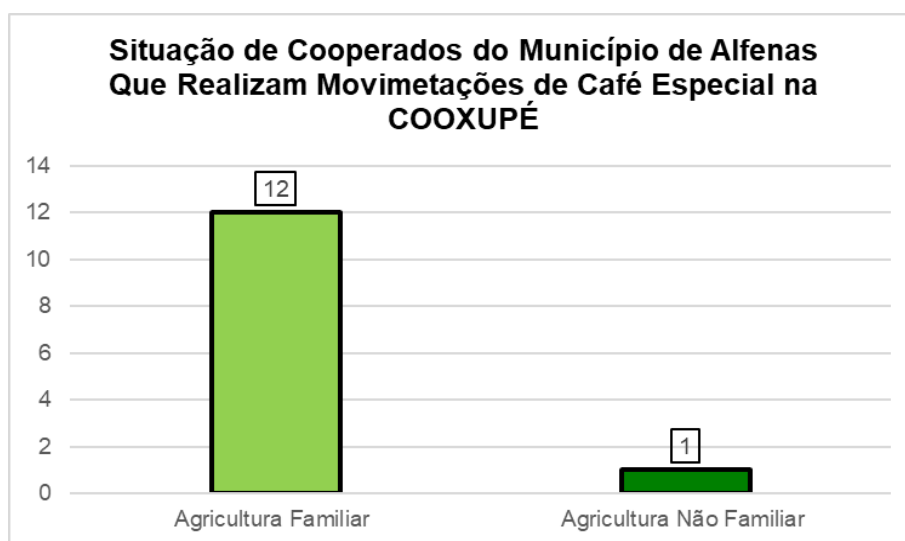


Fonte: COOXUPÉ (2026)

Elaboração por: Autora (2026)

Em relação à quantidade de cooperados envolvidos nesses lotes de cafés especiais, houve um aumento também expressivo, mantendo a tendência positiva. Porém, como citado anteriormente, o núcleo de Alfenas recebe e possui cooperados de outros municípios, sendo assim necessário fazer o recorte para se entender quais são os que se movimentam no município de Alfenas (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Situação de cooperados que enviaram lotes especiais para COOXUPÉ do Núcleo de Alfenas nos anos de 2024 e 2025



Fonte: COOXUPÉ (2026)

Elaboração por: Autora (2026)

Aqui percebemos que os cooperados envolvidos com cafés especiais são em grande parte da agricultura familiar, se encaixando nos quatros módulos fiscais totalizando 12 propriedades, e somente uma grande propriedade. Nesse sentido essas produções permitem que esses se encaixem nessa categoria e possam buscam um nicho mais específico de mercado e valorizando o seu produto.

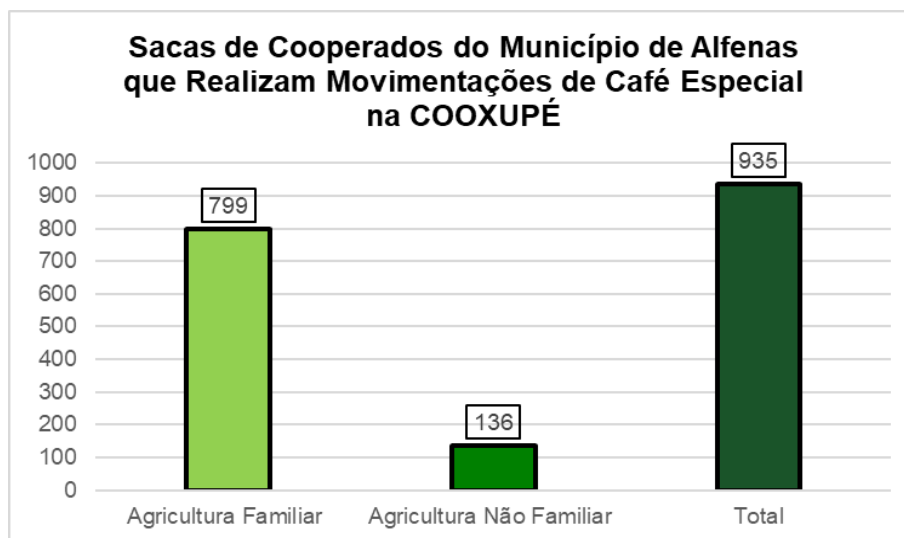
Tabela 5 – Sacas e área dos cooperados envolvidos com cafés especiais na COOXUPÉ em Alfenas-MG

Cooperados	Sacas	Área (ha)
Propriedade 1	36	25
Propriedade 2	7	3,5
Propriedade 3	26	9
Propriedade 4	136	412
Propriedade 5	55	1
Propriedade 6	187	25
Propriedade 7	43	7,5
Propriedade 8	36	42
Propriedade 9	156	60
Propriedade 10	93	19,5
Propriedade 11	5	6
Propriedade 12	63	8
Propriedade 13	92	10

Fonte: COOXUPÉ (2026).
Organização: Autora (2026)

Assim por consequência a quantidade de sacas serão dessa agricultores, variam entre em números 7 a 187 sacas, o que significa que dependendo essas sacas podem ter o dobro do valor do café commodity tradicional, assim quanto mais sacas especiais, maior o lucro. Agora em comparação a cooperados de agricultura familiar e não familiar (Gráfico 19):

Gráfico 19 - Sacas de cooperados que enviaram lotes especiais para COOXUPÉ do Núcleo de Alfenas nos anos de 2024 e 2025



Fonte: COOXUPÉ (2026)

Elaboração por: Autora (2026)

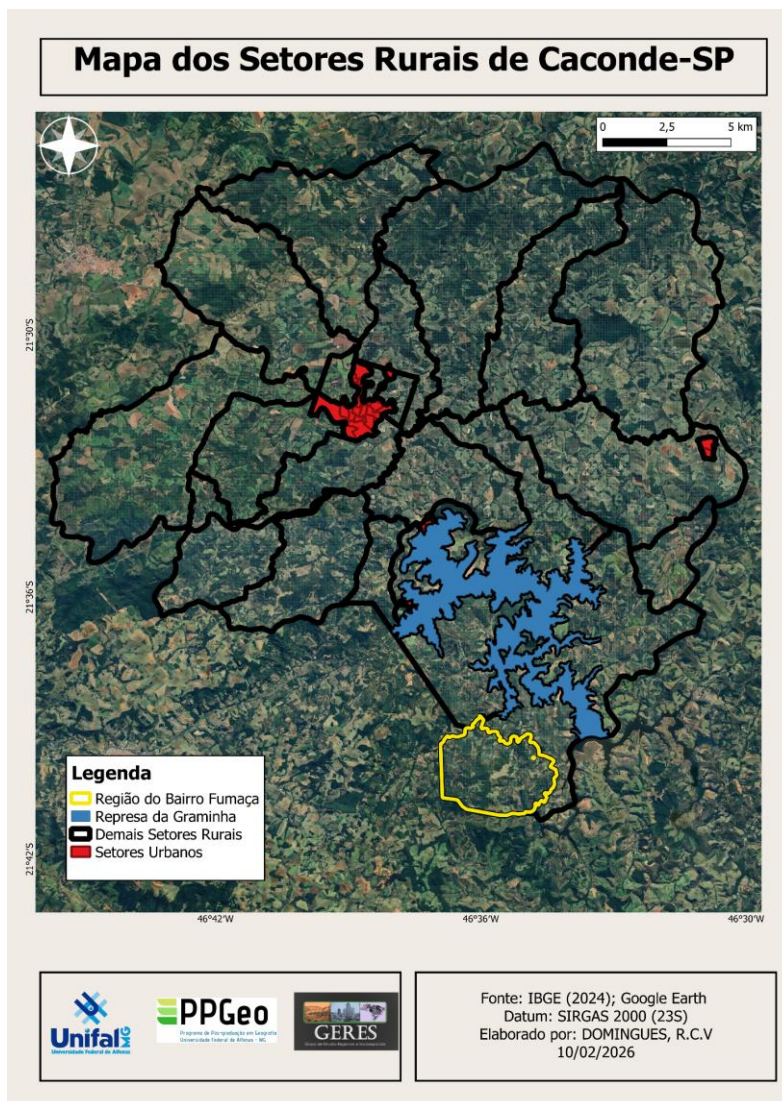
Do total de sacas das propriedades de Alfenas, que totalizam 935, 799 são das propriedades de agricultura familiar, o que diz a respeito de aproximadamente 85% desse quantitativo. O que reforça a posição da agricultura familiar, que cada vez busca novas estratégias para aumentar os seus rendimentos.

5.2 DISCUSSÕES EM CACONDE-SP

Como já ressaltado anteriormente, Caconde é um município que possui destaque para a agricultura nas pequenas propriedades. Não há trabalhos detalhados em relação à dinâmica da cafeicultura nesse sentido no município, o que foi necessário buscar entender e caracterizar uma das unidades de produção familiar perante a produção de café e sua organização perante ao desenvolvimento rural e as novas formas de mercado, como a introdução dos cafés especiais.

Sendo assim foram realizados 6 questionários com agricultores familiares do bairro Fumaça (Mapa 12), bairro localizado ao sul do município e próximo das divisas com os municípios de Divinolândia e Poços de Caldas. A intenção juntamente com isso é entender a diferença de um município o qual está englobado na Região Vulcânica de Cafés do Planalto de Poços de Caldas, e se isso é um diferencial.

Mapa 12 - Setores rurais e localização do Bairro Fumaça, Caconde-SP



Fonte: IBGE (2024)

Elaboração por: Autora (2025).

Todos os entrevistados eram do gênero masculino, o que evidencia a questão da masculinidade do campo ser algo bastante presente. Esse fenômeno é observado de forma geral quando a maior parte da população rural que permaneceu e ainda permanece na atividade agrícola é representada pelo sexo masculino⁵. Por diversas questões à propriedade rural familiar, os homens foram os principais responsáveis por manter a atividade agrícola na propriedade familiar, nesse sentido entendemos também que:

⁵ <https://elevagro.com/o-exodo-rural-a-agricultura-familiar-e-a-masculinizacao-e-envelhecimento-do-campo/>

Nas áreas rurais, as relações patriarcais possuem influência significativa na dinâmica das famílias, de modo que, muitas vezes, os homens são vistos como representantes dos interesses da família e detêm o poder de tomar decisões. (Bringel et al, 2024, p.5)

Assim percebemos que os homens também concentram o conhecimento em relação a informações básicas sobre a propriedade. Em relação ao tamanho das propriedades, estas variam entre 2,42 e 14,52 hectares, metade dos entrevistados deram o número total da propriedade em hectares e a outra metade em alqueires, o que foi necessário a conversão considerando o valor do alqueire paulista em 2,42ha. Abaixo (Tabela 6). as áreas e as sacas produzidas:

Tabela 6 – Sacas e área dos entrevistados em trabalho de campo em Caconde-SP

Entrevistados	Sacas	Área (ha)
Entrevistado 1	40*	2,42
Entrevistado 2	50	6
Entrevistado 3	70	14,52
Entrevistado 4	1000	7,26
Entrevistado 5	600	9,68
Entrevistado 6	200*	14,52

Fonte: Trabalho de Campo (2026).

Elaboração por: Autora (2026)

Sobre as sacas de café produzidas, as que estão em asterisco (*), são referentes aos valores em coco informados pelos entrevistados, o restante são sacas do café já limpo, ou seja, que passaram pelo processo de beneficiamento. Assim podemos ver que essas quantidades variam entre as propriedades do bairro, indo de 40 até 1000 sacas, isso sendo também valores médios informados em relação às últimas duas safras. Abaixo (Fotografia 1) em uma das propriedades visitadas vemos tratores para auxiliar o desenvolvimento das atividades de produção.

Fotografia 1 – Tratores utilizados na colheita do café, ao fundo a lavoura

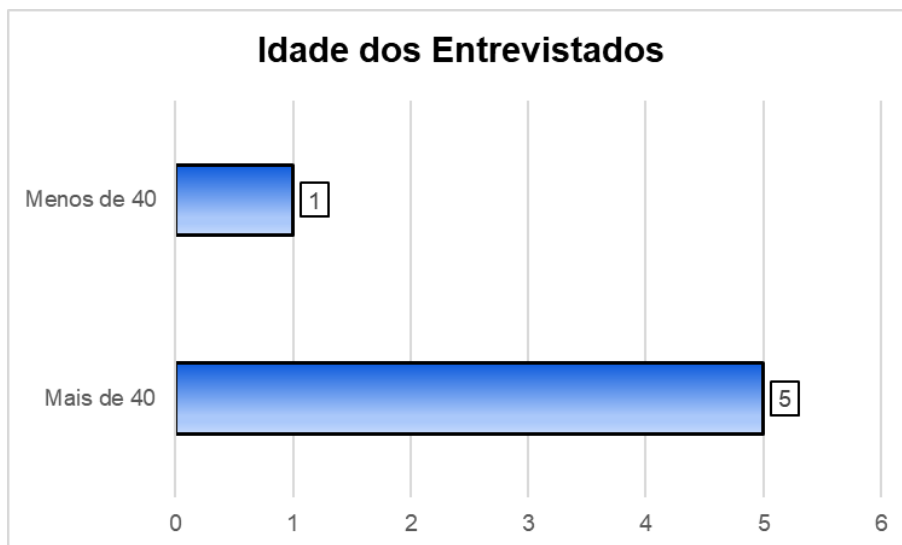


Fonte: Acervo Pessoal (2026)

No segundo momento em relação a idade dos entrevistados, apenas um dos entrevistados possuía trinta anos, um quarenta e dois e os demais idades superiores a 50 anos, o que é possível também observar a questão do envelhecimento do campo em relação aos chefes de família dessas unidades.

De acordo com a Embrapa (2018), em 2006, quando foi realizado o último censo agropecuário, as pessoas com mais 65 anos representavam 17,52% da população rural. Já em 2018, esse grupo passou a ser por volta de 21,4%. A faixa etária entre 55 e 65 anos também aumentou quatro pontos percentuais, passando de 20% para 24% do total. Esses dados nos mostram que cada vez mais os que permanecem no campo é uma população mais velha (Gráfico 20).

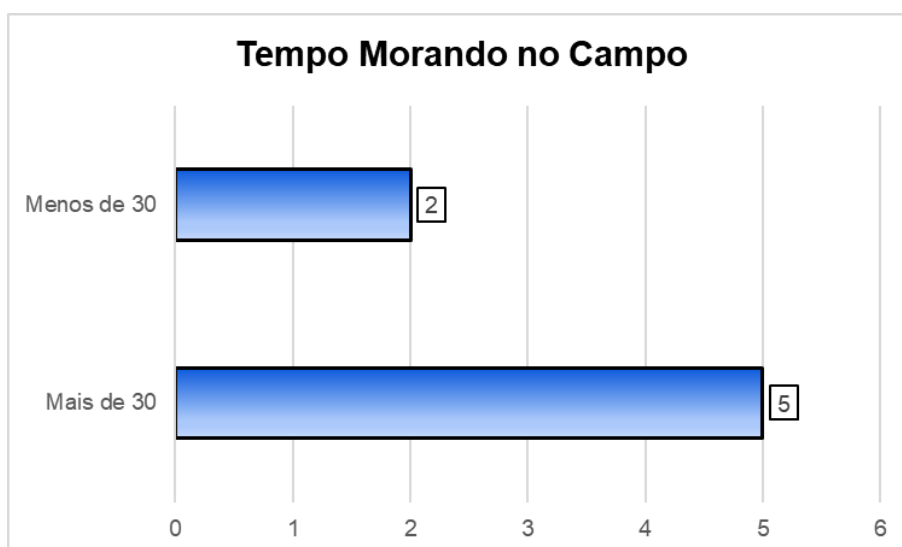
Gráfico 20 - Idade dos entrevistados no Bairro Fumaça, Caconde-SP



Fonte: Trabalho de Campo (2026)

Considerando as idades avançadas, grande parte dos entrevistados já moravam no campo há mais de 30 anos, esses também consideram seu tempo de campo, quase o mesmo tempo que a sua própria idade. Somente dos dois entrevistados relatam não terem vivido durante toda a vida no campo, relatando que oscilavam entre campo e cidade (Gráfico 21).

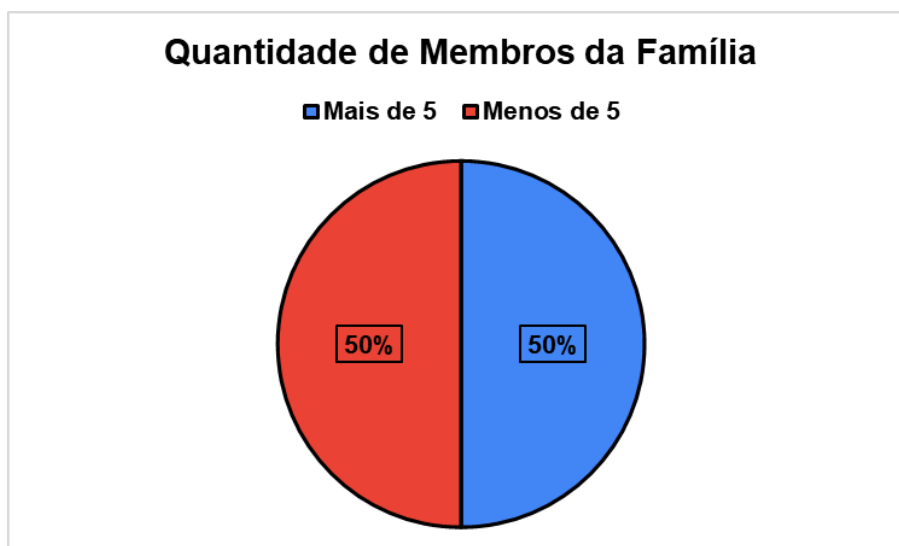
Gráfico 21 - Tempo morando no campo dos entrevistados no Bairro Fumaça, Caconde-SP



Fonte: Trabalho de Campo (2026)

Em relação à quantidade de membros da família, estavam distribuídas de forma semelhante, 3 unidades familiares com menos de 5 membros e 3 unidades familiares com mais de 5, sendo a maior com 7 membros, e a menor com apenas 2 membros, marido e esposa. Desses membros 16 são homens e 11 são mulheres (Gráfico 22). Novamente vemos que a mulheres são minorias até mesmo não unidades familiares, assim vemos que falta de representação feminina nos processos de decisão nas unidades familiares, perpetua estereótipos de gênero, reforçando o fato de que as mulheres não possuem um papel significativo nas questões do mundo rural (Bringel et al, 2024).

Gráfico 22 - Quantidade de membros morando na propriedade dos entrevistados no Bairro Fumaça, Caconde-SP



Fonte: Trabalho de Campo (2026)

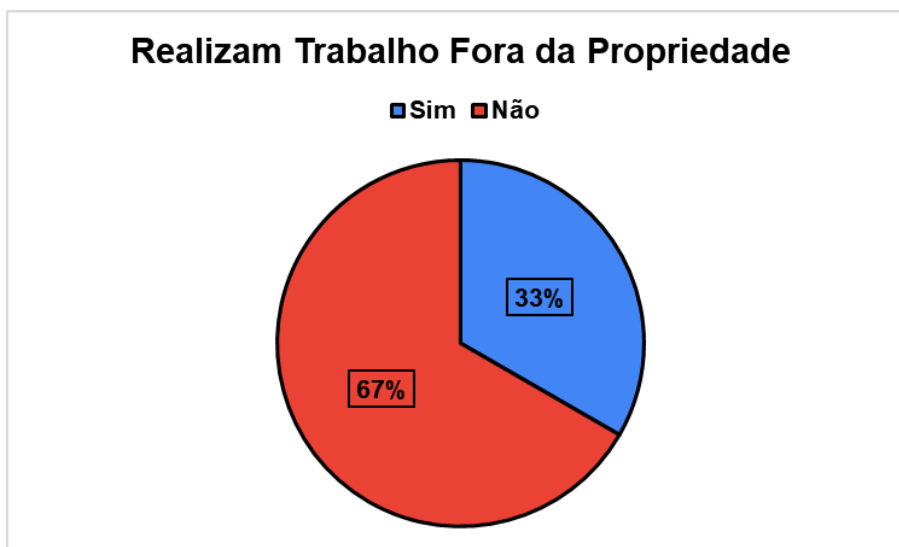
Dos entrevistados, dois deles relataram que realizam trabalhos fora da propriedade rural, um deles trabalhando com Lavagem de Carros e outro com serviço de Poços Artesianos. Assim podemos observar que a pluriatividade, discutida no primeiro capítulo é algo presente em unidades familiares da região:

A pluriatividade é considerada uma alternativa complementar à renda de unidades familiares do campo, pode ser reaproveitada a partir do uso de elementos naturais e culturais disponíveis. Por se tratar de um processo de transformações ocorridas no espaço rural, pode-se considerá-lo multifuncional, justamente pela gama de atividades agrícolas e não agrícolas que são desenvolvidas nesses espaços (Silva e Peixinho, 2023, p.215)

Ou seja, é uma forma de diversificar suas rendas, não dependendo exclusivamente do café ao mesmo tempo, que essa própria outra fonte de renda

permite que esse dinheiro também seja investido na própria lavoura. Em relação ao trabalho em demais propriedades da região durante a colheita do café, metade afirmaram que sim, enquanto a outra metade não realiza os demais serviços (Gráfico 23).

Gráfico 23 - Trabalho na colheita do café fora da propriedade dos entrevistados no Bairro Fumaça, Caconde-SP

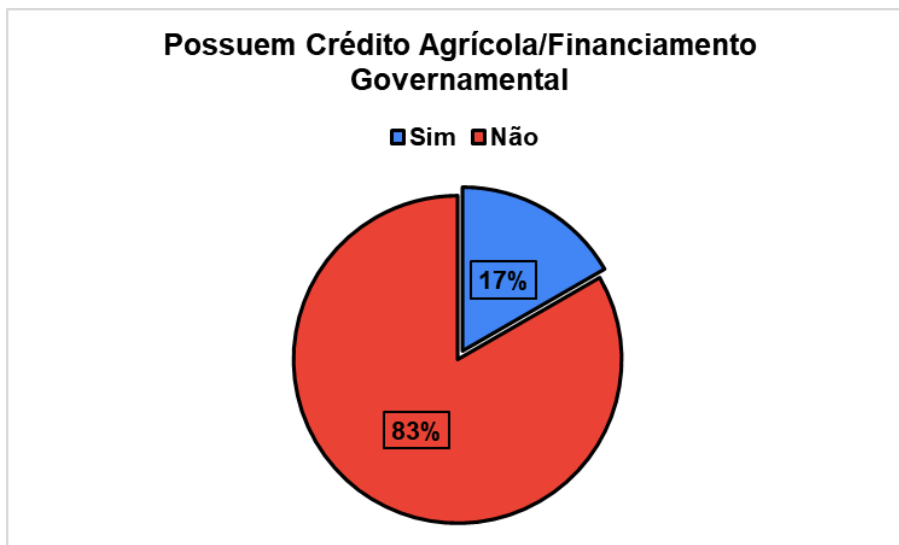


Fonte: Trabalho de Campo (2026)

De todos os entrevistados somente um apresentava que possuía Financiamento Governamental, realizado em parceria com o Governo do Estado de São Paulo. Os demais não possuíam nenhum crédito agrícola e envolvimento com financiamentos como o Pronaf (Gráfico 24).

O que demonstra uma dificuldade comum, pois esse agricultor precisa do crédito rural para o desenvolvimento das atividades rurais e, muitas vezes com as dificuldades encontradas na concessão do crédito rural, o desenvolvimento acaba não acontecendo, o que impede o acontecimento de uma possível evolução no cenário agrícola familiar (Dias, Lucena e Sousa Neto, 2024)

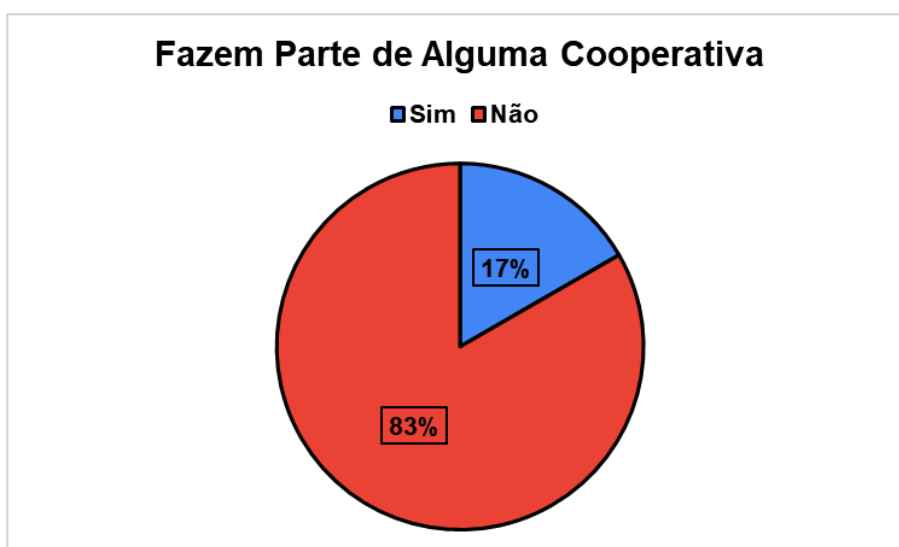
Gráfico 24 - Participação em crédito agrícola ou financiamento dos entrevistados no Bairro Fumaça, Caconde-SP



Fonte: Trabalho de Campo (2026)

Em relação ao envolvimento com o recebimento de assistência técnica, metade afirma receber alguma visita de algum Engenheiro Agrônomo na propriedade, enquanto a outra metade não. Em relação a questão de cooperativismo, somente um dos entrevistados afirmou que faz parte de uma cooperativa: a Coopercitrus, os demais não estão envolvidos com nenhuma outra cooperativa.

Gráfico 25 - Quantidade de cooperados entrevistados no Bairro Fumaça, Caconde-SP

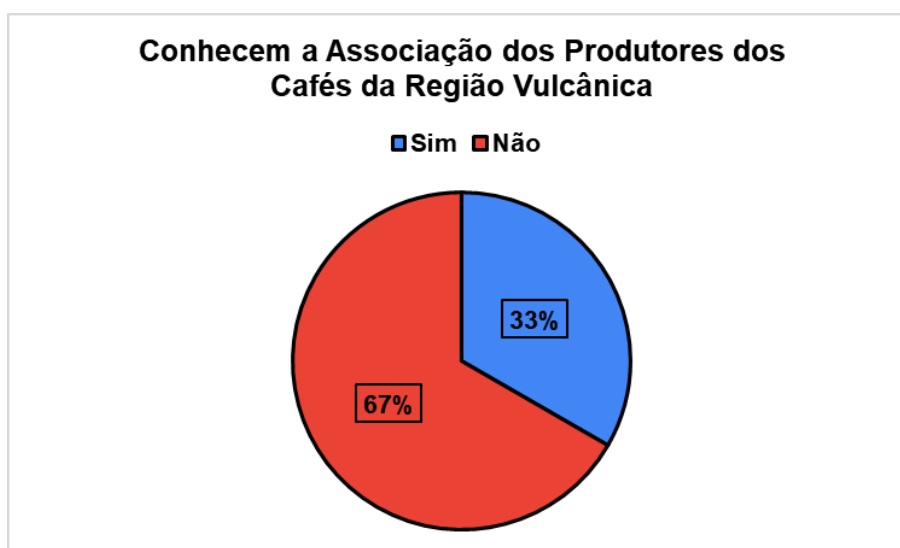


Fonte: Trabalho de Campo (2026)

Quando perguntados sobre o conhecimento da Associação dos Produtores de Cafés da Região Vulcânica do Planalto de Poços de Caldas, dois entrevistados relataram conhecer e um dos entrevistados relatou que é associado, devido a fazer parte da ACRISA - Associação dos Cafeicultores do Bairro do Ribeirão do Santo Antônio, que faz parte do quadro de associados. Importante lembrar que o bairro rural do Ribeirão do Santo Antônio desde 2012, não é mais parte do município de Caconde, devido a correção de divisas⁶ realizado, fazendo com que o bairro passasse a pertencer ao município de Divinolândia, porém a proximidade dos bairros faz com que exista essa relação e pelo bairro em si não possuir uma associação própria.

Os demais entrevistados relataram não conhecer a associação que ainda é bastante recente (Gráfico 26), o que mostra que a introdução por parte da associação que tem mostrado bastante influência regional, ela não possui formas de chegar a todos de forma linear.

Gráfico 26 - Conhecimento dos entrevistados em relação a Associação dos Produtores dos Cafés da Região Vulcânica no Bairro Fumaça, Caconde-SP



Fonte: Trabalho de Campo (2026)

Visualizamos nesse sentido um processo complexo e até mesmo contraditório, já que como falado anteriormente a busca pelo desenvolvimento regional, envolve diversas questões e tange o que envolve muitas vezes informações e também

⁶ <https://globoplay.globo.com/v/3499678/>

produzir cafés especiais de maneira efetiva e estar envolvido com uma marca exige desses agricultores disposição e conhecimentos para além do tradicional.

Abaixo (Fotografia 3 e 4), podemos ver algumas fotos em relação a uma das propriedades visitadas, mostrando o barracão de armazenamento desse café colhido e também os terreiros cimentados, que também é comum nas demais propriedades, pois tem o objetivo de auxiliar na secagem, processo tradicional.

Fotografia 2 – Barracão utilizados no armazenamento do café de um dos proprietários



Fonte: Acervo Pessoal (2026)

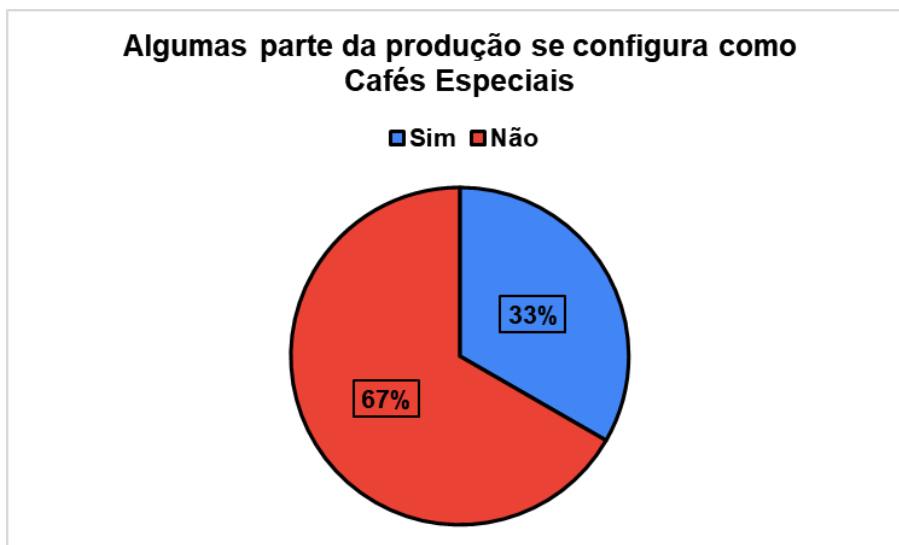
Fotografia 3 – Terreiro cimentados utilizados na secagem do café



Fonte: Acervo Pessoal (2026)

Quando perguntados se parte da produção configura como cafés especiais, dois entrevistados responderam que sim, um deles respondeu aproximadamente 10% seja de bebida mole, o que se encaixa na modalidade especial, enquanto o segundo que também faz parte da Região Vulcânica, afirma que aproximadamente 80% da produção se caracterize como cafés especiais, que as produções na propriedade não dão bebidas tal como com o Riado e Rio, que são nos padrões de café bebidas de qualidade bastante inferior (Gráfico 27).

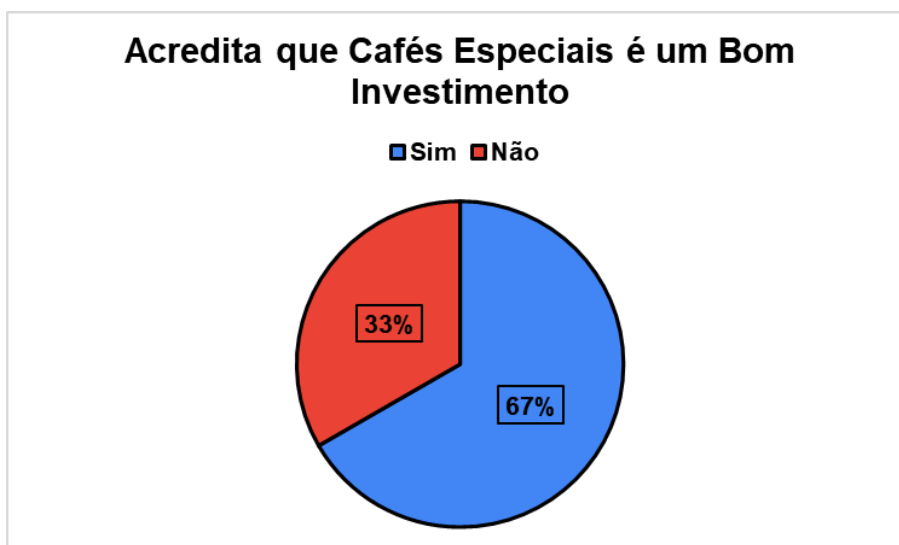
Gráfico 27 - Produção de Cafés Especiais no Bairro Fumaça, Caconde-SP



Fonte: Trabalho de Campo (2026)

Quando perguntados sobre o fato de ver Cafés Especiais como um bom investimento, a maioria acredita que sim, mesmo que não se enquadrem. Porém alguns responderam não, por afirmar não tinham conhecimento suficiente para poder opinar sobre (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Opinião dos entrevistados sobre cafés especiais dos entrevistados no Bairro Fumaça, Caconde-SP



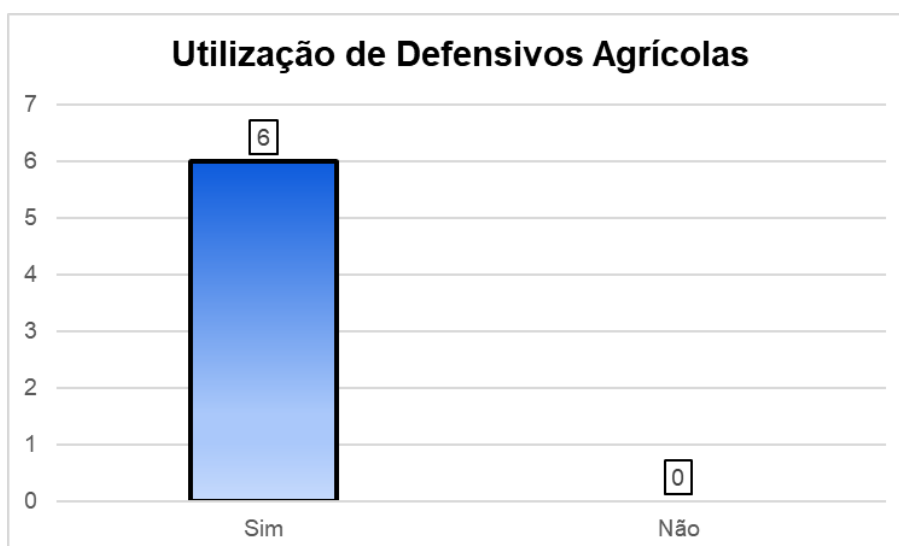
Fonte: Trabalho de Campo (2026)

Em relação à questão dos defensivos agrícolas, ou agrotóxicos, todos os entrevistados afirmaram fazer uso. É importante observar que em relação a essa realidade:

A entrada do Brasil no mercado globalizado tem forte influência nas ações desenvolvidas pelo Estado Brasileiro que viabilizaram o caminho do desenvolvimento da agricultura capitalista a fim de inserir o país no mercado mundial de comercialização de produtos agrícolas. Tais aspectos culminaram na liderança no ranking de consumo de agrotóxicos no mundo, sendo essa realidade o reflexo das condições históricas que incentivaram a utilização de agrotóxicos nas práticas agrícolas ligadas ao agronegócio e até mesmo a agricultura familiar. (Melo e Alves, 2021, p.244)

Ou seja, a produção de café como uma manifestação da mundialização da agricultura no Brasil, também foi responsável por trazer e incentivar o uso desses produtos nas lavouras em busca de uma produção em larga escala, o que atinge todos os níveis de produção agrícola (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Utilização de Defensivos Agrícolas (Agrotóxicos) dos entrevistados no Bairro Fumaça, Caconde-SP



Fonte: Trabalho de Campo (2026)

Porém quando perguntado, se tinham conhecimento sobre as normas de aplicação e descarte desses agrotóxicos, parte dos entrevistados afirmou que não. Em relação a questão com incidentes, nenhum dos entrevistados sofreu qualquer incidente com o uso desses agrotóxicos na lavoura de café.

E quando perguntados sobre já ter pensado em deixar de usar agrotóxicos na lavoura de café, apenas um dos entrevistados afirmaram já ter pensado sobre o que reflete em questões referentes à preocupação do uso e as suas consequências tanto para a saúde humana quanto para o meio ambiente. Dados obtidos entre 2010 e 2019, nos mostra que de acordo com o Ministério da Saúde foi registrado a intoxicação de 56.870 pessoas por agrotóxicos no Brasil:

Como se sabe, nesses casos, estima-se uma subnotificação da ordem de 1 para 50: para cada ocorrência de intoxicação registrada pelas autoridades, há, possivelmente, 50 casos não notificados. Nesse período, portanto, podemos ter tido 2,843 milhões de pessoas intoxicadas por agrotóxicos no Brasil. Contudo, os dados oficiais, mesmo se considerarmos a subnotificação, já são suficientemente alarmantes: em média, 5.687 pessoas por ano — 473 pessoas por mês, ou 15 pessoas por dia — sofreram com os efeitos dos agrotóxicos no território nacional. (Bombardi, 2023, p.42)

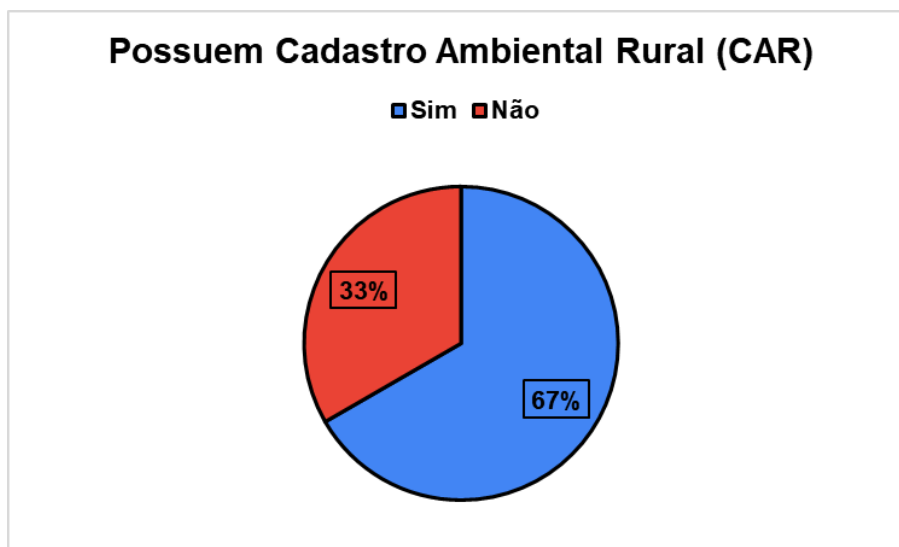
Ou seja, a questão dos agrotóxicos no Brasil é bastante alarmante, pois nem todos os casos são notificados, o que se mostra necessário que agricultores que ainda façam o uso dos seus diversos tipos, tenham o conhecimento mais apurado sobre uso, aplicação e descarte de agrotóxicos.

Esse processo é chamado Bombardi (2023), pelo termo de violência química. No qual esse é tem sido possibilitada pela Revolução Verde, termo que se popularizou a partir dos anos de 1970. A expressão foi adotada durante a Guerra Fria para indicar a possibilidade de revolucionar as condições de vida da humanidade, superando o problema da fome por meio do uso intensivo de produtos químicos e de tecnologia na agricultura. Porém trouxe questões alarmantes como as citadas, e para além a autora também cita que esse processo perpetua o desenvolvimento do capitalismo, devido ao aumento desmesurado no uso de agrotóxicos.

Assim contribuindo com conflitos que permite a conjunção de interesses dos grandes proprietários rurais e das grandes indústrias transnacionais de agroquímicos e sementes. Esses, além de socioambientais, também podem ser analisados em uma perspectiva geográfica, pois somente é entendido e compreendido sua essência na medida em que consideramos tanto a sua dimensão espacial quanto a social, o que destacamos aqui é como o desconhecimento geral dos agricultores que fazem seu uso é uma forma de manutenção e garantia da perpetuação desses interesses.

Sobre a propriedade possuir o Cadastro Ambiental Rural, a maioria respondeu que sim (Gráfico 30). A importância do CAR vem a ser pelo fato que o mesmo tem a finalidade integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais e garantir um monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

Gráfico 30 - Às propriedades dos entrevistados que possuem Cadastro Ambiental Rural no Bairro Fumaça, Caconde-SP

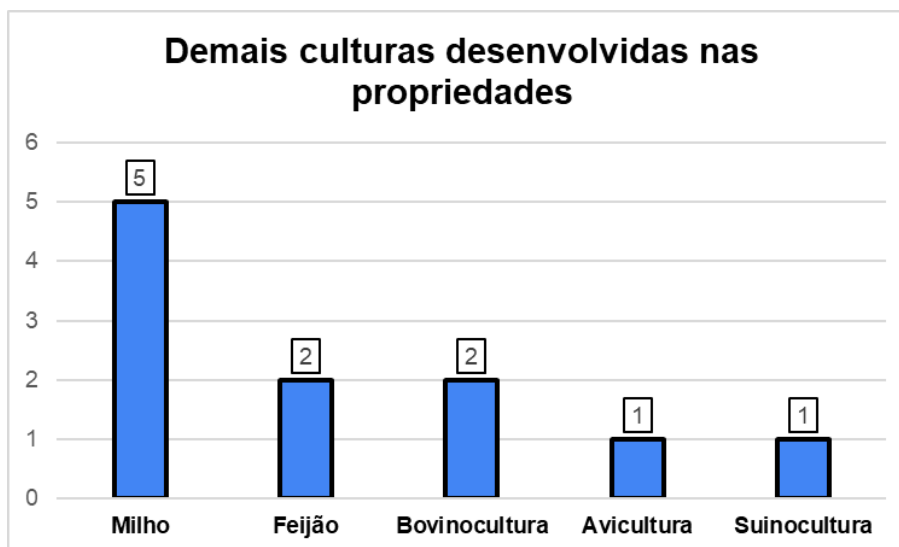


Fonte: Trabalho de Campo (2026)

Diferentemente de outros cadastros o CAR é composto também de informações georreferenciadas, para além o mesmo é exigido para qualquer movimentação econômica que envolva a propriedade rural, inclusive para obtenção de crédito, fato que afeta a parcela que ainda não regularizou os imóveis e que mais precisa de financiamento, o agricultor familiar. (Volpato et al, 2016). Ou seja, o que dialoga com o fato de que muitos produtores da região e suas questões com o crédito agrícola, pois o CAR veio como uma necessidade para que esses créditos possam vir.

Por último, também foi perguntado para os entrevistados em relação, a produção e desenvolvimento de outras culturas dentro da propriedade, assim obtido as seguintes respostas, (Gráfico 31), assim vemos que apesar da dominância do café, principalmente na comercialização, vemos que ainda há a existência de plantação de alimentos.

Gráfico 31 – Demais culturas produzidas nas propriedades dos entrevistados no Bairro Fumaça, Caconde-SP



Fonte: Trabalho de Campo (2026)

Assim vemos que o milho e o feijão são as culturas mais comuns produzidas por esses agricultores, nesse processo dois entrevistados relataram que fazem a venda dessas culturas, os demais somente plantam ou criam animais em geral pensando na questão do consumo próprio. Somente dois dos entrevistados comercializam parte dessas culturas, um deles sendo o milho para a produção de silagem, e outro entrevistado comercializa parte da produção de suínos.

Um destaque a ser dado aqui inclusive é sobre a expressão “pro gasto”, trabalhada anteriormente no primeiro capítulo de Grisa, Gazolla e Schneider (2010), quando abordado a pergunta sobre essas culturas na propriedade, essa expressão pode ser ouvida e visualizada no trabalho de campo (Fotografia 4).

Fotografia 4 – Plantação de milho em meio a café e árvores frutíferas em uma das propriedades visitadas



Fonte: Acervo Pessoal (2026)

Aqui também podemos analisar essa questão por meio da questão do autoconsumo, trazida por Grisa (2007), entendendo que apesar de não atender em grande escala a questão da demanda alimentar, esse processo é o traz uma dinâmica ao agricultor familiar a qual é bastante importante, (mesmo que no caso da cafeicultura e sua produção como *commodity* sejam a principal produção das propriedades), pois corroboram com reprodução econômica e social desses agricultores considerando um fato importante nesse processo, o seu desenvolvimento e relação com a terra. Nesse sentido relembramos que o autoconsumo:

Preserva la biodiversidad agrícola al rescatar semillas locales y prácticas tradicionales de producción. Fortalece la identidad cultural y el conocimiento ancestral asociado a la agricultura y la alimentación. Fomenta la cooperación y el intercambio de conocimientos entre las familias y la comunidad. (Rodríguez, 2024, p.57-58)

Nesse sentido, ainda que a inclinação dos produtores esteja em uma lógica bastante focada no mercado globalizado e no agronegócio é possível perceber que a dimensão cultural a qual é proporcionada pelo desenvolvimento de alimentos, os quais em grande parte para os entrevistados vão para o seu consumo próprio, é uma

característica bastante forte da agricultura familiar, para além da questão da commodities e uma inclinação para o agronegócio do café, uma vez que esses agricultores são pressionados pelas exigências do mercado, o que os fazem entrar em padrões de produtividade e competitividade (Souza e Silva, 2023).

Assim vemos o que diferencia esse agricultor de grandes cadeias produtivas e corporativas pelo fio condutor do autoconsumo, que marca um processo contraditório, que apesar de estarem incluídos na lógica do agronegócio, estes preservam características culturais, e muitas vezes técnicas que os diferenciam de uma grande unidade produtiva.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos entender nesse sentido que a chamada mundialização da agricultura trouxe mudanças significativas para a cultura do café, principalmente considerando o período pós-1990. Esse período no Brasil, é marcado por um momento onde os municípios brasileiros já estavam em um patamar em que a urbanização se mostrava avançada e a população rural passava a ser menor. Esse processo é observado em ambos os municípios trabalhados. Podemos observar também que em relação a área ocupada de cada um dos municípios, as pastagens que consistiam em grande parte da área, passaram a ser tomadas por diversas culturas, dentre as culturas permanentes o café vem a ser uma centralidade.

Em Caconde esse processo se expandiu a ponto de se tornar a cultura principal do município em termos de área e produção. Em Alfenas, apesar da perda de espaço nos últimos anos, pós década de 2010, principalmente em relação à expansão da soja, o café ainda é uma cultura de relevância principalmente em relação a sua perenidade.

Em relação à questão da agricultura familiar, a questão da estrutura fundiária possui aspectos diferentes, em Caconde esta possui uma porcentagem acentuada, e a relação concentração fundiária e estabelecimentos são menos acentuados no município. Já em Alfenas, possui porcentagem menores e uma relação concentração fundiária e estabelecimentos bastante acentuados, assim observando um agronegócio mais consolidado em questões de mercado.

A questão da cafeicultura em ambas regiões do recorte estudado, podemos perceber a que agricultores familiares estão associados com a lógica do agronegócio, porém possuem mais dificuldade, pois estes sofrem muito das oscilações de mercado em relação ao capital e não podem esperar os melhores preços, então logo depois da colheita já fazem as suas vendas e também possuem menores áreas. Nesse sentido, existem diversas estratégias para a busca de novos mercados, uma dessas estratégias são os cafés especiais, esses cafés com notas superiores a 80 pontos no padrão BSCA, que normalmente consistem em lotes menores e que possuem preço superior que o tipo convencional. Disso surgem as marcas coletivas, indicações de procedência e origem, elas não são somente para a agricultura, mas em grande parte caminham junto.

Dentro desse processo, quem auxilia esses cafeicultores de forma geral são as cooperativas e associações, sejam a nível municipal, regional e nacional. Na Região Vulcânica do Planalto de Poços, há um grande diferencial que leva a região possuir um terroir o qual permite a região estar relacionada com uma marca coletiva, e essa marca coletiva buscar envolvimento dos seus associados com a produção do café especial.

Nesse sentido, em Caconde, um dos municípios estudados e que fazem parte da região, a amostra observada no bairro Fumaça, somente um dos produtores estava envolvido com a produção e associado, e outro dos produtores apesar de não estar associado conhecia a associação e possuía parte produtiva com cafés especiais. Os demais não conheciam e também tinham pouco conhecimento sobre o que nos leva a pensar que ainda com a mobilização de uma marca e associação focada ao desenvolvimento regional, esse processo não chega a todos da mesma forma, pois envolve uma complexidade maior. Essa análise não representa o todo, mas nos faz pensar que, uma marca é importante, mas infelizmente não (ainda) resolve os problemas de todos os agricultores de uma grande região, principalmente vemos que agricultores entrevistados têm a tendência a mais vulneráveis e descapitalizados com acesso não tão grande a técnicas, possuem diversas dificuldades, desde tecnologias, informações e principalmente crédito agrícola.

A Região Geográfica Imediata de Alfenas, é uma região que não possui nenhuma atuação específica em relação a cafés, o que ocorre é que a COOXUPÉ, que como cooperativa possui uma atuação expressiva na área, há cooperados com produção de cafés especiais na agricultura familiar de Alfenas, mas não em grandes quantidades. O que mostra também que a produção de cafés especiais é um mercado lucrativo, e que esses cooperados estão inseridos nesta lógica, mas que também é uma amostragem pequena, mostrando que a produção de cafés especiais apesar de atraente a nível financeiro, não é um processo fácil.

Assim, concluímos que o espaço agrário é marcado por diversas heterogeneidades e isso se manifesta diante das áreas de estudos escolhidas para serem trabalhadas, ainda que sejam unidas pela cultura do café, cada uma dessas áreas possui dentro da questão espaço-tempo, um processo particular. O que entendemos por meio da realização desse trabalho é que o desenvolvimento rural que visa o bem estar das populações rurais é uma pauta que deve ser constante.

REFERÊNCIAS

ABREU, G. F. et al. Identificação das principais tendências para a produção mundial de café. *In: VIII Simpósio de Pesquisa dos Cafés do Brasil 25 a 28 de novembro de 2013, Salvador – BA. Anais do VIII Simpósio de Pesquisa dos Cafés do Brasil.* Disponível em: <<https://thoth.dti.ufv.br/server/api/core/bitstreams/58f42042-e15d-4831-b6cf-20d756c3bc9f/content>>. Acesso em: 22 nov. 2024.

Alfenas (MG). *In: Enciclopédia dos municípios brasileiros.* Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 24. p. 53-57. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_24.pdf. Acesso em: 28 jul. 2025

ALVES, F. D. Da diversidade agrícola à commoditização do território: os efeitos do agronegócio na Região Imediata de Alfenas – Minas Gerais. **Boletim Alfenense de Geografia.** Alfenas. v. 1, n.2, p. 129-150, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/boletimalfenensedegeografia/article/view/1776>. Acesso em: 22 nov 2024

ALVES, F. D. Cidades do café: a especialização territorial produtiva da cafeicultura em Minas Gerais. *In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFAS E GEÓGRAFOS, 20, 2022, São Paulo. Anais..., AGB, 2022.* p. 1-12

ALVES, F.D. Mundialização da cafeicultura na região Imediata de Alfenas-MG. *Caderno de Geografia*, v. 33, n. 1, p. 186, 2023.

ALVES, F, D; CORREIA, G. G. S. Considerações e perspectivas sobre o desenvolvimento rural no Brasil: A produção científica entre 2001 e 2020. **Revista Campo-Território**, v. 17, n. 46 Ago., p. 01–27, 2022.

ALVES, F. D.; LINDNER, M. Agronegócio do café no sul de Minas Gerais: territorialização, mundialização e contradições. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 14, n. 2, p. 433-451, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/54246>. Acesso em: 27 jun 2025

AMARAL, F. M et al. Inovação da cafeicultura brasileira: a transformação do café como commodity. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, v. 23, n. 6, p. e10371, 2025.

ANDRADE, M. C.; ALVES, D. C. Cooperativismo e Agricultura Familiar: Um Estudo de Caso. **Revista de Administração IMED**, v. 3, n. 3, p. 194–208, 2013.

AQUINO, J. R. DE; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, n. 1, p. 123–142, mar. 2018.

BOMBARDI, L. M. **Agrotóxicos e o colonialismo químico.**São Paulo: Elefante, 2023.

BRASIL. **Decreto N° 3.991, de 30 de Outubro de 2001**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3991.htm>. Acesso em: 18 jul. 2025.

BRASIL. **Lei n° 11.326**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 18 jul. 2025.

BRINGEL, F. C. M.; GODOI, E.L.; FERREIRA, N.C.M. ISIDORO, E.J.L. A dominação masculina no campo: um estudo da exclusão da mulher rural no acesso à terra e sua participação na economia rural. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 5, p. e4552, 2024

BSCA - Associação Brasileira de Cafés Especiais. **BSCA 30 Anos** Disponível em: <<https://bsca.com.br/page/BSCA-30-Anos>>. Acesso em: 19 nov 2024.

BSCA - Associação Brasileira de Cafés Especiais. **Regiões**. 2024. Disponível em: <https://brazilcoffeenation.com.br/region/list> Acesso em: 19 nov 2024.

Caconde (SP). *In: Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 24. p. 186-190. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_24.pdf. Acesso em: 28 jul. 2025

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. [s.l.: s.n.]. Editora da UFRGS, 2009.

CARVALHO, J. T; OLIVEIRA, A. R. O Agronegócio no Brasil: o discurso da fração de classe reinante. **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 58, p. 28–55, 2021. DOI: [10.47946/rnera.v0i58.8082](https://doi.org/10.47946/rnera.v0i58.8082). Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8082>. Acesso em: 25 abr. 2025.

CASTILLO, R; FREDERICO, S. Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 18, p. 17 a 26, may 2010. ISSN 1984-2201. Available at: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/330>>. Acesso em: 19 jul 2025.

CASTILLO, R. et al. Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. **Revista da ANPEGE**, v. 12, n. 18, p. 259–282, 2016.

CASTRO, C. N. Agricultura Familiar, Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil, na América Latina e no Caribe. Em: **Agricultura familiar no Brasil, na América Latina e no Caribe: institucionalidade, características e desafios**. [s.l.] Ipea, 2024. p. 193–235.

CASTRO, C; PEREIRA, C. **Estado e desenvolvimento rural**. [s.l.] Ipea, 2020. 50p. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/3472d7a1-4577-4efc-9519-7d7e04c64a4d>>. Acesso em: 15 fev 2026

COSTA, T. M. M. **Agricultura Familiar e Pluriatividade no Bairro Rural Mandassaia – Alfenas-MG**. 78f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Instituto de ciências da natureza, Curso de Geografia Bacharelado - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2016. Disponível em: <https://www.unifal->

mg.edu.br/geografia/wp-content/uploads/sites/141/2021/08/Tamyris_Costa.pdf.
Acesso em: 25 jan. 2025

COSTA, T. M.M. **Cafeicultura e transformações socioespaciais no município de Alfenas-MG pós-inundação pelo lago de Furnas**. 2023. 154f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de ciências da natureza, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2023. Disponível em: <https://bdtd.unifalmg.edu.br:8443/handle/tede/2246>. Acesso em: 25 jan. 2025

COSTA, T.M.M; VALE, A.R. Processo histórico e transformações socioespaciais no município de Alfenas-MG: O papel do lago de Furnas. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 33, n. 1, p. 514, 2023. DOI: 10.5752/P.2318-2962.2023v33nesp1p514. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/geografia/article/view/31324>. Acesso em: 14 ago. 2025

CRUZ, F. T. Agricultura familiar, processamento de alimentos e avanços e retrocessos na regulamentação de alimentos tradicionais e artesanais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 2, 2020.

CRUZ, S. S. O fenômeno da pluriatividade no meio rural: atividade agrícola de base familiar. **Serviço Social & Sociedade**, n. 110, p. 241–269, 2012.

DIAS, J. C.G; LUCENA, F.O; SOUSA NETO, F.C. A Importância do pequeno produtor e a dificuldade do seu acesso ao crédito rural **REVISTA INTERDISCIPLINAR E DO MEIO AMBIENTE (RIMA)**, v. 6, n. 1, p. e226, 4 abr. 2024.

DOMINGUES, R.C.V. Dinâmica socioespacial e a inserção do município de Caconde-SP no processo de alta produção da cafeicultura paulista. p.89-106. *In*: LEMOS, T. D. C. S. et al. **Entre territórios e contradições no Brasil: ruralidades em perspectiva de transformação contemporânea**. 1ª Edição, Editora da AGB Alfenas, Alfenas – MG, dez. 2025.

DOMINGUES. R.C.V; ALVES, F.D. AS TENDÊNCIAS DA MUNDIALIZAÇÃO: A CAFEICULTURA NO MUNICÍPIO DE CACONDE-SP. *In*: Encuentro Latinoamericano de Agricultura Urbana y Periurbana - ELAUP y Seminario Latinoamericano de Geografía Rural - LAGRURAL, 2025, Bogotá. **Anais eletrônicos...**, Zenodo, 2025. p. 675-691. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5281/ZENODO.17887520>>. Acesso em 01 maio. 2026

ELIAS, D. Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil *In*: XII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA: Independencias y construcción de Estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX. 2012, Bogotá. **Anais...** Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/07-D-Elias.pdf>>. Acesso em: 19 jul 2025.

ELIAS, D. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. **GEOUSP**, v. 25, n. 2, 2021. DOI: [10.11606/issn.2179-0892.geousp.2021.182640](https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2021.182640). Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/182640>.. Acesso em: 16 jul 2025.

ELIAS, D. Pensando a operacionalização de estudos sobre cidades do agronegócio. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 18, n. 1, p. 144-164, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.63811>. Acesso em: 15 jul 2024

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 25, 2007. DOI: 10.22296/2317-1529.2007v9n1p25. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/168>. Acesso em: 19 jul. 2025.

EMBRAPA (2023). **Pequenas propriedades predominam em Caconde, maior produtor de café de SP**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/83223396/pequenas-propriedades-predominam-em-caconde-maior-produtor-de-cafe-de-sp>>. Acesso em: 08 ago. 2025

EMBRAPA (2018). **Sem renovação, população rural brasileira envelhece**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/34653595/sem-renovacao-populacao-rural-brasileira-envelhece>>. Acesso em: 20 fev 2026.

EMBRAPA. **Módulos Fiscais**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>>. Acesso em 19 fev 2026

ESPINDOLA, A.S. et al. Identificação e análise dos fatores críticos de sucesso da certificação por indicação geográfica para produtores de café. *In*: 56º Congresso SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Campinas – SP, 29 de julho a 01 de agosto de 2018. **Anais do 56º Congresso SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**.

FACIROLLI SOBRINHO, M. H.; GUEDES, C. A. M.; CASTRO, M. C. D. E. A Indicação Geográfica do café da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais como ferramenta de desenvolvimento territorial. **Interações (Campo Grande)**, p. 279–294, 2021.

FERREIRA, D.A.O; FERREIRA, S. A formação conceitual do campesinato e da produção familiar no Brasil. *In*: MARAFON, Glaucio José et al (orgs). **Temas em Geografia Rural**. 2. ed. - Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 2020. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2020/03/PDF-TEMAS-EM-GEOGRAFIA-RURAL.pdf>. Acesso em:

FREDERICO, S. Circuito Espacial Produtivo do Café e o Jogo de Escalas. **Mercator**, v. 13, n. 1, p. 37–48, 2014.

FREDERICO, S. Território e cafeicultura no Brasil: uma proposta de periodização. **GEOUSP**, v. 21, n. 1, p. 73, 2017. DOI: [10.11606/issn.2179-0892.geousp.2017.98588](https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2017.98588). Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/98588>.. Acesso em: 14 jun. 2025.

GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 89-122, 2007

GOMES, N.; MATOS, R.; LOBO, C. Classificação demográfica e caracterização geográfica dos municípios de pequeno porte do Sudeste brasileiro. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 30, p. 55–74, 11 jan. 2021.

GRISA, C. Para além da alimentação: papéis e significados da produção para autoconsumo na agricultura familiar. **Extensão Rural**, [S. l.], n. 14, p. 5–36, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/5589>. Acesso em: 18 jul 2025

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**, v. 16, n. 31, p. 65–79, 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. suppl 1, p. 125–146, 2014.

GUIMARÃES, E.R.; GONZAGA DE CASTRO JÚNIOR, L.; CARVALHO DE ANDRADE, H. C. A terceira onda do café em Minas Gerais. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 18, n. 3, p. 214–227, 2016

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do Espaço Rural Brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/atlas/tematicos/16362-atlas-do-espaco-rural-brasileiro.html>. Acesso em: 17 jul de 2025

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agro 2017**: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8>>. Acesso em: 18 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html>. Acesso em: 07 ago 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: população e domicílios: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 07 ago 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**: série histórica. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 07 ago 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE divulga nova divisão territorial com foco nas articulações regionais**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/10515-ibge-divulga-nova-divisao-territorial-com-foco-nas-articulacoes-regionais>>. Acesso em: 30 jul 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal**: PAM. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html>. Acesso em: 07 ago 2025..

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades**: 2018 Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728_folder.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2025.

INPE. **Topodata**: Banco de dados geomorfométricos do Brasil. Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/topodata/acesso.php>. Acesso em: 07 ago 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL [INPI]. **Indicação Geográfica: Indicação de Procedência Reconhecida**. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/status-pedidos/LISTACOMASINDICAESDEPROCEDNCIARECONHECIDAS.At12Nov2024.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024b..

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL [INPI]. **Indicações Geográficas a Denominação de Origem Reconhecidas**. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/status-pedidos/LISTACOMASDENOMINAESDEORIGEMRECONHECIDAS.At15Out2024.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024a.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 21, n. 3, p. 379–408, 2004.

LEITE, S. P. et al. Multidimensionalidade e heterogeneidade dos processos de desmonte de políticas públicas : a trajetória recente das políticas de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. *In: Desmonte e reconfiguração de Políticas Públicas (2016-2022)*, p. 385–408, 2023.

LEMOS, T. C. S.; ALVES, F. D. As cooperativas no processo de mundialização da agricultura: a monopolização do território pela COOPFAM em Poço Fundo-MG. **Caderno de Geografia**, v.33, Número Especial 1, p. 538-563, 2023. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/31325>. Acesso em:

LIGHT, M. P. **Trish Rothgeb coined “third wave” — and is now looking toward coffee’s future**. The Los Angeles times, 4 Oct. 2019. Disponível em: <https://www.latimes.com/food/story/2019-10-04/third-wave-coffee-trish-rothgeb>. Acesso em 19 nov 2024

MAPA. **O que é Indicação Geográfica? Como obter o registro?** Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/o-que-e-indicacao-geografica-ig>. Acesso em: 19 jul. 2025.

MARQUES, M.I.M. Propriedade da terra, Estado, relações capitalistas e formação territorial brasileira. *In: CARLOS, A. F. A. et al. (EDS.). Brasil, presente!* [s.l.] Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2021.

MATOS, P.; MARAFON, G. A modernização da agricultura no Brasil e as tramas do agronegócio. *In: MARAFON, Glaucio José et al (orgs). Temas em Geografia Rural*. 2. ed. - Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 2020. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2020/03/PDF-TEMAS-EM-GEOGRAFIA-RURAL.pdf>. Acesso em: 15 jun 2025

MELO, R.V. Divisão Intrarregional Do Trabalho Nas Cidades Do Agronegócio Cafeeiro Da Mesorregião Sul/Sudoeste De Minas Gerais. *n: Simpósio Nacional de Geografia Urbana*, 17, Rio de Janeiro, 2024 **Anais eletrônicos...**, SISGEENCO, 2022. Disponível em: https://www.sisgeenco.com.br/anais/simpurb/2024/arquivos/GT1_COM_256_623_20240803115702.pdf. Acesso em: 01 maio 2026

MELO, R.V; ALVES, F.D. Mundialização da agricultura e o uso de agrotóxicos no município de Guaranésia - MG. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 15, n. 36 Jul., p. 199–229, 2020. DOI: [10.14393/RCT153608](https://doi.org/10.14393/RCT153608). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/52183>. Acesso em: 6 fev. 2026

MENDONÇA, R.F et al. Abordagem Sobre A Bionalidade De Produção Em Plantas De Café. **Enciclopédia Biosfera**, Centro Científico Conhecer - Goiânia, vol.7, N.13; 2011. Disponível em: <<https://www.conhecer.org.br/enciclop/2011b/ciencias%20agrarias/abordagem%20obre%20a%20bionalidade.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2026.

MESQUITA, C. et al. **Manual do café: manejo de cafezais em produção**. Belo Horizonte: EMATER-MG, 2016.

MIOR, L. C. **Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial**. Disponível em: <https://nmd.ufsc.br/files/2011/05/Mior_Agricultura-familiar_agroindustria_e_desenvolvimento_territorial.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025.

MOREIRA, R. **A Formação Espacial Brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014

NASCIMENTO, C. A. DO; AQUINO, J. R; DEL GROSSI, M. E. Tendências recentes da agricultura familiar no Brasil e o paradoxo da pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. 3, 2022.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 83–100, dez. 2001.

NORDER, L.A.M. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. [s.l: s.n.]. Editora da UFRGS, 2009.

OLIVEIRA, A. U. Geografia e os movimentos sociais. **Perspectiva Geográfica**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 7–28, 2000. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/1284>. Acesso em: 03 mar. 2026.

OLIVEIRA, A. U. **A Mundialização da agricultura brasileira**. Disponível em: <<https://agraria.fflch.usp.br/sites/agraria.fflch.usp.br/files/LIVRO%20MUNDIALIZACAO%20pronto.pdf>>. Acesso em: 18 jul 2025.

PERIN, G. O desmonte das políticas públicas para a agricultura familiar e a nova agenda governamental. **Agricultura Familiar Pesquisa Formação e Desenvolvimento**, v. 15, n. 2, p. 33, 2022.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico - 2a Edição**. [s.l.] Editora Feevale, 2013.

PROJETO MAPBIOMAS – **Coleção 9 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil**. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/downloads/>. Acesso em: 29 jul 2023.

- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. Disponível em:
[https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder\(3\).pdf](https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder(3).pdf). Acesso em: 09 maio 2025
- REISDORFER, V. K. **Introdução ao Cooperativismo**. Disponível em:
 <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/413/2018/11/01_introduc_cooperativismo.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025.
- RODRÍGUEZ, D.T.G. La producción de alimentos para autoconsumo. **Revista Multidisciplinaria Voces de América y el Caribe**, v. 1, n. 1, p. 52–79, 2024. DOI: <https://doi.org/10.69821/REMUUVAC.v1i1.12>. Disponível em: <<https://remuvac.com/index.php/home/article/view/12>>. Acesso em 03 maio 2026
- RONQUIM, C. C.; GARCON, E.; FONSECA, M. F. Expansão da cafeicultura na porção leste do estado de São Paulo. 2017. In: XVIII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 2017, Santos. **Anais...** São José dos Campos: INPE, 2017, p.3798-3805.
- SABOURIN, E. Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura. **Estudos Sociedade & Agricultura**, Rio de Janeiro. v.13, n,2, p.161- 189, 2005
- SANTANA, G.H.S; CHELOTTI, M.C. Expressões sobre a Indicação Geográfica do café da região do Cerrado Mineiro. In: MENEZES, S.S.M; DEUS, J.A.S; CHELOTTI, M.C; CALDAS, A.S. **Geografia dos Alimentos: TERRITORIALIDADES, IDENTIDADES E VALORIZAÇÃO DOS SABERES E FAZERES**. Disponível em: <<https://editoracriacao.com.br/geografia-dos-alimentosterritorialidades-identidades-valorizacao-dos-saberes-e-fazeres/>>. Acesso em: 21 nov. 2024
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002. 392p.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Edusp, 2008. 120p
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Edusp. 2008. 176p.
- SAQUET, M.A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2013.
- SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, n. 11, p. 88–125, 2004.
- SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. [s.l.] Editora da UFRGS, 2009.
- SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 30, n. 3, p. 511–531, 2010.
- SCHNEIDER, S; CASSOL, A. **A agricultura familiar no Brasil**. Porto Alegre: RIMISP, 2013.

SCHNEIDER, Sergio. Evolução e características da agricultura familiar no Brasil. **Revista Alasru: Análisis Latinoamericano del Medio Rural – Nueva Época**, v. Outubro, n. 9, p. 21-52, 2014. Disponível em: <https://www.alasru.org/pdf/ALASRU914final.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2019

SCOONES, I. **Meios de vida sustentáveis e desenvolvimento rural**. Tradução Regina Beatriz Vargas. São Paulo: Editora, UNESP; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021.

SEBRAE. **O que são cooperativas**. Disponível em: <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-sao-cooperativas,c440438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em: 18 jul. 2025.

SILVA, J. G.; DEL GROSSI, M; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência e Tecnologia** (Brasília: Embrapa), v. 19, n.1. p.37 - 67, jan. abr. 2002. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/c%20ct/article/view/8795>. Acesso em: 19 jan 2024

SILVA, N.M; PEIXINHO, D.M. A dinâmica espacial da pluriatividade na agricultura familiar. **Ateliê Geográfico**, v. 17, n. 1, p. 213–228, 20 abr. 2023.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Bertrand Brasil, 2013

SOUZA, T; SILVA, C. Produção Sustentável e Qualidade de Vida Modernização dos regimes alimentares em pequenos municípios e o papel do autoconsumo na promoção de qualidade de vida das famílias agricultoras. *In: Jornada de Jovens Investigadores, 2023, Assunção. Anais eletronicos...* Disponível em: <https://grupomontevideo.org/jji/2023/EjeInterdisciplinario/2Produccionsostenibleycalidadedevida/Souza_Tainara_200/Souza_Tainara_200.pdf>. Acesso em: 01 maio. 2026.

TAVARES, B.C; MACHADO, M.B.T; VALDUGA, V. COFFEE. Territorialização do Café no Caparaó Capixaba. **Mercator**, Fortaleza, v. 22, apr. 2023. ISSN 1984-2201. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e22006>>. Acesso 18 nov. 2024.

TINÓS, T.M.; RIEDEL, P.S.; ZAINÉ, J.E. Técnicas de visualização de modelos digitais de elevação para o reconhecimento de elementos de análise do relevo. **Geociências**, v. 33, n. 2, p. 952–967, 2014. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/geociencias/article/view/8997/6214>. Acesso em: 7 ago. 2025.

TOLEDO, E. F. Cafeicultura e desenvolvimento territorial: as cooperativas de café no sul de Minas Gerais. **Caderno de Geografia**, v. 29, n. 2, p. 264–280, 2019.

TRISTÃO, F.A et al. Tendências para a sustentabilidade da cafeicultura de arábica em regiões de montanha. **INCAPER EM REVISTA**, [S. l.], p. 105–124, 2019. Disponível em: <https://revista.incaper.es.gov.br/index.php/ojs/article/view/8>. Acesso em: 2 maio. 2026

VAN DER PLOEG, J. D. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**, v. 13, n. 27, p. 114–140, 2011.

VIEIRA, A. C. P; LOURENZANI, A. E. B. S; PELLIN, V. As indicações geográficas como instrumento de criação de valor para o setor cafeeiro brasileiro. **Revista Delos**, [S. l.], v. 12, n. 35, 2022. Disponível em: <https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/614>. Acesso em: 19 jul. 2025.

VOLPATO, M. M. L; SILVA, T. H; BORGES, L. A. C; PAULA, M. G; ALVES, H. M.R. Cadastro ambiental rural para a agricultura familiar. **EPAMIG**. Circular Técnica, n.238, p.1-7. abr. 2026. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1067848>. Acesso em 7 fev 2026

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS; 2009

19. COMO É FEITA A COMERCIALIZAÇÃO DO CAFÉ? _____
20. É COMERCIALIZADO EM COCO OU JÁ BENEFICIADO? _____
21. COMO É REALIZADO O BENEFICIAMENTO DO CAFÉ?
 NA PROPRIEDADE
 COOPERATIVA
 OUTRA FORMA. _____
22. COMO É FEITO O ARMAZENAMENTO DO CAFÉ?
 EM BARRACÃO (NA SUA PROPRIEDADE)
 EM BARRACÃO (EM OUTRA PROPRIEDADE)
 EM BARRACÃO DE ARMAZÉM GERAL
 EM BARRACÃO DA COOPERATIVA
23. COSTUMA USAR DEFENSIVOS AGRÍCOLAS NA LAVOURA? SIM NÃO
24. TEM CONHECIMENTO SOBRE AS NORMAS DE SEGURANÇA REFERENTES AO ARMAZENAMENTO, LAVAGEM E DESCARTE DESSES DEFENSIVOS? SIM NÃO
25. JÁ TEVE ALGUM INCIDENTE DEVIDO AO USO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS?
 SIM NÃO
26. JÁ CONSIDEROU EM ALGUM MOMENTO DEIXAR DE USAR DEFENSIVOS NA SUA LAVOURA? SIM NÃO
27. TRABALHAM NA COLHEITA DO CAFÉ EM OUTRAS PROPRIEDADES? SIM NÃO
28. A PROPRIEDADE POSSUI CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR) SIM NÃO
29. ALÉM DO CAFÉ, QUAIS OUTRAS ATIVIDADES RURAIS SÃO DESENVOLVIDAS NA PROPRIEDADE?

30. AS DEMAIS ATIVIDADES AGRÍCOLAS SÃO PARA CONSUMO (SUBSISTÊNCIA)
OU TAMBÉM PARA COMERCIALIZAÇÃO?
- SOMENTE CONSUMO
 - TANTO PARA CONSUMO QUANTO PARA COMERCIALIZAÇÃO